

Relatório Anual de Gestão 2025

TALITA MARIA BONGOZI GOZI
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação por local de residência
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PR
Município	CAMBÉ
Região de Saúde	17ª RS Londrina
Área	494,69 Km²
População	110.923 Hab
Densidade Populacional	225 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 12/03/2026

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Número CNES	2731045
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	75732057000184
Endereço	AV INGLATERRA 1144
Email	gab.saude@cambe.pr.gov.br
Telefone	(43)3174-0224

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 12/03/2026

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	CONRADO LNGELO SCHELLER
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	TALITA MARIA BENGZOZI GOZI
E-mail secretário(a)	contabilidade@cambe.pr.gov.br
Telefone secretário(a)	4331742782

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 12/03/2026
Período de referência: 01/09/2025 - 31/12/2025

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	12/1991
CNPJ	09.406.126/0001-35
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Talita Maria Bengozi Gozi

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 12/03/2026

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 30/07/2025

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: 17ª RS Londrina

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ALVORADA DO SUL	424.245	10481	24,71
ASSAÍ	440.346	13477	30,61
BELA VISTA DO PARAÍSO	242.692	14982	61,73

CAFEARA	185.798	2648	14,25
CAMBÉ	494.692	110923	224,23
CENTENÁRIO DO SUL	371.835	10903	29,32
FLORESTÓPOLIS	246.329	11653	47,31
GUARACI	211.733	4743	22,40
IBIPORÃ	300.187	53276	177,48
JAGUAPITÃ	475.004	15908	33,49
JATAIZINHO	159.18	11996	75,36
LONDRINA	1650.809	581382	352,18
LUPIONÓPOLIS	121.067	4929	40,71
MIRASELVA	90.294	2017	22,34
PITANGUEIRAS	123.229	3141	25,49
PORECATU	291.665	11271	38,64
PRADO FERREIRA	153.398	3816	24,88
PRIMEIRO DE MAIO	414.442	10064	24,28
ROLÂNDIA	460.153	75818	164,77
SERTANÓPOLIS	505.528	16210	32,07
TAMARANA	472.153	10540	22,32

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
 Ano de referência: 2025

1 .7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI		
Endereço	Av. Inglaterra		
E-mail			
Telefone			
Nome do Presidente	Talita Maria Bengozi Gozi		
Número de conselheiros por segmento	Usuários	20	
	Governo	8	
	Trabalhadores	10	
	Prestadores	2	

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
 Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa
30/05/2025	30/09/2025	26/02/2026

- Considerações

O município de Cambé, localizado no estado do Paraná, possui área territorial de 494,69 km² e população estimada em 110.923 habitantes, apresentando densidade populacional de aproximadamente 225 habitantes por km². O município integra a 17ª Região de Saúde de Londrina, compondo a rede regionalizada de atenção à saúde e participando da organização e pactuação das ações e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A gestão municipal da saúde é realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Cambé, cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) sob o número 2731045. O órgão está localizado na Avenida Inglaterra, nº 1144, e atua na coordenação, planejamento e execução das políticas públicas de saúde no município, visando garantir o acesso da população aos serviços e ações do SUS.

No período de referência deste relatório, a administração municipal esteve sob a gestão do Prefeito Conrado Ângelo Scheller, tendo como Secretária Municipal de Saúde Talita Maria Bengozi Gozi, responsável pela condução das políticas de saúde e pela gestão dos serviços, programas e ações desenvolvidos no município.

O financiamento das ações de saúde ocorre por meio do Fundo Municipal de Saúde, instituído por lei em dezembro de 1991, com natureza jurídica de fundo público da administração direta municipal. O Fundo é responsável pela gestão dos recursos destinados à saúde e tem como gestora a Secretária Municipal de Saúde.

As ações e estratégias desenvolvidas pela gestão municipal estão orientadas pelo Plano Municipal de Saúde vigente para o período de 2022 a 2025, devidamente aprovado, que estabelece diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o fortalecimento do sistema de saúde local, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e com o processo de regionalização da saúde na 17ª Região de Saúde de Londrina.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório Anual de Gestão (RAG) do município de Cambé, referente ao exercício de 2025, constitui um instrumento fundamental de monitoramento, avaliação e transparência das ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município. Elaborado conforme as diretrizes do Ministério da Saúde e registrado no sistema DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), o relatório apresenta a análise dos resultados alcançados ao longo do ano em consonância com o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde.

Este documento tem como objetivo demonstrar à gestão pública, aos órgãos de controle e à sociedade o desempenho das políticas, programas e ações de saúde implementados no município, evidenciando os avanços obtidos, os desafios enfrentados e os pontos que demandam aprimoramento. O relatório também permite avaliar o cumprimento das metas e indicadores pactuados, contribuindo para o fortalecimento do planejamento, da gestão pública em saúde e da tomada de decisões fundamentadas em evidências.

Ao longo do ano de 2025, a Secretaria Municipal de Saúde de Cambé desenvolveu diversas ações voltadas à promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da população, buscando garantir o acesso universal, integral e equitativo aos serviços de saúde. Essas ações envolveram a atuação integrada das equipes da Atenção Primária à Saúde, da Vigilância em Saúde, da Atenção Especializada e da Assistência Farmacêutica, bem como a articulação com outras políticas públicas intersetoriais.

Destaca-se também o papel fundamental do Conselho Municipal de Saúde de Cambé no processo de acompanhamento, fiscalização e deliberação das políticas públicas de saúde. Como instância de controle social do SUS, o Conselho participa ativamente da análise dos instrumentos de planejamento e gestão, contribuindo para o fortalecimento da participação social, da transparência e da gestão democrática do sistema de saúde no município.

Dessa forma, o presente Relatório Anual de Gestão sistematiza as principais ações executadas em 2025, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas e a aplicação dos recursos financeiros na área da saúde, reafirmando o compromisso da gestão municipal com a transparência, a responsabilidade na utilização dos recursos públicos e a melhoria contínua da qualidade da atenção à saúde da população de Cambé.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2025

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	3.115	3.016	6.131
5 a 9 anos	3.578	3.497	7.075
10 a 14 anos	3.621	3.555	7.176
15 a 19 anos	3.563	3.539	7.102
20 a 29 anos	8.085	7.923	16.008
30 a 39 anos	8.091	8.417	16.508
40 a 49 anos	7.898	8.368	16.266
50 a 59 anos	6.731	7.509	14.240
60 a 69 anos	5.020	6.142	11.162
70 a 79 anos	2.843	3.643	6.486
80 anos e mais	1.104	1.665	2.769
Total	53.649	57.274	110.923

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 12/03/2026.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2021	2022	2023	2024
CAMBE	1.234	1.261	1.189	1.113

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 12/03/2026.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.292	378	409	719	729
II. Neoplasias (tumores)	733	958	751	689	776
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	50	62	98	83	80
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	163	238	148	90	121
V. Transtornos mentais e comportamentais	357	333	353	322	362
VI. Doenças do sistema nervoso	98	158	197	255	322
VII. Doenças do olho e anexos	88	66	133	95	125
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	6	15	15	16	20
IX. Doenças do aparelho circulatório	902	969	1.346	1.412	1.534
X. Doenças do aparelho respiratório	433	749	857	883	930
XI. Doenças do aparelho digestivo	534	900	960	927	995
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	160	226	264	367	327
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	104	140	179	241	451
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	630	679	873	884	1.183
XV. Gravidez parto e puerpério	942	936	957	1.069	794
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	132	171	180	192	164
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	27	50	49	70	71
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	150	247	252	272	343
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	846	1.116	1.099	973	1.132

XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	73	144	281	356	431
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	7.720	8.535	9.401	9.915	10.890

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 12/03/2026.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	402	67	27	48
II. Neoplasias (tumores)	156	137	136	170
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2	1	1	3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	37	46	41	51
V. Transtornos mentais e comportamentais	6	5	17	16
VI. Doenças do sistema nervoso	22	31	46	57
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	189	186	183	191
X. Doenças do aparelho respiratório	78	85	112	101
XI. Doenças do aparelho digestivo	47	47	42	53
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4	5	5	9
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	3	7	2	12
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	36	40	37	38
XV. Gravidez parto e puerpério	1	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	10	6	7	6
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	6	7	4	5
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	16	19	13	21
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	68	84	97	76
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	1.083	773	770	857

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 12/03/2026.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A estimativa populacional do município de Cambé para o ano de 2025 é de 110.923 habitantes, sendo 53.649 homens e 57.274 mulheres, evidenciando discreta predominância do sexo feminino na composição populacional. A análise da estrutura etária demonstra maior concentração da população nas faixas adultas entre 20 e 49 anos, que representam parcela significativa dos residentes e correspondem ao grupo economicamente ativo do município. Observa-se também presença expressiva da população com 60 anos ou mais, com maior predominância feminina nas faixas etárias mais avançadas, refletindo o processo gradual de envelhecimento populacional e a maior expectativa de vida entre as mulheres.

Esse cenário demográfico indica importantes implicações para o planejamento das políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere à ampliação das ações voltadas à prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis, ao cuidado longitudinal e à organização da rede de atenção para atender às demandas da população adulta e idosa.

Em relação aos nascidos vivos, observa-se tendência de redução no número de nascimentos no município ao longo dos últimos anos analisados. Após registro de 1.234 nascimentos em 2021 e 1.261 em 2022, houve redução para 1.189 em 2023 e 1.113 em 2024. Esse comportamento acompanha a tendência nacional de diminuição das taxas de fecundidade, influenciada por fatores socioeconômicos, mudanças no perfil reprodutivo da população e maior acesso a métodos contraceptivos. A redução da natalidade impacta diretamente a dinâmica populacional e também a organização dos serviços materno-infantis, exigindo constante monitoramento para garantir a manutenção da qualidade da assistência pré-natal, ao parto e ao acompanhamento da criança.

A análise da morbidade hospitalar aponta crescimento progressivo das internações de residentes no período analisado, passando de 7.720 internações em 2021 para 10.890 em 2025. Entre as principais causas destacam-se as doenças do aparelho circulatório, as doenças do aparelho digestivo, as doenças do aparelho geniturinário, as doenças do aparelho respiratório e as internações decorrentes de lesões e outras consequências de causas externas. O aumento das internações por doenças crônicas e condições relacionadas ao envelhecimento, como doenças circulatórias e osteomusculares, evidencia a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento contínuo na Atenção Primária à Saúde, com o objetivo de reduzir agravamentos e hospitalizações evitáveis.

No que se refere à mortalidade, observa-se redução significativa do número total de óbitos entre 2021 e 2023, com posterior aumento em 2024. As principais causas de morte entre os residentes permanecem relacionadas às doenças do aparelho circulatório, seguidas pelas neoplasias, doenças do aparelho respiratório e causas externas. Esse perfil é característico da transição epidemiológica observada no país, marcada pela predominância das

doenças crônicas não transmissíveis como principais causas de morbimortalidade.

Diante desse cenário, evidencia-se a importância do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde como ordenadora da rede de atenção, ampliando ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, controle das doenças crônicas e acompanhamento da população ao longo do ciclo de vida. Além disso, torna-se fundamental o aprimoramento da integração entre os diferentes níveis de atenção, bem como o monitoramento permanente dos indicadores de saúde, subsidiando o planejamento e a tomada de decisão da gestão municipal para qualificação da assistência e melhoria das condições de saúde da população de Cambé.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	273.309
Atendimento Individual	221.669
Procedimento	884.967
Atendimento Odontológico	68.301

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Não há informações cadastradas para o período

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Não há informações cadastradas para o período

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Não há informações cadastradas para o período
Data da consulta: 31/03/2025.

● Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

A produção ambulatorial do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Cambé no ano de 2025 demonstra elevada capacidade assistencial da rede municipal de saúde, abrangendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. A organização da rede assistencial evidencia o papel estruturante da Atenção Primária à Saúde (APS) como porta de entrada do sistema, além da atuação complementar dos serviços especializados, de urgência e emergência, vigilância em saúde e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) concentraram grande volume de atendimentos, totalizando aproximadamente 2,33 milhões de procedimentos realizados ao longo do ano. Destacam-se os atendimentos de enfermagem, que somaram mais de 1,16 milhão de procedimentos, evidenciando o papel fundamental das equipes de enfermagem no acompanhamento contínuo da população, acolhimento da demanda espontânea, realização de procedimentos e acompanhamento de condições crônicas. Também se destacam as consultas e atendimentos de nível superior, que ultrapassaram 211 mil registros, além das ações coletivas e individuais em saúde, que alcançaram mais de 489 mil procedimentos, reforçando o papel da APS nas ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

A área de saúde bucal também apresentou produção significativa na Atenção Primária, com mais de 192 mil ações coletivas e individuais, cerca de 48 mil consultas e acompanhamentos, além de mais de 57 mil tratamentos odontológicos realizados. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEOC) complementa essa assistência com atendimentos especializados, totalizando quase 20 mil procedimentos, incluindo tratamentos, cirurgias e confecção de próteses dentárias.

As equipes multiprofissionais da APS (eMulti) desempenharam papel relevante no apoio às equipes de saúde da família, com mais de 14 mil atendimentos realizados por profissionais como nutricionistas, psicólogos, educadores físicos e assistentes sociais. Essas ações contribuem para a ampliação da resolutividade da atenção primária e para o cuidado integral dos usuários.

No que se refere à assistência farmacêutica, a Farmácia Municipal registrou atendimento a 63.587 usuários, com mais de 96 mil dispensações realizadas e aproximadamente 7,7 milhões de unidades de medicamentos distribuídas, demonstrando importante volume de assistência terapêutica ofertada à população.

Os serviços de urgência e emergência também apresentaram elevada demanda assistencial. A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) realizou cerca de 874 mil procedimentos em 2025, com destaque para mais de 330 mil consultas médicas e mais de 438 mil atendimentos de enfermagem. O Pronto Atendimento 24 horas Maria Anideje registrou aproximadamente 347 mil procedimentos, demonstrando a relevância desses serviços na absorção da demanda espontânea e no atendimento de casos agudos.

A rede de atenção especializada também apresentou produção expressiva. A Policlínica Municipal realizou quase 40 mil procedimentos, incluindo consultas especializadas, exames diagnósticos e pequenas cirurgias. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) registraram mais de 35 mil atendimentos, evidenciando a importância da rede de atenção psicossocial no acompanhamento de usuários com transtornos mentais e necessidades relacionadas ao

uso de álcool e outras drogas.

Na área de reabilitação, o serviço municipal (Reabilita) realizou mais de 37 mil sessões de fisioterapia, além de atendimentos em fonoaudiologia e outras ações voltadas à recuperação funcional dos pacientes. Complementando a rede assistencial, o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) realizou mais de 25 mil procedimentos, com destaque para visitas domiciliares, procedimentos clínicos e acompanhamento de pacientes em cuidado domiciliar.

Os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico também apresentaram produção significativa. O Laboratório Municipal realizou mais de 428 mil exames, incluindo exames realizados na rede municipal e na urgência e emergência. Além disso, prestadores conveniados e o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CISMEPAR) contribuíram com mais de 159 mil procedimentos especializados, incluindo consultas, exames laboratoriais e exames de imagem.

Destaca-se ainda a atuação da Vigilância em Saúde, com aproximadamente 16.950 ações realizadas pela Vigilância Sanitária, incluindo inspeções, atividades educativas e processos administrativos sanitários. A Vigilância Epidemiológica e Ambiental realizou mais de 179 mil visitas domiciliares para controle de endemias, além de ações educativas e mutirões de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Os serviços de apoio logístico e transporte sanitário também tiveram papel relevante na garantia do acesso da população aos serviços de saúde. A Central de Ambulâncias realizou mais de 85 mil atendimentos, incluindo transporte para consultas, exames, tratamentos e hemodiálise, enquanto o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) realizou mais de 4,7 mil atendimentos pré-hospitalares e inter-hospitalares.

De modo geral, a produção ambulatorial de 2025 evidencia a elevada demanda pelos serviços de saúde no município e demonstra a ampla oferta de ações e serviços distribuídos entre os diferentes níveis de atenção. Os dados reforçam a importância da Atenção Primária como coordenadora do cuidado e organizadora da rede de atenção à saúde, bem como a necessidade de integração entre os serviços especializados, de urgência e emergência, vigilância em saúde e apoio diagnóstico, visando à ampliação da resolutividade e à qualificação da assistência prestada à população de Cambé.

PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO SUS

Fontes: Prontuário Eletrônico do Cidadão / Boletim de Produção Ambulatorial/ Secretaria Municipal de Saúde de Cambé/ Prestadores Municipais

4.1. Produção de Atenção Básica

UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA - slide 1	
Procedimentos	Total 2025
Ações coletivas / individuais em saúde	489.666
Coleta de material (coleta de sangue + citopatológico de colo uterino)	42.803
Procedimentos com finalidade diagnóstica (prova do laço)	8.082
Métodos diagnósticos em especialidades (triagem oftalmológica)	101
Diagnóstico por teste rápido (glicemia e teste rápido de gravidez)	30.481
Consultas de nível superior e atendimentos de urgência	211.084
Atendimentos da enfermagem (puericultura, acolhimento da demanda, visita domiciliar, administração de medicamento, aferição de pressão, cateterismo vesical, inalação, ordenha mamária, retirada de pontos, terapia de reidratação oral)	1.164.986
Pequenas cirurgias ambulatoriais de pele (curativo grau I, drenagem de abscesso, sutura de pequena lesão, retirada de corpo estranho subcutâneo)	216
Pequenas cirurgias das vias aéreas superiores (lavagem de ouvido e retirada de corpo estranho da cavidade nasal ou auditiva)	184
Adesão e conclusão da assistência ao pré-natal	2.037
Vacinação (dose aplicada)	81.281

UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA - slide 2	
Procedimentos	Total 2025
Ações coletivas / individuais em saúde (odonto)	192.323
Consultas / atendimentos / acompanhamentos (odonto)	48.695
Tratamentos odontológicos	57.503
Procedimentos cirúrgicos na odonto e bucomaxilofacial	3.318
TOTAL GERAL	2.332.760

PLANTÃO ODONTOLÓGICO - UBS Cambé IV Segunda a Sexta - 17h às 22h	
Procedimentos	Total 2025
Ações coletivas / individuais em saúde (odonto)	385
Consultas / atendimentos / acompanhamentos (odonto)	2.353
Tratamentos odontológicos	933
Procedimentos cirúrgicos na odonto e bucomaxilofacial	262
TOTAL GERAL	3.933

EQUIPE MULTIPROFISSIONAIS NA APS - eMulti	
Procedimentos	Total 2025
Ações de promoção e prevenção em saúde	2.133
Procedimentos com finalidade diagnóstica	58
Consultas / atendimentos de profissional de nível superior (Nutricionista, Educador Físico, Psicólogo, Assistente Social)*	12.419
TOTAL	14.610

*A partir do segundo quadrimestre, a produção das profissionais fonoaudiólogas será apresentada no Atos do Reabilita.
**Procedimentos com finalidade diagnóstica passaram a ser contabilizados, a partir do segundo quadrimestre, na produção do REABILITA, por se tratarem de produção do profissional fonoaudiólogo.

SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR - SAD	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Número de pacientes atendidos	753
Número de visitas domiciliares realizadas pela Equipe EMAD	5.083
Visitas de outros profissionais (Nutricionista, Fono, Psicóloga)	12
Procedimentos realizados no domicílio (antibióticos endovenosos, soro de hidratação endovenosa, sondas nasointestinal, sondas vesicais, curativos, etc)	16.508
Número de admissões	143
Número de altas	151
Encaminhamentos para outras especialidades	9
Número de procedimentos fisioterápicos realizados	2.427
TOTAL GERAL	25.086

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO SILVIA MANTOVANI - UPA	
Procedimentos	Total 2025
Coleta de material laboratorial	24.746
Diagnóstico por radiologia	56.241
Procedimento com finalidade diagnóstica (prova do laço + eletrocardiograma)	11.734
Diagnóstico por teste rápido (teste específico para diabetes / Influenza A/B - Covid-19)	11.361
Consultas e atendimentos de urgência	330.241
Atendimentos de enfermagem	438.983
Pequenas cirurgias de pele (curativos, drenagem de abscesso, sutura de pequena lesão, retirada de corpo estranho subcutâneo)	1.403
Pequenas cirurgias das vias aéreas superiores (lavagem de ouvido, retirada de corpo estranho da cavidade nasal ou auditiva)	5
Pequena cirurgia do aparelho da visão (Retirada de corpo estranho da córnea)	0
Pequena cirurgia do aparelho digestivo, órgãos e parede abdominal	4
TOTAL	874.718

PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - MARIA ANIDEJE	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Coleta de material laboratorial	14.148
Procedimento com finalidade diagnóstica (prova do laço + eletrocardiograma)	11.054
Diagnóstico por teste rápido (teste específico para diabetes)	3.816
Consultas e atendimentos de urgência	105.586
Atendimentos de enfermagem	212.130
Pequenas cirurgias de pele (curativos, drenagem de abscesso, sutura de pequena lesão, retirada de corpo estranho subcutâneo)	453
Pequenas cirurgias das vias aéreas superiores (lavagem de ouvido, retirada de corpo estranho da cavidade nasal/auditiva)	10
TOTAL	347.197

SAMU	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Transporte inter-hospitalar realizado pela equipe de suporte básico de vida terrestre	561
Atendimento pré-hospitalar realizado pela equipe de suporte básico de vida terrestre	4.160
TOTAL	4.721

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

CAPS INFANTIL - CAPS ADULTO	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Atendimento domiciliar para pacientes do CAPS	212
Acolhimento diurno	762
Atendimento individual	9.562
Atendimento em grupo	9.336
Atendimento familiar	4.569
Acolhimento inicial	1.097
Ações de articulação de rede inter e intra setoriais	2.266
Práticas corporais	1.304
Práticas expressivas e comunicativas	4.889
Atenção à situações de crise	11
Matriciamento de equipes na atenção básica	57
Redução de danos	3
Ações de reabilitação psicossocial	1.197
Promoção de contratualidade no território	65
Fortalecimento do protagonismo de usuários e família	1
Matriciamento de equipes na urgência/emergência	23
TOTAL	35.354

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

POLICLÍNICA MUNICIPAL	
Procedimentos	Total 2025
Ações de promoção e prevenção em saúde	101
Coleta de material (biopsias)	108
Métodos diagnósticos em especialidades (eletrencefalograma, eletrocardiograma, fundoscopia)	5.129
Diagnóstico por teste rápido (glicemia, detecção de HIV e sífilis)	5.388
Consultas de profissional de nível superior	2.938
Consultas em especialidade (médico)	22.415
Atendimentos de enfermagem	2.829
Pequena cirurgia de pele (eletrocoagulação cutânea, exérese de tumor de pele, cisto sebáceo, biopsia e lipoma)	699
Pequenas cirurgias das vias aéreas superiores	229
TOTAL	39.836

CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEOC	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Ações de promoção e prevenção em saúde	2.255
Diagnóstico em radiologia	2.738
Consultas	6.901
Tratamentos odontológicos	6.184
Pequenas cirurgias	23
Cirurgia da vias aéreas superiores	9
Buco m axilofacial	488
Próteses	1.400
TOTAL	19.998

REABILITA	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Sessões de Fisioterapia	37.474
Consulta de Fonoaudiologia*	1392
Procedimentos com finalidade diagnóstica (Fonoaudiologia)*	16
Número de alunos cadastrados na hidroginástica - 848 alunos - Atividade ministrada pela Secretaria de Esportes	
*Os atendimentos de fonoaudiologia, a partir do segundo quadrimestre, passaram a ser contabilizados no Reabilita. Anteriormente, a produção era registrada no slide equipe Emulti e na Policlínica.	

LABORATÓRIO MUNICIPAL	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Número de exames realizados no Laboratório Municipal	348.405
Número de exames realizados na urgência/emergência (laboratório lícitado)	80.034
TOTAL	428.439

CENTRAL DE AMBULÂNCIA	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Atendimentos realizados com as ambulâncias	28.523
Transporte realizado acompanhado pelo técnico de enfermagem	3.588
Atendimentos com transporte agendado + fisioterapia Londrina	19.543
Atendimentos de transporte para hemodiálises (ida e volta)	31.788
Atendimentos de transporte para Curitiba e demais cidades	67
Atendimentos de transporte para fisioterapia no REABILITA	1.716
Atendimentos a pacientes com COVID-19	5
TOTAL	85.230

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - slide 1	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Coleta de Material para finalidade diagnóstica	1
Diagnóstico em laboratório clínico	36.417
Diagnóstico por radiologia	6.555
Diagnóstico por ultra-sonografia	378
Diagnóstico por tomografia	7.540
Métodos diagnósticos em especialidades (eletrocardio, tococardio, testa da orelhinha)	3.792
Diagnóstico por teste rápido (glicemia/ dengue / covid)	0
Consultas / atendimentos / acompanhamentos	51.509
Tratamento clínico de fratura	374
Pequena cirurgia de pele (curativo grau II, sutura e drenagem de abscesso)	750
Cirurgia das vias aéreas superiores da face, da cabeça e pescoço	6
Cirurgia do aparelho digestivo (paracentese abdominal)	15

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - slide 2	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Cirurgia do sistema osteomuscular (redução de luxação / fratura e retirada de fio ou pino intra-ósseo)	232
Procedimentos Cirúrgicos	5
TOTAL	157.132

APAE	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Consultas / atendimentos / acompanhamentos	22.258

ESTABELECIMENTOS PRIVADOS (Laboratórios LAPEC, ANALISA, Clínica Ortopédica, Hospital São Francisco, Endoimagem, Ultramed)	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Diagnóstico em laboratório clínico	14.567
Diagnóstico por mamografia	4.305
Diagnóstico por radiologia	157
Diagnóstico por eletrocardiograma	447
Diagnóstico por densitometria	544
Diagnóstico por ultra-sonografia	1.655
Diagnóstico por endoscopia	184
Consultas	3.049
Fisioterapia	7.320
TOTAL	32.228

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO DO PARANAPANEMA - CISMEDPAR - Slide 1	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Atendimentos de Assistente social	522
Atendimentos de Enfermagem	2.333
Atendimentos de Farmacêutica	81
Atendimentos de Fisioterapia	2.821
Atendimentos de Fonoaudiologia	63
Atendimentos de Nutrição	373
Atendimentos de Psicologia	1.550
Atendimentos de Terapeuta Ocupacional	59
Ambulatórios (feridas, hanseníase, dor crônica e ostomias)	761
Consultas Especializadas	14.197
Diagnóstico por Anatomia Patológica	3.702
Coleta de material (biopsia, punção aspirativa)	216
Diagnóstico em laboratório clínico	109.324
Diagnóstico mamografia	184
Diagnóstico por radiologia	2.267
Diagnóstico por ultra-sonografia	12.954
Planejamento familiar (ação educativa, triagem)	2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO DO PARANAPANEMA - CISMEDPAR - Slide 2	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Vasectomia	0
Procedimentos com Finalidade Diagnóstica	7.271
Procedimentos Médicos	373
Tratamento Odontológico	178
Terapias (acupuntura)	251
TOTAL GERAL	159.482

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

FARMÁCIA MUNICIPAL	
Procedimentos	Total 2025
Número de usuários atendidos	63.587
Número de dispensações	96.056
Quantidade dispensada em comprimidos / frascos	7.706.375

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Slide 1	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Atividades educativas para o setor regulado	1.904
Análise de projetos básicos de arquitetura	97
Aprovação de projetos de arquitetura	26
Cadastro de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária	470
Inspeção sanitária de hospitais	55
Investigação de eventos adversos	4
Exclusão de cadastro de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária com atividades encerradas	997
Inspeção de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária	2.951
Licenciamento dos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária	1.057
Licenciamento sanitário de indústrias de medicamentos	4
Investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos	6
Investigação de surtos de infecção em serviços de saúde	6
Atividade educativa para a população	6.322
Recebimento de denúncias e reclamações	436
Atendimento às denúncias e reclamações	1.075
Licenciamento Sanitário de Hospitais	2

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Slide 2	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Inspeção sanitária de indústrias de insumos farmacêuticos	2
Inspeção sanitária de indústrias de medicamentos	59
Inspeção sanitária de serviços de diagnóstico e tratamento do câncer de colo de útero e mama	1
Inspeção sanitária de serviços hospitalares de atenção ao parto e à criança	2
Inspeção Sanitária de instituições de longa permanência para idosos	11
Licenciamento sanitário de instituições de longa permanência para idosos	2
Inspeção sanitária de serviços de alimentação	636
Cadastro de serviços de alimentação	12
Licenciamento sanitário de serviços de alimentação	325
Licença sanitária de serviços de diagnóstico e tratamento do câncer do colo de útero e mama	1
Fiscalização do uso de produtos fumígenos derivados do tabaco em ambientes coletivos fechados, públicos ou privados	62

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Slide 3	
PROCEDIMENTOS	Total 2025
Instauração de processo administrativo sanitário	73
Conclusão de processo administrativo	222
Inspeção sanitária de indústrias de insumos farmacêuticos	25
Vigilância da situação de saúde dos trabalhador	7
Atividade educativa em saúde do trabalhador	12
Inspeção sanitária em saúde do trabalhador	86
TOTAL GERAL	16.950

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	
	Total 2025
Visita do ACE para tratamento no DOMICÍLIO	179.280
Tratamento de Ponto Estratégico (por tratamento realizado)	560
Mutirões de Limpeza	30
Quantidade de domicílios visitados nos Mutirões de Limpeza	155.210
Ações Educativas a população sobre o cuidado a dengue	5
Número de ouvidorias relacionadas a dengue RECEBIDAS	362
Número de ouvidorias relacionadas a dengue RESOLVIDAS	268

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
HOSPITAL GERAL	1	1	0	2
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	2	2
PRONTO ATENDIMENTO	1	0	1	2
POLICLINICA	1	0	0	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	12	12
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	2	2	0	4
FARMACIA	0	0	2	2
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	3	2	1	6
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	2	2
Total	8	5	21	34

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 12/03/2026.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	20	0	4	24
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	1	2	0	3
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	0	0	3	3
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
ASSOCIACAO PRIVADA	0	3	1	4
PESSOAS FISICAS				
Total	21	5	8	34

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 12/03/2026.

5.3. Consórcios em saúde

Período 2025

Participação em consórcios			
CNPJ	Natureza	Area de atuação	Participantes
03273207000128	Direito Público	Compra de medicamentos	PR / CAMBÉ
00445188000181	Direito Público	Consulta médica especializada	PR / CAMBÉ

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 12/03/2026.

• Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A rede prestadora de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Cambé, conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) referentes a dezembro de 2025, é composta por 34 estabelecimentos de saúde públicos e prestadores vinculados ao SUS. A análise da composição dessa rede evidencia forte predominância da gestão municipal, responsável por 21 unidades (aproximadamente 62% do total), enquanto 5 estabelecimentos estão sob gestão estadual e 8 apresentam gestão compartilhada ou dupla, demonstrando importante participação do município na organização e oferta direta dos serviços de saúde.

No que se refere à estrutura da rede assistencial, observa-se que a Atenção Primária à Saúde constitui a principal base da rede municipal, com 11 Centros de Saúde/Unidades Básicas de Saúde e 01 Clínica da Mulher, distribuídos no território. Essas unidades desempenham papel estratégico na organização do cuidado, atuando como porta de entrada preferencial do sistema e responsáveis pela coordenação da atenção à saúde da população. A presença significativa dessas unidades reforça o modelo assistencial baseado na atenção primária como ordenadora da rede de serviços.

No campo da atenção às urgências e emergências, o município conta com dois serviços de pronto atendimento 24 horas e duas unidades móveis de nível pré-hospitalar(SAMU BÁSICA), que garantem atendimento imediato em situações agudas e auxiliam na regulação e encaminhamento de pacientes para outros níveis de atenção quando necessário. Essa estrutura contribui para a ampliação do acesso da população aos serviços de urgência e para a organização dos fluxos assistenciais dentro da rede.

A rede de atenção especializada é composta por uma policlínica municipal e quatro clínicas ou centros de especialidades, que oferecem consultas especializadas e procedimentos de média complexidade. Além disso, seis unidades classificadas como Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) realizam exames laboratoriais e de imagem fundamentais para o diagnóstico e acompanhamento de diversas condições de saúde. Essa estrutura demonstra a existência de uma rede complementar voltada ao apoio diagnóstico e à atenção especializada.

Na área de saúde mental, o município conta com dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e desempenham papel fundamental na assistência às pessoas com transtornos mentais e necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, contribuindo para a ampliação do cuidado em saúde mental no território.

A análise da rede por natureza jurídica demonstra predominância da administração pública municipal, responsável por 24 estabelecimentos vinculados ao SUS. Observa-se também a presença de estabelecimentos privados e entidades sem fins lucrativos, incluindo associações privadas e empresas prestadoras de serviços de saúde, que atuam de forma complementar à rede pública municipal. Essa composição evidencia que, embora a maior parte da rede seja pública, há dependência moderada de prestadores complementares para a oferta de determinados serviços especializados e diagnósticos.

No âmbito da organização regional da assistência, o município participa de consórcios públicos de saúde, que desempenham papel relevante na ampliação do acesso a serviços especializados e na racionalização de recursos. Entre as áreas de atuação destacam-se a aquisição compartilhada de medicamentos e a oferta de consultas médicas especializadas, fortalecendo a capacidade assistencial regional e contribuindo para a ampliação da oferta de serviços de média complexidade à população.

De forma geral, a análise da rede prestadora do SUS em Cambé evidencia uma estrutura assistencial com forte presença da rede municipal e base sólida na Atenção Primária à Saúde, complementada por serviços especializados, apoio diagnóstico e parcerias com prestadores privados e consórcios regionais. Essa organização favorece a integralidade da assistência e o fortalecimento da rede de atenção à saúde, embora também evidencie a importância da articulação regional e da contratação complementar para garantir acesso oportuno a determinados serviços especializados.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2025

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	67	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	22	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	48	60	69	305	91
	Informais (09)	1	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	157	8	0	19	0
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Celetistas (0105)	0	1	1	0	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	0	1	2	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 26/05/2026.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2021	2022	2023	2024
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	1	1	1	0
	Bolsistas (07)	8	5	13	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	617	650	713	0
	Informais (09)	2	2	2	0
	Intermediados por outra entidade (08)	352	219	303	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2021	2022	2023	2024
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	3	3	4	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 26/05/2026.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A tabela referente ao período de dezembro de 2025 apresenta a distribuição dos postos de trabalho ocupados na administração pública (grupo 1), considerando as diferentes formas de contratação e as ocupações classificadas por CBO. No total, são observados 887 postos de trabalho distribuídos entre funções administrativas e profissionais da área da saúde de diferentes níveis de formação.

Verifica-se que a principal forma de contratação é a de estatutários e empregados públicos, que somam 569 postos de trabalho. Esse resultado indica que a maior parte da força de trabalho está vinculada diretamente ao setor público, com vínculos mais estáveis e formalizados. Dentro dessa categoria, destacam-se especialmente os profissionais de nível médio, com 304 postos, seguidos pelos outros profissionais de nível superior, com 73 postos, pelos agentes comunitários de saúde (89) e pelos médicos (55). Esse padrão evidencia a predominância do vínculo público nas funções diretamente relacionadas à prestação de serviços de saúde.

Outra forma de contratação relevante é a intermediação por outra entidade, que contabiliza 294 postos de trabalho. Esse cenário sugere a presença de processos de terceirização, principalmente em atividades-meio, enquanto as funções assistenciais tendem a permanecer sob responsabilidade direta da administração pública.

As demais formas de contratação apresentam participação reduzida. Os bolsistas totalizam 21 postos, todos relacionados ao Programa Mais Médicos.

A partir da análise dos dados, observa-se que a Secretaria de Saúde está estruturada de forma a apresentar predominância de vínculos públicos formais nas atividades relacionadas à assistência em saúde, especialmente entre enfermeiros, agentes comunitários de saúde, médicos e outros profissionais de nível superior e médio. Ao mesmo tempo, identifica-se maior presença de contratações intermediadas ou alternativas nas funções administrativas. Esse cenário indica que a organização da força de trabalho da Secretaria busca priorizar vínculos diretos com o poder público nas atividades assistenciais, garantindo maior estabilidade nessas funções, ao passo que adota maior flexibilidade na organização das atividades administrativas.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Qualificação e fortalecimento da Atenção Básica em Saúde

OBJETIVO Nº 1 .1 - Qualificar e ampliar a linha de cuidado as pessoas com doenças crônicas

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a taxa de mortalidade prematura (30-69 anos) por DCNT-aparelho circulatório abaixo meta	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) de doenças do aparelho circulatório (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Taxa	2022	132,44	135,00	135,00	Taxa		150,00	111,11
Ação Nº 1 - Promover 1 grupo de tabagismo ativo por Unidade Básica de Saúde										
Ação Nº 2 - Realizar sensibilização da população sobre o crescimento da obesidade em adultos, e os perigos relacionados.										
Ação Nº 3 - Ampliar consultas e exames especializados, para zerar as filas e tempo de espera nas diversas especialidades médicas, bem como realizar mutirões para consultas, exames e cirurgias eletivas.(Plano de Governo)										
Ação Nº 4 - Aumentar oferta de atendimentos multidisciplinares com psicólogos, educadores físicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e nutricionistas;(Proposta 5 - Conferencia 2022)										
Ação Nº 5 - Melhorar a qualidade e agilidade dos atendimentos nos serviços de saúde, principalmente humanização dos atendimentos médicos;(Proposta19- Conferencia 2022)										
Ação Nº 6 - Central de Informações para pacientes sobre filas de cirurgias;(Proposta 04- Conferencia 2022)										
Ação Nº 7 - Solicitar ao Estado, aumento de consultas e exames especializados, preferencialmente em Cambé, e cirurgias eletivas;(Proposta 17- Conferencia 2022)										
Ação Nº 8 - Maior agilidade nos atendimentos e fluxo para troca de receita na UBS;(Proposta 16- Conferencia 2022)										
Ação Nº 9 - Aumentar atendimentos médicos e exames nas UBSs;(Proposta 15- Conferencia 2022)										

DIRETRIZ Nº 2 - Promoção da Atenção Integral à saúde da mulher e da criança

OBJETIVO Nº 2 .1 - Garantir atenção integral à saúde da mulher e da criança, priorizando o pré natal, parto, puerpério, assistência à criança, prevenção do câncer de colo de útero e de mamas

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a razão de mamografias realizadas ao ano na população-alvo, acima de 0,50%	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente e população da mesma faixa etária. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Razão	2020	0,40	0,50	0,50	Razão		0,42	84,00
Ação Nº 1 - Inserir ações que promovam a captação de mulheres para o exame de rastreamento.										
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa das mulheres na faixa etária estabelecida para realização de mamografia;										
Ação Nº 3 - Utilizar instrumentos de divulgação da prevenção da doença.										
Ação Nº 4 - Realizar campanha de sensibilização junto à população de mulheres.										
Ação Nº 5 - Implantar aprazamento de mulheres da faixa etária de 50 a 69 anos.										
2. Manter acima de 35% a proporção de parto normal no SUS e rede privada	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2019	40,00	35,00	35,00	Proporção		35,06	100,17
Ação Nº 1 - Divulgar regularmente, por meio das mídias sociais, informações que abordam as vantagens e os mitos relacionados ao parto normal e destacam a importância de práticas baseadas em evidências científicas.										
Ação Nº 2 - Realizar sensibilização de gestante sobre todos os benefícios do parto normal e sua rápida recuperação.										
Ação Nº 3 - Orientar profissionais de saúde sobre a importância de incentivo ao parto normal.										

3. Manter a proporção de gravidez na adolescência abaixo de 13%	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2020	10,25	13,00	13,00	Proporção		5,35	41,15
Ação Nº 1 - Disponibilizar de forma acolhedora anticoncepcional e preservativo para adolescentes que procuram a UBS.										
Ação Nº 2 - Explicar para os pais a importância de uma consulta quando percebem que o filho(a) entraram na puberdade.										
Ação Nº 3 - Realizar ações educativas dentro das escolas afim de orientar sobre os malefícios da gravidez na adolescência e sobre os métodos contraceptivos.										
4. Manter a taxa de mortalidade infantil abaixo de 10	Taxa de Mortalidade Infantil.(PACTUAÇÃO 17ªRS)	Taxa	2020	5,70	10,00	10,00	Taxa		16,00	160,00
Ação Nº 1 - Garantir a oferta de pré-natal de qualidade na Atenção Primária conforme critério de estratificação de risco de forma vinculada a Referência adequada.										
Ação Nº 2 - Realizar visita domiciliar até o 5º dia do puerpério.										
Ação Nº 3 - Fortalecer a puericultura como forma de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.										
Ação Nº 4 - Encaminhar toda criança de alto risco para o centro de referencia, e priorizar o acompanhamento dessas crianças na atenção básica mensalmente .										
Ação Nº 5 - Acompanhar as gestantes cadastradas em cada Unidade de Saúde através do Caderno de SISPRENATAL e E-sus, verificando mensalmente a estratificação de risco, a realização de exames preconizados e busca ativa de faltosas.										
Ação Nº 6 - Garantir a presença dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde nas reuniões de investigação e discussão dos óbitos infantis.										
Ação Nº 7 - Realizar busca ativa das gestantes faltosas e/ou com exames alterados;										
Ação Nº 8 - Maior oferta de consultas pediátricas nas UBS e garantia de Pediatra na UPA (Proposta 18- Conferencia 2022)										
5. Manter Mortalidade materna em zero	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Número	2020	1	0	0	Número		1,00	0
Ação Nº 1 - Realizar captação precoce da gestante para iniciar o pré-natal antes da 12ª semana de gestação;										
Ação Nº 2 - Garantir a realização dos exames preconizados no pré-natal pela linha guia.										
Ação Nº 3 - Reforçar as orientações de sinais e sintomas de complicações na gestação.										
Ação Nº 4 - Qualificar o registro de dados na carteira da gestante.										
Ação Nº 5 - Encaminhar para pré natal de alto risco, toda gestante que se enquadra, e manter o acompanhamento pela UBS.										
Ação Nº 6 - Incentivar a presença do parceiro nas consultas de pré-natal.										
Ação Nº 7 - Promover ações de acesso ao Planejamento Familiar.										
Ação Nº 8 - Realizar investigação de todo óbito materno, com participação de profissionais da Unidade de Atenção Básica.										
Ação Nº 9 - Realizar busca ativa das gestantes faltosas e/ou com exames alterados;										

DIRETRIZ Nº 3 - Qualificação da Vigilância em Saúde

OBJETIVO Nº 3 .1 - Monitorar e qualificar as ações de vigilância em saúde										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Notificar os casos de intoxicação por agrotóxicos.	Número de notificações de intoxicação por agrotóxicos (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Número	2022	0	5	5	Número		6,00	120,00
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais de saúde das unidades de saúde, pronto atendimento e hospitais para notificação de intoxicação por agrotóxico;										
2. Manter acima de 90% a proporção	Proporção de casos de dengue notificados em menos de 7 dias do atendimento e encerrados em menos de 30 dias da notificação, no período pré - endêmico (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2022	0,00	90,00	90,00	Proporção		77,00	85,56
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais das unidades de saúde e pronto atendimento para notificação no SINAN NET ARBOVIROSE;										
Ação Nº 2 - Monitorar notificações e encerrar em tempo hábil;										

Ação Nº 3 - Disponibilizar exame e resultado em menos de 25 dias;										
3. Realizar 3 reuniões por ano	Número de reuniões do Comitê intersetorial vinculado ao gabinete da Prefeitura que trata da Dengue e Arboviroses no ano.(PACTUAÇÃO 17ªRS)	Número	2021	0	3	3	Número		3,00	100,00
Ação Nº 1 - Aquisição de tablets para os agentes de endemias;										
Ação Nº 2 - Sensibilizar profissionais da importância das discussões intersetoriais para o combate a dengue e arboviroses;										
4. Instaurar 100% dos Processos Administrativos Sanitários, decorrente dos Autos de Infração lavrados, apurados anualmente	Proporção de instauração de Processos Administrativos Sanitários, decorrentes dos autos de infração lavrados (MUNICIPAL)	Proporção	2020	0,00	100,00	100,00	Proporção		100,00	100,00
Ação Nº 1 - Estabelecer o fluxo de instauração de processos através de procedimento operacional padrão;										
Ação Nº 2 - Monitorar a proporção de processos instaurados decorrente de autos de infração lavrados.										
5. Aumentar em 5% ao ano o Julgamento de Processos Administrativos Sanitários nas 3 instâncias recursais, decorrente dos Autos de Infração lavrados, dentro de seis meses desde a sua instauração.	Proporção de julgamento de Processos Administrativos Sanitários, decorrentes dos autos de infração lavrados (MUNICIPAL)	Proporção	2020	0,00	55,00	55,00	Proporção		62,10	112,91
Ação Nº 1 - Estabelecer o fluxo de tramitação de processos através de procedimento operacional padrão;										
Ação Nº 2 - Solicitar a Regional de Saúde treinamento referente a julgamentos de processos administrativos sanitários.										
Ação Nº 3 - Conscientizar as instâncias julgadoras sobre a necessidade de manter-se a razoabilidade na duração do processo na esfera administrativa e dos meios que garantam a celeridade da sua tramitação.										
Ação Nº 4 - Monitorar a proporção de processos julgados dentro de seis meses da sua instauração.										
6. Aumentar em 5% a realização de inspeção sanitária das empresas cujas atividades econômicas constem como de competência exclusiva de município Porte 3 na Deliberação CIB 085 de 24/06/2021 ou outra que vier a substituí-la	Inspeção das empresas sob responsabilidade exclusiva de município porte 3 (MUNICIPAL)	Percentual	2020	0,00	100,00	100,00	Percentual		97,22	97,22
Ação Nº 1 - Manter disponibilidade de servidor qualificado e capacitado para participação de capacitação continuada periódica para manutenção da competência dos inspetores, nos termos do documento PROG-SNVS-001 da ANVISA ou outro que vier a substituí-lo.										
Ação Nº 2 - Monitorar a proporção de realização das inspeções nas empresas cujas atividades econômicas constem como de competência exclusiva de município Porte 3 na Deliberação CIB 085 de 24/06/2021 ou outra que vier a substituí-la.										

7. Aumentar em 10% ao ano a análise de projetos básicos de arquitetura perante a Vigilância Sanitária de estabelecimentos novos, que desenvolvam as atividades que demandem tal aprovação, listadas na Resolução SESA 1034/2020.	Análise de Projetos Básicos de Arquitetura perante a Vigilância Sanitária.(MUNICIPAL)	Percentual	2020	0,00	70,00	70,00	Percentual		100,00	142,86
Ação Nº 1 - Estabelecer o fluxo de tramitação de processos de análise de projeto básico de arquitetura através de procedimento operacional padrão;										
Ação Nº 2 - Monitorar a proporção de análise de projetos básicos de arquitetura perante a Vigilância Sanitária de estabelecimentos novos, que desenvolvam as atividades que demandem tal aprovação, listadas na Resolução SESA 1034/2020 ou outra que vier a substituí-la.										
Ação Nº 3 - Garantir que o município disponha de profissional habilitado, capacitado e nomeado como autoridade sanitária para realização da análise dos projetos básicos de arquitetura perante a Vigilância Sanitária.										
8. Manter a proporção de ações corretivas realizadas acima de 80%	Proporção (%) de não conformidade de controle de qualidade da água com ação da vigilância em saúde compatível (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2022	0,00	80,00	80,00	Proporção		100,00	125,00
Ação Nº 1 - Manter o controle de amostras de qualidade da água;										
Ação Nº 2 - Investigar os desvios de qualidade da água e solicitar correções pertinentes;										
9. Manter os profissionais responsáveis pela fiscalização, devidamente nomeados	Número de autoridades sanitárias nomeadas conforme a Lei Estadual 13.331/2001(PACTUAÇÃO 17ªRS)	Número	2022	15	18	18	Número		18,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter nomeados todos os servidores lotados na Vigilância Sanitária;										
Ação Nº 2 - Nomear no mínimo dois profissionais lotados na Vigilância Epidemiológica;										
Ação Nº 3 - Nomear no mínimo dois profissionais lotados na Vigilância Ambiental;										
Ação Nº 4 - Manter a nomeação do Secretário de Saúde ;										
Ação Nº 5 - Nomear os substitutos temporários de qualquer autoridade sanitária;										
10. Manter todos os servidores atuantes na vigilância sanitária capacitados	Proporção (%) de autoridades sanitárias nomeadas com comprovação de capacitação na área de vigilância sanitária no ano (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2022	0,00	100,00	100,00	Proporção		100,00	100,00
DIRETRIZ Nº 4 - Garantia do acesso da população aos serviços de saúde em tempo oportuno, com qualidade e resolutividade										
Ação Nº 1 - Divulgar as capacitações de vigilância sanitária para os servidores do setor;										
OBJETIVO Nº 4.1 - Fortalecer a atenção básica em saúde como a principal porta de entrada e ordenadora da Rede de Atenção à Saúde										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter população coberta pelas equipes de saúde da família acima de 80%	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Percentual	2020	89,61	80,00	80,00	Percentual		81,97	102,46
Ação Nº 1 - Identificar os territórios habitados por grupos vulneráveis, para nortear o planejamento das ações de necessidade de expansão da Atenção Básica;										
Ação Nº 2 - Realizar e manter cadastro da população atualizado, com registro dos dados no E-sus.										
Ação Nº 3 - Estimar a quantidade de equipes de saúde da família, estruturas físicas e equipamentos necessários à expansão dos serviços de Atenção Básica.										
Ação Nº 4 - Aquisição de veículos para o transporte sanitário na AB;										

Ação Nº 5 - Implantação de gestão de informação assistencial, regulação, controle, auditoria e digitalização para todos os serviços e níveis de atenção de saúde do município;(Proposta 11- Conferencia2022)										
Ação Nº 6 - Aumentar equipe PSF e atendimentos domiciliares;(Proposta 03- Conferencia 2022)										
Ação Nº 7 - Melhoria da estrutura física com acessibilidade e mobiliário adequado na UBS Santo Amaro; (Proposta 28- Conferencia 2022)										
Ação Nº 8 - Redefinir área de abrangência das UBS bem como das equipes de saúde da família.										
Ação Nº 9 - Construção de UBS porte II na região do jardim Araucária, com ampliação de Equipe de Saúde da Família.										
Ação Nº 10 - Aumentar equipe multiprofissional de Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD);(Proposta 08- Conferencia 2022)										
Ação Nº 11 - Construção/ampliação e reforma da UBS Guarani; .(Proposta 20-Conferencia 2022)										
Ação Nº 12 - Reformar a UBS Santo Amaro.										
Ação Nº 13 - Reforma /ampliação UBS Novo Bandeirantes.										
2. Realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde de no mínimo 80% dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF). (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Percentual	2020	85,21	80,00	80,00	Percentual		91,61	114,51
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa das famílias em condicionalidades do bolsa família.										
Ação Nº 2 - Garantir o planejamento intersetorial (saúde, educação e assistência social) para a utilização do recurso										
Ação Nº 3 - Promover a atenção integral à saúde da população Cambeense, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade social. (Plano de Governo)										
OBJETIVO Nº 4 .2 - Fortalecer e ampliar o acesso a linha de cuidado em saúde bucal										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter acima de 55% a cobertura de Saúde bucal	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Percentual	2020	45,34	55,00	55,00	Percentual		58,32	106,04
Ação Nº 1 - Executar ação coletiva de escovação dental supervisionada nas escolas e centros de educação infantil do município;										
Ação Nº 2 - Fornecer kit saúde bucal para as crianças atendidas pelo programa de ação coletiva de saúde bucal nas escolas e Centros de Educação Infantil do município;										
Ação Nº 3 - Garantir EPIs e readequar as unidades para o retorno total dos atendimentos odontológicos eletivos durante/pós pandemia COVID-19;										
Ação Nº 4 - Realizar Campanhas de Prevenção e Diagnostico Precoce de Câncer de Boca pelo menos 1 vez ao ano;										
Ação Nº 5 - Repor as equipes de saúde bucal perdidas por exoneração/aposentadoria e instituir novas equipes para ampliar o acesso da população;										
Ação Nº 6 - Construção de novo prédio, em novo endereço, para o Centro de Especialidades Odontológicas - CEOC;										
Ação Nº 7 - Retorno do plantão odontológico, inclusive aos sábados e domingos;(Proposta06- Conferencia 2022)										
Ação Nº 8 - Aquisição de equipamentos para fortalecimento das ações de saúde bucal.										
Ação Nº 9 - Aquisição de aparelho de RX odontológico panorâmico										
OBJETIVO Nº 4 .3 - Assegurar atenção em saúde mental as pessoas em sofrimento mental										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar fluxo de monitoramento de pacientes em situação de crise nos serviços de saúde do município, em até 4 serviços por ano (11 UBS+Policlínica+Caps II+ Caps Infantil+UPA+Santa Casa = 16 serviços)	Implantar o monitoramento dos pacientes em situação de crise. (MUNICIPAL)	Número	2020	0	16	4	Número		5,00	125,00
Ação Nº 1 - Criar Procedimento Operacional Padrão, e capacitar os serviços de saúde para possibilitar a monitorização dos pacientes em crise.										
Ação Nº 2 - Criar planilha compartilhada entre os serviços para conhecimento dos pacientes em crise, internados e que tiveram alta para continuidade do tratamento pós alta.										

Ação Nº 3 - Realizar reuniões de matriciamento entre os serviços para discussões dos casos.										
Ação Nº 4 - Ofertar vagas ambulatorial destinadas à paciente pós alta para continuidade do tratamento.										
Ação Nº 5 - Capacitar os profissionais nos serviços de urgência para atendimento à pacientes em crise.										
2. Realizar no mínimo 12 ações de matriciamento, no ano, por Caps	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Percentual	2019	100,00	100,00	100,00	Percentual		100,00	100,00
Ação Nº 1 - Implantação de CAPS AD (Álcool/Drogas) no município;(Proposta 31-Conferencia 2022)										
Ação Nº 2 - Aumentar atendimentos de psicologia;(Proposta 29-Conferencia 2022										
Ação Nº 3 - Traçar plano terapêutico junto com atenção básica.										
Ação Nº 4 - Manter reuniões de matriciamento com atenção básica.										
Ação Nº 5 - Criar programa integrado de atendimento aos dependentes químicos e a seus familiares, que envolva atenção na área da saúde, educação, formação profissional, assistência jurídica e parceria com o terceiro setor como as comunidades terapêuticas. (Proposta de Governo)										
Ação Nº 6 - Buscar recurso para construção de cede própria do CAPS II Adulto.										

DIRETRIZ Nº 5 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em Saúde

OBJETIVO Nº 5 .1 - Controlar e diminuir doenças, agravos e riscos à saúde da população, bem como intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a cobertura vacinal de cada vacina, acima de 95%, para o conjunto das 8 vacinas: BCG; ROTAVIRUS ORAL; PENTAVALENTE; PNEUMO 10; POLIOMELITE; MENINGO C; FEBRE AMARELA E TRIPLICE VIRAL.	Cobertura de vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Percentual	2020	50,00	95,00	95,00	Percentual		84,00	88,42
Ação Nº 1 - Manter o acompanhamento pelos ACSs através do uso do cartão sombra para acompanhamento e busca de faltosos para vacina em menores de 2 anos.										
Ação Nº 2 - Manter, obrigatoriamente, o registro de administração e aprazamento de vacinas mensalmente pelo prontuário eletrônico E-sus										
Ação Nº 3 - Vacinar a população alvo conforme o esquema vacinal e as normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunização para cada vacina.										
Ação Nº 4 - Disponibilizar as vacinas nas unidades de saúde.										
Ação Nº 5 - Verificar mensalmente os faltosos e realizar busca ativa.										
2. Manter a taxa de abandono das vacinas: (hep B; rotavirus oral; pneumo 10; meningoc; poliomelite; penta; triplice viral e tetra viral) abaixo de 5%	Taxa de abandono de vacinas selecionadas (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Taxa	2022	0,00	5,00	5,00	Taxa		8,00	160,00
Ação Nº 1 - Usar o registro de aprazamento para criança até 2 anos;										
Ação Nº 2 - Verificar mensalmente os faltosos e realizar busca ativa;										
Ação Nº 3 - Manter, em parceria com a Secretaria de Educação, atestado de vacinação para matrícula escolar;										
3. Realizar esquema completo primário, em 70% da população alvo.	Proporção (%) da população alvo com esquema vacinal contra SARS-CoV-2 completo. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2022	0,00	70,00	70,00	Proporção		0	0
Ação Nº 1 - Divulgar as ações de vacinação para população										

Ação Nº 2 - Promover ações para intensificar a vacinação contra SARS-CoV-2										
Ação Nº 3 - Registrar a vacina no sistema SIPNI - COVID e PEC-Esus										
4. Examinar os contatos de TB pulmonar.	Proporção (%) de contatos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial examinados. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Proporção	2022	0,00	70,00	70,00	Proporção		90,00	128,57
Ação Nº 1 - Anotar dados dos contatos de TB notificados no SINAN;										
Ação Nº 2 - Rastrear os contatos de TB;										
Ação Nº 3 - Agendar consulta médica para atendimento dos contatos;										
Ação Nº 4 - Registrar o número de contatos examinados no SINAN;										
Ação Nº 5 - Implantar fluxo para avaliação dos contatos de TB junto a Vigilância Epidemiológica, CTA e Atenção Básica;										
5. Manter casos novos de sífilis congênita em menores de um ano em zero	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Número	2020	3	0	0	Número		30,00	0
Ação Nº 1 - Realizar teste rápido para sífilis em todos os trimestres da gestação;										
Ação Nº 2 - Realizar tratamento adequado e oportuno nas gestantes com sífilis e de suas parcerias sexuais.										
Ação Nº 3 - Ampliar a cobertura das ações de profilaxia de transmissão vertical da sífilis em gestantes/parturientes e em crianças expostas.										
Ação Nº 4 - Realizar captação precoce da gestante para início do pré natal;										
Ação Nº 5 - Realizar busca ativa das gestantes faltosas em tratamento para sífilis;										
Ação Nº 6 - Capacitar novos profissionais para teste rápido ;										
Ação Nº 7 - Disponibilizar teste rápido e VDRL para gestantes e parceiro;										
Ação Nº 8 - Orientar a população quanto a prevenção das IST;										
Ação Nº 9 - Acompanhar o tratamento do parceiro e da gestante com sífilis;										
Ação Nº 10 - Disponibilizar penicilina G benzatina para o tratamento das gestantes e parceiros;										
Ação Nº 11 - Documentar resultado dos exames na carteira da gestante;										
6. Manter em zero o número de novos casos de AIDS em menores de 5 anos	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos. (PACTUAÇÃO 17ªRS)	Número	2020	0	0	0	Número		0	0
Ação Nº 1 - Captar gestantes para realizar o pré-natal desde o início da gestação, ou assim que descobrir a gravidez.										
Ação Nº 2 - Realizar testagem, especialmente por meio dos testes rápidos, para o diagnóstico precoce.										
Ação Nº 3 - Realizar o tratamento correto com profissional de saúde e buscar adesão às consultas do pré-natal para acompanhamento adequado e realização dos exames solicitados.										
Ação Nº 4 - Notificar e monitorar gestantes infectadas pelo HIV e crianças expostas.										
Ação Nº 5 - Capacitar novos profissionais de Saúde para a realização do Teste Rápido.										
Ação Nº 6 - Orientar população quanto a prevenção das IST										
Ação Nº 7 - Encaminhar gestante com HIV para CTA										
DIRETRIZ Nº 6 - Garantia e fortalecimento da assistência farmacêutica municipal										

OBJETIVO Nº 6 .1 - Promover o acesso da população aos medicamentos contemplados nas políticas públicas e ao cuidado farmacêutico										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aplicar mínimo de R\$14,00 per capta	Valor do recurso per capta aplicado na assistência farmacêutica (MUNICIPAL)	Moeda	2020	140,25	14,00	140,00	Moeda		29,98	21,41
Ação Nº 1 - Realizar licitação própria municipal dos medicamentos não ofertados e para suprir eventual falta ou atraso nas entregas pelo Consórcio utilizando no mínimo os valores determinados pela Portaria nº3.193/2019, Portaria de Consolidação nº6/GM/MS e Deliberação nº49/2020 da Comissão Intergestora Bipartite do Paraná para o financiamento do Componente da Atenção Básica.										
Ação Nº 2 - Manter o sistema informatizado nas unidades de dispensação para proporcionar uso racional e controle medicamentos.										
Ação Nº 3 - Farmácia Municipal descentralizada na região Sudeste;(Proposta 01- Conferencia 2022) (Gestão)										
Ação Nº 4 - Adquirir medicamentos da REMUME através do Consórcio Intergestores Paraná Saúde.										
2. Revisar e atualizar a REMUME a cada 2 anos	Revisão e atualização periódica da REMUME(MUNICIPAL)	Número	2020	0	2	Não programada	Número			

DIRETRIZ Nº 7 - Qualificação e Fortalecimento da gestão do trabalho e educação em saúde

OBJETIVO Nº 7 .1 - Fortalecer o processo de educação em saúde e disseminação de conhecimento voltado para todas as categorias profissionais que compõe a secretaria municipal de saúde, bem como envolver a comunidade e o controle social										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	Número de ações educativas em saúde realizadas para profissionais anualmente (MUNICIPAL)	Número	2020	0	12	12	Número		36,00	300,00
Ação Nº 1 - Aprimorar programa de capacitação continuada para os profissionais da secretaria de saúde em diferentes temas/desempenhos, com vistas a melhoria da resolutividade e qualidade do cuidado em saúde, bem como envolver o Conselho de Saúde.										
Ação Nº 2 - Desenvolver campanha educativa em todas as escolas (municipais, particulares, estaduais) de ensino básico, igrejas, empresas e clubes de serviços, objetivando a prevenção ao uso de drogas.(Proposta de Governo)										
Ação Nº 3 - Integração das políticas públicas na área da educação, saúde, assistência social, cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos. (Proposta de Governo)										
Ação Nº 4 - Manter plano de ações de integração ensino-serviço com vistas a adequar às novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.										
Ação Nº 5 - Manter parceria com as universidades oferecendo campo de estágio.										
Ação Nº 6 - Oficinas de educação permanente, sensibilizações, capacitações para todas as categorias de forma contínua e com incentivo/liberação para pós graduação, mestrado e doutorado; (Proposta 34- Conferencia 2022)										
Ação Nº 7 - Fortalecer a gestão democrática e participativa da Saúde, garantindo a articulação com a sociedade civil, consolidando o Conselho de Saúde como ferramenta fundamental. (Plano de Governo)										
Ação Nº 8 - Retorno das feiras de saúde;(Proposta 30- Conferencia 2022)										

DIRETRIZ Nº 8 - Fortalecimento da Gestão em Saúde

OBJETIVO Nº 8 .1 - Aprimorar e fortalecer os processos de gestão										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	Número de ações realizadas anualmente (MUNICIPAL)	Número	2020	0	8	2	Número		3,00	150,00
Ação Nº 1 - Adequação da estrutura física dos serviços de saúde, por reforma ou construção: CAPS II, almoxarifado/CAF e Intersaúde/SAMU.(Proposta 26-Conferencia 2022)										
Ação Nº 2 - Aquisição de veículos básicos, vans e ambulâncias para a secretaria de saúde.										
Ação Nº 3 - Melhorias das estruturas físicas dos serviços visando bem estar dos servidores, tais como: refeitório, sala de estar e descanso; criação de salas multidisciplinares para atendimento, como também ar condicionado e bebedouros adequados; (Proposta 32-Conferencia 2022)										
Ação Nº 4 - Criação de serviço de saúde ocupacional para os servidores da PMC com atendimentos clínicos multidisciplinares;(Proposta 33- Conferencia 2022)										
Ação Nº 5 - Equiparação do valor do plantão com hora extra.(Proposta 35- Conferencia 2022)										
Ação Nº 6 - Renovação e ampliação da frota de veículos da SMS e aumento das ambulâncias;(Proposta 21- Conferencia 2022)										
Ação Nº 7 - Ampliação da equipe gestora e qualificação permanente e continuada voltada para a gestão municipal e instituir gratificação para os cargos de responsabilidade técnica e comissão técnica da secretaria de saúde;(Proposta 13- Conferencia 2022)										
Ação Nº 8 - Criação de PCCS específico para os profissionais lotados na saúde, contemplando: vale transporte, vale alimentação, assiduidade, visando isonomia e revisão do enquadramento de cargos;(Proposta 09- Conferencia 2022)										
Ação Nº 9 - Implantação de equipe de TI para atender os serviços de saúde e construção dos sistema de informação, garantindo informatização de todos os serviços de saúde e aquisição de equipamentos (Proposta 10- Conferencia 2022)										
Ação Nº 10 - Instituir serviço de manutenção predial, equipamentos, eletrodomésticos e equipamentos médicos/hospitalares exclusivo para a secretaria de saúde, com carga horária compatível com os serviços de saúde e profissional técnico com formação para o desempenho dessas atividades;(Proposta 12- Conferencia 2022)										
Ação Nº 11 - Manutenção e renovação das estruturas físicas; equipamentos médicos/hospitalares; equipamentos de informática; móveis; uniformes e veículos para todos os serviços de saúde;(Proposta 22- Conferencia 2022).										
Ação Nº 12 - Aquisição de câmeras de monitoramento para implantação de sistema de monitorização nos serviços de saúde;										
DIRETRIZ Nº 9 - Qualificação e Fortalecimento dos serviços de Urgência e Emergências										

OBJETIVO Nº 9 .1 - Garantir melhoria na qualidade dos atendimentos de Urgência e Emergências										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Polaridade	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar 01 protocolo de atendimento nos serviços de Urgência e Emergências do município por ano	Implantar protocolo de atendimento nos serviços de Urgência e Emergências do município.(MUNICIPAL)	Número	2020	0	4	1	Número		1,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar capacitação dos profissionais, quanto a utilização do protocolo.										
Ação Nº 2 - Assegurar a educação continuada para a Rede de Urgência e Emergência, visando a qualificação profissional, a valorização dos profissionais e a humanização no atendimento.										
Ação Nº 3 - Central de ambulâncias descentralizada na região Sudeste;(proposta 02- Conferencia 2022)										
Ação Nº 4 - Construção do Pronto Atendimento Municipal, para abrigar o PA Maria Anideje, com recurso do Estado e contrapartida municipal.										
Ação Nº 5 - Aquisição de aparelho de RX para Pronto Atendimento Maria Anideje-24h.										
Ação Nº 6 - Reforma Pronto Atendimento Silvia Mantovani- UPA24h										
Ação Nº 7 - Elaborar protocolo para atendimento na Urgência e Emergência;										
2. Garantir que 100% dos acolhimentos com classificação de risco em menores de 12 anos sejam realizados por profissional Enfermeiro	Percentual de acolhimentos com classificação de risco em menores de 12 anos realizados pelo Enfermeiro	Percentual	2022	0,00	100,00	100,00	Percentual		100,00	100,00
Ação Nº 1 - Revisar e atualizar os protocolos de acolhimento com classificação de risco pediátrico, incluindo a obrigatoriedade da presença do Enfermeiro nesse processo.										
Ação Nº 2 - Elaborar escala de Enfermagem garantindo a presença de Enfermeiro disponível 24h, especialmente nos horários de maior demanda (turnos e finais de semana).										
Ação Nº 3 - Sensibilização da equipe multidisciplinar e gestão quanto à importância do Enfermeiro neste processo, com reuniões de alinhamento e pactuação da meta.										

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção			
Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	12	36
	Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	2	3
301 - Atenção Básica	Manter a taxa de mortalidade prematura (30-69 anos) por DCNT- aparelho circulatório abaixo meta	135,00	150,00
	Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	2	3
	Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	12	36
	Manter a cobertura vacinal de cada vacina, acima de 95%, para o conjunto das 8 vacinas: BCG; ROTAVIRUS ORAL; PENTAVALENTE; PNEUMO 10; POLIOMELITE; MENINGO C; FEBRE AMARELA E TRIPLICE VIRAL.	95,00	84,00
	Manter acima de 55% a cobertura de Saúde bucal	55,00	58,32
	Manter população coberta pelas equipes de saúde da família acima de 80%	80,00	81,97
	Manter a razão de mamografias realizadas ao ano na população-alvo, acima de 0,50%	0,50	0,42
	Manter acima de 35% a proporção de parto normal no SUS e rede privada	35,00	35,06
	Manter a taxa de abandono das vacinas: (hep B; rotavirus oral; pneumo 10; meningoc; poliomelite; penta; triplice viral e tetra viral) abaixo de 5%	5,00	8,00
	Realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde de no mínimo 80% dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF)	80,00	91,61
	Manter a proporção de gravidez na adolescência abaixo de 13%	13,00	5,35
	Realizar esquema completo primário, em 70% da população alvo.	70,00	0,00
	Manter a taxa de mortalidade infantil abaixo de 10	10,00	16,00

	Examinar os contatos de TB pulmonar.	70,00	90,00
	Manter Mortalidade materna em zero	0	1
	Manter casos novos de sífilis congênita em menores de um ano em zero	0	30
	Manter em zero o número de novos casos de AIDS em menores de 5 anos	0	0
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Implantar fluxo de monitoramento de pacientes em situação de crise nos serviços de saúde do município, em até 4 serviços por ano (11 UBS+Policlínica+Caps II+Caps Infantil+UPA+Santa Casa = 16 serviços)	4	5
	Implantar 01 protocolo de atendimento nos serviços de Urgência e Emergências do município por ano	1	1
	Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	2	3
	Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	12	36
	Realizar no mínimo 12 ações de matriciamento, no ano, por Caps	100,00	100,00
	Garantir que 100% dos acolhimentos com classificação de risco em menores de 12 anos sejam realizados por profissional Enfermeiro	100,00	100,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Aplicar mínimo de R\$14,00 per capta	140,00	29,98
	Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	12	36
	Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	2	3
304 - Vigilância Sanitária	Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	12	36
	Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	2	3
	Instaurar 100% dos Processos Administrativos Sanitários, decorrente dos Autos de Infração lavrados, apurados anualmente	100,00	100,00
	Aumentar em 5% ao ano o Julgamento de Processos Administrativos Sanitários nas 3 instâncias recursais, decorrente dos Autos de Infração lavrados, dentro de seis meses desde a sua instauração.	55,00	62,10
	Aumentar em 5% a realização de inspeção sanitária das empresas cujas atividades econômicas constem como de competência exclusiva de município Porte 3 na Deliberação CIB 085 de 24/06/2021 ou outra que vier a substituí-la	100,00	97,22
	Aumentar em 10% ao ano a análise de projetos básicos de arquitetura perante a Vigilância Sanitária de estabelecimentos novos, que desenvolvam as atividades que demandem tal aprovação, listadas na Resolução SESA 1034/2020.	70,00	100,00
	Manter a proporção de ações corretivas realizadas acima de 80%	80,00	100,00
	Manter os profissionais responsáveis pela fiscalização, devidamente nomeados	18	18
	Manter todos os servidores atuantes na vigilância sanitária capacitados	100,00	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Notificar os casos de intoxicação por agrotóxicos.	5	6
	Realizar mínimo de 02 ações por ano do total das propostas	2	3
	Promover 12 ações educativas em saúde para profissionais/conselho de saúde no ano	12	36
	Manter a cobertura vacinal de cada vacina, acima de 95%, para o conjunto das 8 vacinas: BCG; ROTAVIRUS ORAL; PENTAVALENTE; PNEUMO 10; POLIOMELITE; MENINGO C; FEBRE AMARELA E TRIPLICE VIRAL.	95,00	84,00
	Manter acima de 90% a proporção	90,00	77,00
	Manter a taxa de abandono das vacinas: (hep B; rotavirus oral; pneumo 10; meningoc C; poliomelite; penta; triplice viral e tetra viral) abaixo de 5%	5,00	8,00
	Realizar 3 reuniões por ano	3	3
	Realizar esquema completo primário, em 70% da população alvo.	70,00	0,00
	Examinar os contatos de TB pulmonar.	70,00	90,00
	Manter casos novos de sífilis congênita em menores de um ano em zero	0	30
	Manter em zero o número de novos casos de AIDS em menores de 5 anos	0	0

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	0,00	5.072.000,01	2.000,00	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	5.075.000,01
	Capital	0,00	10.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	43.708.000,00	13.393.000,00	410.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	57.511.000,00
	Capital	0,00	412.000,00	210.000,00	960.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	1.582.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	47.807.000,00	7.696.000,00	956.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	56.459.000,00
	Capital	0,00	402.000,00	200.000,00	202.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	804.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	4.325.000,00	24.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.349.000,00
	Capital	0,00	1.000,00	N/A	52.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	53.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	1.871.000,00	72.000,00	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	1.944.000,00
	Capital	0,00	50.000,00	N/A	68.009,50	N/A	N/A	N/A	N/A	118.009,50
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	5.513.000,00	2.515.000,00	51.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	8.079.000,00
	Capital	0,00	1.000,00	N/A	70.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	71.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	3.000,00	16.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	19.000,00
	Capital	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 26/05/2026.

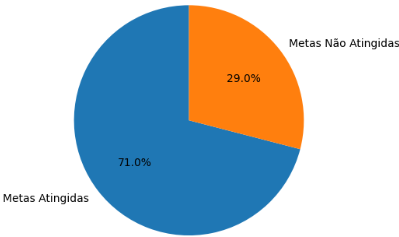
• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A análise do conjunto de indicadores monitorados na Programação Anual de Saúde (PAS) de 2025 demonstra o desempenho das ações e estratégias desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde ao longo do período. Do total de 31 indicadores avaliados, 22 indicadores (71,0%) atingiram ou superaram as metas estabelecidas, evidenciando resultados satisfatórios na maior parte das ações previstas no planejamento anual.

Por outro lado, 9 indicadores (29,0%) não atingiram as metas pactuadas, apontando áreas que demandam maior atenção por parte da gestão municipal. De modo geral, esses resultados concentram-se em indicadores relacionados a aspectos da vigilância em saúde, condições sensíveis à atenção primária e ações de prevenção, que dependem de estratégias contínuas de monitoramento, qualificação da assistência e fortalecimento das ações intersetoriais.

De forma geral, os resultados demonstram que a maioria dos indicadores apresentou desempenho satisfatório, refletindo o esforço da gestão municipal na implementação das políticas públicas de saúde, na ampliação do acesso aos serviços e no fortalecimento da rede de atenção à saúde. Ao mesmo tempo, os indicadores que não atingiram as metas estabelecidas constituem importantes elementos de análise para o planejamento das ações futuras, orientando a adoção de medidas corretivas e o aprimoramento das estratégias assistenciais e de vigilância em saúde no município.

Situação dos Indicadores da PAS 2025 (Total: 31)



Análise Detalhada dos Indicadores com Desempenho Inferior às Metas

A análise dos indicadores que não atingiram as metas estabelecidas na Programação Anual de Saúde de 2025 permite identificar fatores relacionados tanto à complexidade dos determinantes de saúde quanto às limitações operacionais e desafios enfrentados na execução das ações programadas. A avaliação desses resultados constitui importante instrumento para o aprimoramento do planejamento e para o direcionamento de estratégias de intervenção nos próximos ciclos de gestão.

1)- Taxa de mortalidade prematura por doenças do aparelho circulatório , o resultado observado foi de 150 óbitos por 100 mil habitantes, superior à meta estabelecida de 135. Esse indicador está diretamente relacionado à prevalência de fatores de risco como hipertensão arterial, diabetes, obesidade, sedentarismo e tabagismo, além da adesão ao acompanhamento clínico e ao tratamento medicamentoso. O resultado pode refletir a persistência desses fatores de risco na população adulta, bem como desafios na detecção precoce e no acompanhamento longitudinal dos usuários com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde. A redução desse indicador depende do fortalecimento das ações de promoção da saúde, do acompanhamento regular de pacientes com doenças crônicas e da ampliação das estratégias de prevenção cardiovascular.

2)- Razão de mamografias de rastreamento , o resultado de 0,42 ficou abaixo da meta de 0,50, indicando que a cobertura de exames para rastreamento do câncer de mama ainda não atingiu o nível desejado para a população-alvo. Esse resultado pode estar associado a baixa adesão de parte da população ao rastreamento periódico, pois não houve limitação na oferta e acesso. A ampliação das ações de busca ativa, campanhas de conscientização e fortalecimento da articulação com a rede regional de diagnóstico são estratégias importantes para melhorar o desempenho desse indicador, que já apresenta um série histórica abaixo da meta estabelecida no município, porém acima da meta estabelecida no Paraná que é de 0,40.

3)- Taxa de mortalidade infantil , que atingiu uma taxa de 16 óbitos por mil nascidos vivos, superou significativamente a meta estabelecida de menos de 10 óbitos por mil nascidos vivos. Esse indicador é considerado um dos principais parâmetros para avaliação das condições de saúde da população e da qualidade da assistência materno-infantil. O resultado pode estar relacionado a fatores como prematuridade, baixo peso ao nascer, condições socioeconômicas desfavoráveis, intercorrências gestacionais ou limitações no acesso aos serviços de saúde. Esse cenário reforça a necessidade de intensificar as ações de qualificação do pré-natal, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, vigilância dos óbitos e atuação integrada entre atenção primária, atenção especializada e rede hospitalar.

4)- Óbito materno, foi registrado um caso no período, enquanto a meta estabelecida era zero. Embora se trate de evento relativamente raro, cada ocorrência exige análise criteriosa por meio de investigação epidemiológica e discussão em comitês de mortalidade materna, com o objetivo de identificar fatores evitáveis e aprimorar os processos de cuidado. A prevenção de óbitos maternos está diretamente relacionada à qualidade do acompanhamento pré-natal, ao acesso oportuno aos serviços de parto e à adequada assistência às intercorrências obstétricas.

5)- Proporção de notificações e encerramento oportuno de casos de dengue, apresentou resultado de 77%, abaixo da meta de 90%. Esse desempenho está relacionado principalmente ao atraso na liberação dos resultados de exames laboratoriais pelo Hospital Universitário, os quais são utilizados como critério para o encerramento dos casos no sistema de vigilância epidemiológica. A demora na disponibilização desses resultados impacta diretamente no tempo de encerramento dos registros. Ressalta-se que essa situação já foi formalmente comunicada à 17ª Regional de Saúde, visando a adoção de medidas para aprimorar o fluxo de liberação dos exames e garantir maior oportunidade na finalização dos casos.

6)- Cobertura vacinal em menores de um ano, que atingiu 84%, também ficou abaixo da meta de 95%. Esse resultado reflete uma tendência observada em diversos municípios brasileiros nos últimos anos, caracterizada pela redução da adesão às campanhas de vacinação e pela hesitação vacinal em determinados grupos populacionais. Fatores como desinformação, *fake news* e mudanças no comportamento da população em relação às vacinas podem contribuir para a redução das coberturas vacinais. O fortalecimento das estratégias de busca ativa, campanhas educativas e combate as *fake news* são medidas essenciais para reverter esse cenário.

7)- Taxa de abandono vacinal foi de 8%, acima do limite máximo de 5%. Esse indicador mede a proporção de crianças que iniciam o esquema vacinal, mas não completam todas as doses previstas. O resultado pode estar relacionado, além dos mencionados no indicador de cobertura vacinal, a dificuldades de acompanhamento das famílias, ausência de retorno para doses subsequentes ou falhas no registro e monitoramento dos esquemas vacinais. O aprimoramento do acompanhamento das cadernetas de vacinação e a realização de estratégias de busca ativa são fundamentais para reduzir esse índice.

8)- Número de casos novos de sífilis congênita, que apresentou registro de 30 casos no período, enquanto a meta estabelecida era zero. A ocorrência desse agravo está relacionada principalmente à transmissão vertical da sífilis durante a gestação e pode indicar falhas no diagnóstico precoce ou no tratamento adequado da gestante e de seus parceiros. A prevenção da sífilis congênita depende do diagnóstico oportuno no pré-natal, do tratamento adequado com penicilina e do acompanhamento clínico da gestante e do recém-nascido. O resultado reforça a necessidade de intensificar as ações de testagem, tratamento e monitoramento dos casos na rede de atenção à saúde.

9)- Cobertura de inspeções sanitárias em empresas, que alcançou 97,22%, ficou ligeiramente abaixo da meta estabelecida de 100%. Embora o resultado esteja próximo do previsto, a meta não foi integralmente atingida. Esse indicador reflete as ações de fiscalização e monitoramento realizadas pela Vigilância Sanitária municipal para garantir o cumprimento das normas sanitárias e a segurança das atividades reguladas. A pequena diferença em relação à meta pode estar associada a fatores como limitações operacionais, reprogramação de agendas de inspeção ou demandas emergenciais que impactaram o cronograma previsto.

De forma geral, a análise dos indicadores com desempenho inferior às metas evidencia desafios importantes relacionados principalmente à vigilância em saúde, à assistência materno-infantil, à imunização e à organização de algumas ações de gestão. A identificação desses pontos críticos permite orientar o planejamento de estratégias corretivas e o fortalecimento das políticas públicas de saúde, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da atenção e dos resultados em saúde no município.

Assistência Farmacêutica

O indicador referente à aplicação de recursos per capita na Assistência Farmacêutica Municipal apresentou resultado anual de R\$ 29,98 por habitante no exercício de 2025. Ressalta-se que a meta inicialmente registrada no sistema apresenta inconsistência, uma vez que foi estabelecida como R\$ 140,00, quando, na realidade, o valor previsto na Programação Anual de Saúde e nas normativas vigentes corresponde a R\$ 14,00 per capita.

Dessa forma, apesar da inconsistência observada no registro da meta no sistema, a análise do indicador demonstra que o município cumpriu e superou a meta real estabelecida, evidenciando investimento adequado e compromisso da gestão com a garantia do acesso da população aos medicamentos e com o fortalecimento da Assistência Farmacêutica municipal.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.
Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 26/05/2026.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo FNS/SE/MS.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	46.597.755,17	9.532.994,19	432.565,36	0,00	0,00	0,00	0,00	4.317.258,53	60.880.573,25
	Capital	0,00	1.091.729,76	38.591,60	4.061.194,20	0,00	0,00	0,00	0,00	657.383,61	5.848.899,17
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	47.197.066,00	7.719.278,05	3.984.067,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.989.973,25	60.890.384,56
	Capital	0,00	358.847,53	229.913,96	4.497.139,82	0,00	0,00	0,00	0,00	294.150,00	5.380.051,31
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	3.830.535,14	439,67	46,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.831.021,32
	Capital	0,00	438,98	0,00	28.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.338,98
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	1.924.849,03	61.200,19	1.745,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.987.794,42
	Capital	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	5.657.040,37	514.731,96	62.225,59	0,00	0,00	0,00	0,00	2.319.795,76	8.553.793,68
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	5.768.658,79	759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.769.417,79
	Capital	0,00	1.787,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.787,28
TOTAL		0,00	112.434.708,05	18.097.908,62	13.067.883,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.578.561,15	153.179.061,76

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 05/03/2026.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	17,45 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	52,94 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	8,78 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	81,43 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	16,88 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	49,76 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.380,95
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	55,68 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,51 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	3,47 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	7,35 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	3,38 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	22,13 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	31,07 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 05/03/2026.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	141.072.000,00	144.861.000,00	126.866.087,14	87,58
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	53.713.000,00	55.108.000,00	43.664.559,67	79,23
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	15.163.000,00	16.189.000,00	16.492.876,24	101,88

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	36.609.000,00	36.632.000,00	33.802.239,41	92,28
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	35.587.000,00	36.932.000,00	32.906.411,82	89,10
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	230.224.000,00	237.065.500,00	234.935.436,33	99,10
Cota-Parte FPM	97.703.000,00	99.420.000,00	101.034.433,18	101,62
Cota-Parte ITR	3.035.000,00	3.133.000,00	3.205.024,52	102,30
Cota-Parte do IPVA	29.102.000,00	29.102.000,00	28.990.873,59	99,62
Cota-Parte do ICMS	99.122.000,00	104.093.000,00	100.248.223,68	96,31
Cota-Parte do IPI - Exportação	1.262.000,00	1.317.500,00	1.456.881,36	110,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	371.296.000,00	381.926.500,00	361.801.523,47	94,73

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	44.120.000,01	47.993.700,02	47.689.484,93	99,37	47.016.193,18	97,96	47.012.921,45	97,96	673.291,75
Despesas Correntes	43.706.000,01	46.798.200,02	46.597.755,17	99,57	46.184.615,20	98,69	46.181.343,47	98,68	413.139,97
Despesas de Capital	414.000,00	1.195.500,00	1.091.729,76	91,32	831.577,98	69,56	831.577,98	69,56	260.151,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	48.209.000,00	47.988.366,01	47.555.913,53	99,10	46.792.903,18	97,51	46.792.630,54	97,51	763.010,35
Despesas Correntes	47.771.000,00	47.603.766,01	47.197.066,00	99,15	46.502.144,17	97,69	46.501.871,53	97,69	694.921,83
Despesas de Capital	438.000,00	384.600,00	358.847,53	93,30	290.759,01	75,60	290.759,01	75,60	68.088,52
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	4.326.000,00	3.954.000,00	3.830.974,12	96,89	3.751.158,78	94,87	3.750.658,25	94,86	79.815,34
Despesas Correntes	4.322.000,00	3.950.000,00	3.830.535,14	96,98	3.750.719,80	94,95	3.750.219,27	94,94	79.815,34
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	438,98	10,97	438,98	10,97	438,98	10,97	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.921.000,00	2.071.999,99	1.930.849,03	93,19	1.920.574,96	92,69	1.920.574,96	92,69	10.274,07
Despesas Correntes	1.871.000,00	2.063.999,99	1.924.849,03	93,26	1.914.574,96	92,76	1.914.574,96	92,76	10.274,07
Despesas de Capital	50.000,00	8.000,00	6.000,00	75,00	6.000,00	75,00	6.000,00	75,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	5.513.999,99	5.811.999,99	5.657.040,37	97,33	5.632.346,96	96,91	5.632.346,96	96,91	24.693,41
Despesas Correntes	5.512.999,99	5.810.999,99	5.657.040,37	97,35	5.632.346,96	96,93	5.632.346,96	96,93	24.693,41
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	5.082.000,01	5.915.429,70	5.770.446,07	97,55	5.618.800,06	94,99	5.617.765,68	94,97	151.646,01
Despesas Correntes	5.071.000,01	5.904.429,70	5.768.658,79	97,70	5.617.012,78	95,13	5.615.978,40	95,11	151.646,01
Despesas de Capital	11.000,00	11.000,00	1.787,28	16,25	1.787,28	16,25	1.787,28	16,25	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	109.175.000,01	113.738.495,71	112.434.708,05	98,85	110.731.977,12	97,36	110.726.897,84	97,35	1.702.730,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	112.434.708,05	110.731.977,12	110.726.897,84
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A

(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	112.434.708,05	110.731.977,12	110.726.897,84
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	54.270.228,52		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	N/A		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	58.164.479,53	56.461.748,60	56.456.669,32
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	31,07	30,60	30,60

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelado ou prescrito (u)
Empenhos de 2025	54.270.228,52	112.434.708,05	58.164.479,53	1.707.810,21	0,00	0,00	0,00	1.707.810,21	0,00
Empenhos de 2024	48.495.197,48	103.375.809,44	54.880.611,96	3.903.898,53	0,00	0,00	3.038.380,37	0,00	865.518,16
Empenhos de 2023	43.039.320,84	89.221.855,93	46.182.535,09	208.957,97	0,00	0,00	6.744,84	0,00	202.213,16
Empenhos de 2022	38.888.823,17	75.932.949,02	37.044.125,85	192.671,83	0,00	0,00	1.883,68	0,00	190.788,16
Empenhos de 2021	33.029.158,61	60.353.507,41	27.324.348,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	27.163.335,24	47.150.649,06	19.987.313,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	26.747.286,23	53.522.964,07	26.775.677,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	25.110.702,21	54.362.866,31	29.252.164,10	0,00	9.325,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	23.293.465,98	51.564.619,73	28.271.153,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016	22.584.010,92	47.755.381,32	25.171.370,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2015	21.868.795,28	42.323.560,97	20.454.765,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2014	19.782.305,35	34.163.742,56	14.381.437,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2013	16.681.611,64	30.846.335,73	14.164.724,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	25.799.000,00	34.073.226,60	33.893.381,85	99,47
Provenientes da União	23.567.000,00	26.121.817,65	27.599.287,53	105,66
Provenientes dos Estados	2.232.000,00	7.951.408,95	6.294.094,32	79,16
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	25.799.000,00	34.073.226,60	33.893.381,85	99,47

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	14.973.000,00	21.403.282,92	19.039.987,49	88,96	17.337.877,94	81,01	17.337.337,58	81,00	1.702.109,55
Despesas Correntes	13.803.000,00	15.792.809,58	14.282.818,08	90,44	13.466.168,53	85,27	13.465.628,17	85,26	816.649,55
Despesas de Capital	1.170.000,00	5.610.473,34	4.757.169,41	84,79	3.871.709,41	69,01	3.871.709,41	69,01	885.460,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	9.054.000,01	21.037.796,23	18.714.522,34	88,96	12.515.948,80	59,49	12.515.615,08	59,49	6.198.573,54
Despesas Correntes	8.652.000,01	15.574.929,23	13.693.318,56	87,92	10.363.730,39	66,54	10.363.396,67	66,54	3.329.588,17
Despesas de Capital	402.000,00	5.462.867,00	5.021.203,78	91,92	2.152.218,41	39,40	2.152.218,41	39,40	2.868.985,37
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	76.000,00	105.046,51	29.386,18	27,97	29.386,18	27,97	29.386,18	27,97	0,00
Despesas Correntes	24.000,00	24.046,51	486,18	2,02	486,18	2,02	486,18	2,02	0,00
Despesas de Capital	52.000,00	81.000,00	28.900,00	35,68	28.900,00	35,68	28.900,00	35,68	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	73.000,00	138.745,20	62.945,39	45,37	62.945,39	45,37	62.945,39	45,37	0,00
Despesas Correntes	72.000,00	131.745,20	62.945,39	47,78	62.945,39	47,78	62.945,39	47,78	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	2.636.000,00	3.252.097,35	2.896.753,31	89,07	2.855.283,26	87,80	2.855.247,26	87,80	41.470,05
Despesas Correntes	2.566.000,00	3.014.886,55	2.896.753,31	96,08	2.855.283,26	94,71	2.855.247,26	94,70	41.470,05
Despesas de Capital	70.000,00	237.210,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	16.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	16.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	3.000,00	4.000,00	759,00	18,97	759,00	18,97	759,00	18,97	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	3.000,00	759,00	25,30	759,00	25,30	759,00	25,30	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	26.831.000,01	45.953.968,21	40.744.353,71	88,66	32.802.200,57	71,38	32.801.290,49	71,38	7.942.153,14

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	59.093.000,01	69.396.982,94	66.729.472,42	96,16	64.354.071,12	92,73	64.350.259,03	92,73	2.375.401,30
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	57.263.000,01	69.026.162,24	66.270.435,87	96,01	59.308.851,98	85,92	59.308.245,62	85,92	6.961.583,89
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	4.402.000,00	4.059.046,51	3.860.360,30	95,11	3.780.544,96	93,14	3.780.044,43	93,13	79.815,34
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	1.994.000,00	2.210.745,19	1.993.794,42	90,19	1.983.520,35	89,72	1.983.520,35	89,72	10.274,07
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	8.149.999,99	9.064.097,34	8.553.793,68	94,37	8.487.630,22	93,64	8.487.594,22	93,64	66.163,46
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	19.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	5.085.000,01	5.919.429,70	5.771.205,07	97,50	5.619.559,06	94,93	5.618.524,68	94,92	151.646,01
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	136.006.000,02	159.692.463,92	153.179.061,76	95,92	143.534.177,69	89,88	143.528.188,33	89,88	9.644.884,07
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	26.831.000,01	45.953.968,21	40.744.353,71	88,66	32.802.200,57	71,38	32.801.290,49	71,38	7.942.153,14
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	109.175.000,01	113.738.495,71	112.434.708,05	98,85	110.731.977,12	97,36	110.726.897,84	97,35	1.702.730,93

FONTE: SIOPS, Paraná02/02/26 16:40:19

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2025 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	1030151198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R\$ 250.000,00	0,00
	1030251188535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R\$ 378.755,00	52910,00

Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10301511900UC - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R\$ 3.451.932,00	3451932,00
	103015119219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 9.360.376,54	8833923,16
	10301511921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - NACIONAL	R\$ 31.314,95	0,00
	1030151192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 1.000.000,00	444564,24
	1030251182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 2.900.000,00	1706066,62
	1030251188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 7.539.776,00	7593197,56
	10303511720AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	R\$ 18.000,00	439,67
	10304512320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 116.058,00	61200,19
	10305512300UB - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	R\$ 2.386.296,00	2205332,42
	10305512320AL - APOIO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 459.533,82	459533,82
	10305512320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 124.979,16	55198,14
	10306513320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 35.934,24	0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

- 1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.
2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

Não há informações cadastradas para o período do Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar.

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Financiamento e Execução Orçamentária da Saúde é Exercício de 2025

O presente capítulo apresenta a análise do financiamento e da execução orçamentária das ações e serviços públicos de saúde no município de Cambé, no exercício de 2025. A partir dos dados registrados no sistema orçamentário municipal, são demonstradas as receitas arrecadadas pelo Fundo Municipal de Saúde, bem como a aplicação dos recursos nas diferentes áreas da política de saúde.

Inicialmente são apresentados os dados de arrecadação das receitas por ente federativo e por fonte de recurso, evidenciando a participação do município, do Estado e da União no financiamento da saúde. Em seguida, são analisadas a evolução do orçamento, a execução das despesas e a distribuição dos recursos nas diferentes subfunções da saúde.

Por fim, o capítulo detalha a aplicação das principais fontes de financiamento, com destaque para os recursos municipais, transferências federais e estaduais, permitindo avaliar a utilização dos recursos públicos e a sustentabilidade do financiamento das ações e serviços do Sistema Único de Saúde no município.

1. Controle Social

Em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, ao final de cada quadrimestre de 2025 foram apresentados, nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde e nas Audiências Públicas realizadas na Câmara Municipal de Cambé, os relatórios detalhados referentes a cada período do exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme o calendário estabelecido. Ressalta-se que os documentos comprobatórios das audiências públicas encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Cambé.

Calendário de Reuniões e Audiências Públicas para Demonstração do Relatório Detalhado dos Quadrimestres de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Cambé.			
Quadrimestre	Data das Reuniões Conselho Municipal de Saúde	Data das Audiências Públicas	Edital Audiência Pública
1º	26/05/2025	30/05/2025	005/2025
2º	29/09/2025	30/09/2025	009/2025
3º	23/02/2026	26/02/2026	001/2026

2. Arrecadação e Transferências Fundo a Fundo

O financiamento das ações e serviços públicos de saúde no município de Cambé possui natureza tripartite, composto por recursos **municipais, estaduais e federais**, destinados ao Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 09.406.126/0001-26). A tabela a seguir apresenta, de forma resumida, a previsão inicial e o valor efetivamente arrecadado no exercício de 2025.

Demonstrativo da Previsão e Arrecadação de Receitas por Ente é Exercício 2025		
Ente	Previsão Inicial de Arrecadação (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)
ESTADUAL	2.703.000,00	7.457.966,55
FEDERAL	24.128.000,00	29.021.535,10
MUNICIPAL	109.175.000,00	110.673.987,62
TOTAL	136.006.000,00	147.153.489,24

Complementando, o demonstrativo de arrecadação por fonte de recurso apresentado a seguir evidencia os valores arrecadados no exercício de 2025, discriminando a previsão inicial estabelecida no orçamento e os montantes efetivamente arrecadados ao longo do ano, distribuídos por quadrimestre.

Demonstrativo de Arrecadação de Receitas por Origem de Recurso é Exercício de 2025							
Origem	Fonte	Nome Fonte	Previsão Inicial (R\$)	01/01/2025 - 30/04/2025	01/05/2025 - 31/08/2025	01/09/2025 - 31/12/2025	Total Arrecadado (R\$)
MUNICIPAL	0	Recursos Ordinários Livre	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

MUNICIPAL	303	Saúde Receitas Vinculadas (Ec 29/00 - 15%)	R\$ 107.644.000,00	R\$ 41.538.364,45	R\$ 31.645.879,18	R\$ 36.067.820,69	R\$ 109.252.064,32
FEDERAL	340	Emenda Parlamentar - Investimento Equipamentos Policlínica Portaria Nº 2.785/18 Dep. Alex Canziani	R\$ 0,00	R\$ 206,07	R\$ 241,08	R\$ 65,19	R\$ 512,34
FEDERAL	344	Emenda Parlamentar - Equipamentos Upa	R\$ 0,00	R\$ 192,25	R\$ 212,70	R\$ 43,90	R\$ 448,85
FEDERAL	345	Emenda Parlamentar - Investimento Equipamentos Atenção Básica Portaria Nº 1.164/18 Dep. Diego Garcia	R\$ 0,00	R\$ 47,99	R\$ 56,15	R\$ 0,00	R\$ 104,14
FEDERAL	363	Ações De Prevenção à Covid 19 Nas Escola Portaria Nº 1.857/20	R\$ 0,00	R\$ 146,17	R\$ 171,00	R\$ 46,24	R\$ 363,41
FEDERAL	372	Informatização Atenção Básica Covid 19 (Capital) Portaria Nº 3.393/20	R\$ 0,00	R\$ 58,39	R\$ 68,30	R\$ 18,47	R\$ 145,16
FEDERAL	386	Portaria Nº377/2022 Pós Covid-19 - Custeio	R\$ 0,00	R\$ 125,02	R\$ 146,26	R\$ 39,55	R\$ 310,83
FEDERAL	388	Emenda Relator Geral Portaria Nº 1.452/2022 - Custeio Mac Dep. Luisa Canziani / Dep. Diego Garcia	R\$ 0,00	R\$ 218,35	R\$ 255,44	R\$ 69,07	R\$ 542,86
FEDERAL	392	Agente Comunitário de Saúde Agente De Combate a Endemias	R\$ 5.250.000,00	R\$ 1.801.813,55	R\$ 1.836.753,65	R\$ 2.273.374,34	R\$ 5.911.941,54
FEDERAL	394	Emenda Parlamentar - Custeio Atenção Básica Portaria Nº 645/2023 Dep. Enio Verri - Dep. Aroldo Martins	R\$ 0,00	R\$ 524,19	R\$ 591,52	R\$ 160,95	R\$ 1.276,66
FEDERAL	395	Complementação Piso Salarial Dos Enfermeiros, Aux. E Técnicos De Enfermagem (Federal)	R\$ 0,00	R\$ 3.620,83	R\$ 4.509,35	R\$ 5.002,54	R\$ 13.132,72
ESTADUAL	397	Complementação Piso Salarial Dos Enfermeiros, Aux. E Técnicos De Enfermagem (Estadual)	R\$ 0,00	R\$ 236,13	R\$ 288,74	R\$ 305,94	R\$ 830,81
FEDERAL	399	Emenda Parlamentar - Investimento Equipamento Policlínica Portaria Nº 1.647/2023 - Dep. Ricardo Barros	R\$ 0,00	R\$ 4.859,76	R\$ 2.293,74	R\$ 1.110,63	R\$ 8.264,13
FEDERAL	400	Emenda Parlamentar - Custeio Atenção Básica Portaria Nº 969/2023 Dep. Luisa Canziani	R\$ 0,00	R\$ 442,32	R\$ 482,12	R\$ 268,38	R\$ 1.192,82
ESTADUAL	401	Resolução Sesa Nº 285/2024 L Enfrentamento à Dengue	R\$ 0,00	R\$ 3.650,94	R\$ 3.071,72	R\$ 640,50	R\$ 7.363,16
FEDERAL	402	Emenda Parlamentar Individual - Custeio Atenção Básica Portaria Nº 3.608/2024 L Dep. Luisa Canziani	R\$ 0,00	R\$ 8.324,25	R\$ 9.738,02	R\$ 8.203,57	R\$ 26.265,84
FEDERAL	403	Emenda Individual De Capital Atenção Básica Portaria Nº 3.720/2024 - Dep. Nelsinho Padovani	R\$ 0,00	R\$ 5.971,85	R\$ 3.090,10	R\$ 1.412,49	R\$ 10.474,44
FEDERAL	404	Emenda Parlamentar - Investimento Atenção Básica Portaria Nº 3.906/2024 - Dep. Carol Dartora	R\$ 0,00	R\$ 12.392,02	R\$ 6.486,07	R\$ 5.286,42	R\$ 24.164,51
FEDERAL	405	Emenda Parlamentar Individual - Custeio - Atenção Especializada Portaria Nº 4.963/2024 - Dep. Luís Carlos Hauly	R\$ 0,00	R\$ 8.270,06	R\$ 7.581,15	R\$ 2.960,77	R\$ 18.811,98
FEDERAL	406	Emenda Parlamentar Individual Custeio - Atenção Especializada Portaria Nº 6.148/2024 - Dep. Luís Carlos Hauly	R\$ 0,00	R\$ 1.014.033,93	R\$ 36.647,41	R\$ 33.390,97	R\$ 1.084.072,31
FEDERAL	407	Emenda Parlamentar Individual - Custeio - Atenção Básica Portaria Nº 6.177/2024 L Dep. Luís Carlos Hauly	R\$ 0,00	R\$ 151.775,17	R\$ 5.485,19	R\$ 5.672,95	R\$ 162.933,31
FEDERAL	408	Emenda Comissão - Investimento Equipamentos Upa Portaria Nº 6.120/2024	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 256.076,50	R\$ 8.468,22	R\$ 264.544,72
FEDERAL	409	Emenda Comissão - Capital - Mac - Equipamentos Caps Adulto E Infantil Portaria Nº 6.112/2024	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.887,62	R\$ 5.103,36	R\$ 136.990,98
FEDERAL	410	Emenda Individual - Custeio Insumos - Atenção Basica Portaria Nº 7.466/25 Dep. Flávio Arns	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 101.065,37	R\$ 3.910,70	R\$ 104.976,07
FEDERAL	411	Emenda Individual - Custeio Fórmulas Alimentares - Atenção Basica Portaria Nº 7.434/25 Dep. Luisa Canziani	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 252.663,42	R\$ 8.158,33	R\$ 260.821,75
FEDERAL	412	Emenda Individual - Custeio Insumos - Atenção Basica Portaria Nº 7.434/25 Dep. Carol Dartora	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 202.130,74	R\$ 7.821,40	R\$ 209.952,14
FEDERAL	413	Emenda Individual - Investimento - Atenção Basica Portaria Nº 7.531/25 Dep. Carol Dartora	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 252.663,42	R\$ 9.776,75	R\$ 262.440,17

FEDERAL	414	Emenda Individual - Mac - Posto De Trabalho Enfermeiro Portaria Nº 7.381/25 Dep Toninho Wandscheer	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 9.020,76	R\$ 309.020,76
FEDERAL	415	Emenda Individual - Mac - Posto De Trabalho Técnico Enfermagem Portaria Nº 7.482/25 Dep Nelson Padovani	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 508.249,41	R\$ 508.249,41
FEDERAL	416	Emenda De Comissão - Custeio - Atenção Básica - Materiais, Insumos E Equipamentos Coletores Para Ostimias Portaria Nº 8.446/25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 304.787,82	R\$ 304.787,82
FEDERAL	417	Emenda De Comissão - Custeio - Mac - Consultas Especializadas E Exames Portaria Nº 9.186/2025	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 701.342,67	R\$ 701.342,67
FEDERAL	418	Emenda Parlamentar Individual Consultas Especializadas E Exames Portaria Nº 9.412/2025 Dep Luiz Carlos Hauly E Luisa Canziani	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
ESTADUAL	496	Atenção De Média E Alta Complexidade Ambulatorial E Hospitalar	R\$ 956.000,00	R\$ 240.596,69	R\$ 248.794,72	R\$ 404.313,16	R\$ 893.704,57
FEDERAL	499	Gestão Do Sus	R\$ 0,00	R\$ 75,38	R\$ 93,14	R\$ 103,19	R\$ 271,71
ESTADUAL	500	Bloco De Investimentos Na Rede De Serviços De Saúde - Investimento - Estadual	R\$ 1.286.000,00	R\$ 1.518.768,23	R\$ 1.100.043,49	R\$ 1.355.806,08	R\$ 3.974.617,80
MUNICIPAL	880	Contribuições E Legados De Entidades Não Gover. E Caminhão	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FEDERAL	895	Emenda Parlamentar - Investimento	R\$ 0,00	R\$ 8,07	R\$ 9,89	R\$ 10,89	R\$ 28,85
FEDERAL	904	Emenda Parlamentar - Investimento	R\$ 0,00	R\$ 182,90	R\$ 255,36	R\$ 325,06	R\$ 763,32
FEDERAL	905	Emenda Parlamentar - Investimento	R\$ 0,00	R\$ 67,09	R\$ 37,67	R\$ 0,00	R\$ 104,76
FEDERAL	4941	Bloco De Manutenção Das Ações E Serviços Públicos De Saúde - Federal	R\$ 18.468.000,00	R\$ 5.965.051,42	R\$ 6.225.465,85	R\$ 6.059.850,23	R\$ 18.250.367,50
ESTADUAL	4942	Bloco De Manutenção Das Ações E Serviços Públicos De Saúde - Estadual	R\$ 461.000,00	R\$ 1.621.414,14	R\$ 492.425,32	R\$ 467.910,21	R\$ 2.581.749,67
MUNICIPAL	5101	Poder De Polícia Taxas Vigilância Sanitária	R\$ 1.490.000,00	R\$ 187.466,86	R\$ 887.847,63	R\$ 328.977,79	R\$ 1.404.292,28
MUNICIPAL	5113	Taxas Vigilância Sanitária (Entrada / Baixa Resp.Técnico)	R\$ 38.000,00	R\$ 4.984,39	R\$ 6.657,95	R\$ 5.988,68	R\$ 17.631,02
FEDERAL	5181	Bloco De Estruturação Na Rede De Serviços Públicos De Saúde - Federal	R\$ 410.000,00	R\$ 15.637,65	R\$ 11.280,37	R\$ 13.134,43	R\$ 40.052,45
ESTADUAL	5182	Bloco De Estruturação Na Rede De Serviços Públicos De Saúde - Estadual	R\$ 0,00	R\$ 149,16	R\$ 185,37	R\$ 196,82	R\$ 531,35
FEDERAL	16	Recursos Não Vinculados De Compensação De Impostos - Recursos Saúde	R\$ 0,00	R\$ 472,76	R\$ 356,75	R\$ 201,85	R\$ 1.031,36
TOTAL			R\$ 136.006.000,00	R\$ 54.110.148,43	R\$ 44.033.989,47	R\$ 49.009.351,37	R\$ 147.153.489,24

A arrecadação final da Secretaria Municipal de Saúde apresentou **crescimento de aproximadamente 8,2%** em relação à previsão inicial. Observa-se a predominância dos **recursos municipais**, que totalizaram **R\$ 110.673.987,62**, equivalentes a cerca de **75,2% da arrecadação total**. Destaca-se, nesse grupo, a Fonte 303 *é* Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00 *é* 15%), responsável pela maior parcela do financiamento das ações e serviços públicos de saúde, com arrecadação de R\$ 109.252.064,32.

As **transferências federais** somaram **R\$ 29.021.535,10**, representando cerca de **19,7% da arrecadação total**. Entre essas receitas, destacam-se os repasses do **Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde *é* Fonte 4941** que totalizaram **R\$ 18.250.367,50**, além de diversas transferências vinculadas a **emendas parlamentares federais**, destinadas tanto ao custeio quanto a investimentos na rede municipal de saúde.

Já as **transferências estaduais** alcançaram **R\$ 7.457.966,55**, correspondendo a aproximadamente **5,1% da arrecadação total**, com destaque para os recursos do **Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde *é* Fonte 500** que registraram **R\$ 3.974.617,80**, e para o **Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde *é* Fonte 4942**, que totalizou **R\$ 2.581.749,67** no exercício.

Quanto à distribuição da arrecadação ao longo do exercício, observa-se maior concentração no **1º quadrimestre**, com **R\$ 54.110.148,43**, comportamento associado principalmente ao maior ingresso de **recursos municipais vinculados à saúde (Fonte 303)**, provenientes da arrecadação de impostos, bem como ao recebimento de repasses de emendas parlamentares. Na sequência, registra-se o **3º quadrimestre**, com arrecadação de **R\$ 49.009.351,37**, seguido pelo **2º quadrimestre**, com **R\$ 44.033.989,47**, evidenciando fluxo relativamente equilibrado de receitas ao longo do exercício de 2025.

3. Execução Orçamentária por Fonte de Recurso

O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde por fonte de recurso, contemplando a dotação inicial, a dotação atualizada e os valores empenhados no exercício de 2025, evidenciando o nível de comprometimento do orçamento ao longo do período.

Demonstrativo Evolução Orçamentária e Valor Empenhado por Fontes de Recurso - Exercício 2025							
Origem	Fonte	Observação	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Municipal	0	Corrente/ Investimento	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Municipal	303	Corrente / Investimento	R\$107.644.000,00	R\$111.997.466,00	R\$110.850.815,05	R\$109.203.615,34	R\$109.198.560,90
Federal	340	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	343	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	344	Emenda	R\$ -	R\$1.800,00	R\$1.781,26	R\$1.781,26	R\$1.781,26
Federal	345	Emenda	R\$ -	R\$1.609,79	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	349	Emenda	R\$ -	R\$152,98	R\$152,98	R\$152,98	R\$152,98
Federal	354	Emenda	R\$ -	R\$0,52	R\$0,52	R\$0,52	R\$0,52
Federal	358	Emenda	R\$ -	R\$0,42	R\$0,42	R\$0,42	R\$0,42
Federal	359	Emenda	R\$ -	R\$79,64	R\$79,64	R\$79,64	R\$79,64
Federal	363	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	364	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	366	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	369	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Federal	372	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	373	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	374	Emenda	R\$ -	R\$97,09	R\$97,09	R\$97,09	R\$97,09
Federal	376	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	377	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	378	Emenda	R\$ -	R\$69,86	R\$69,86	R\$69,86	R\$69,86
Federal	379	Emenda	R\$ -	R\$267,09	R\$267,09	R\$267,09	R\$267,09
Federal	380	Emenda	R\$ -	R\$43,98	R\$43,98	R\$43,98	R\$43,98
Federal	381	Emenda	R\$ -	R\$32,09	R\$32,09	R\$32,09	R\$32,09
Federal	382	Emenda	R\$ -	R\$243,79	R\$243,79	R\$243,79	R\$243,79
Federal	383	Emenda	R\$ -	R\$293,21	R\$293,21	R\$293,21	R\$293,21
Federal	384	Emenda	R\$ -	R\$223,73	R\$223,73	R\$223,73	R\$223,73
Federal	385	Emenda	R\$ -	R\$311,31	R\$311,31	R\$311,31	R\$311,31
Federal	386	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	387	Emenda	R\$ -	R\$144,23	R\$144,23	R\$144,23	R\$144,23
Federal	388	Emenda	R\$ -	R\$542,86	R\$542,86	R\$542,86	R\$542,86
Federal	389	Emenda	R\$ -	R\$272,14	R\$272,14	R\$272,14	R\$272,14
Federal	390	Emenda	R\$ -	R\$28,83	R\$28,83	R\$28,83	R\$28,83
Federal	392	Ace/Acs	R\$5.250.000,00	R\$5.785.741,43	R\$5.781.070,52	R\$5.781.070,52	R\$5.781.070,52
Federal	393	Emenda	R\$ -	R\$196,45	R\$196,45	R\$196,45	R\$196,45
Federal	394	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	395	Piso Enfermagem	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Estadual	397	Piso Enfermagem	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	398	Emenda	R\$ -	R\$606,04	R\$606,04	R\$606,04	R\$606,04
Federal	399	Emenda	R\$ -	R\$168.865,00	R\$139.684,00	R\$139.684,00	R\$139.684,00
Federal	400	Emenda	R\$ -	R\$12.674,52	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Estadual	401	Corrente Dengue	R\$ -	R\$125.601,49	R\$114.463,34	R\$96.124,71	R\$96.124,71
Federal	402	Emenda	R\$ -	R\$285.000,00	R\$284.076,70	R\$263.439,43	R\$263.439,43
Federal	403	Emenda	R\$ -	R\$232.348,55	R\$214.614,15	R\$214.614,15	R\$214.614,15
Federal	404	Emenda	R\$ -	R\$443.699,00	R\$442.769,46	R\$442.769,46	R\$442.769,46
Federal	405	Emenda	R\$ -	R\$300.000,00	R\$283.167,32	R\$243.341,93	R\$243.341,93
Federal	406	Emenda	R\$ -	R\$1.077.199,80	R\$909.740,15	R\$437.840,61	R\$437.840,61
Federal	407	Emenda	R\$ -	R\$161.000,00	R\$161.000,00	R\$113.474,30	R\$113.474,30
Federal	408	Emenda	R\$ -	R\$53.000,00	R\$52.910,00	R\$52.910,00	R\$52.910,00
Federal	409	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	410	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	411	Emenda	R\$ -	R\$250.000,00	R\$136.564,24	R\$130.036,24	R\$130.036,24
Federal	412	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	413	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	414	Emenda	R\$ -	R\$300.000,00	R\$299.907,64	R\$221.439,60	R\$221.439,60
Federal	415	Emenda	R\$ -	R\$500.000,00	R\$496.418,83	R\$320.712,32	R\$320.712,32
Federal	416	Emenda	R\$ -	R\$160.000,00	R\$158.000,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	417	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	418	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Estadual	496	Corrente	R\$956.000,00	R\$1.433.000,00	R\$1.194.002,45	R\$1.194.002,45	R\$1.194.002,45
Federal	498	Corrente	R\$ -	R\$46,51	R\$46,51	R\$46,51	R\$46,51
Federal	499	Corrente	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Estadual	500	Investimento	R\$1.286.000,00	R\$9.588.026,80	R\$8.587.234,02	R\$4.934.344,65	R\$4.934.344,65
Municipal	510	Corrente / Investimento	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Municipal	880	Corrente	R\$2.000,00	R\$2.000,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	887	Covid-19	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	895	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	896	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Federal	903	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	904	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	905	Emenda	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	919	Programa Itaipu Investimento	R\$ -	R\$127.000,00	R\$101.556,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	4941	Corrente	R\$18.468.000,00	R\$19.770.140,12	R\$17.828.415,60	R\$16.035.820,05	R\$16.035.243,69
Estadual	4942	Corrente	R\$461.000,00	R\$4.396.406,94	R\$3.197.557,67	R\$1.908.084,10	R\$1.908.084,10
Municipal	5101	Corrente / Investimento	R\$1.490.000,00	R\$1.689.600,00	R\$1.552.895,03	R\$1.498.069,18	R\$1.498.069,18
Municipal	5113	Corrente / Investimento	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$28.123,08	R\$27.417,71	R\$27.392,87
Federal	5181	Investimento	R\$410.000,00	R\$777.202,00	R\$266.724,30	R\$266.724,30	R\$266.724,30
Estadual	5182	Investimento	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Federal	16	Corrente	R\$ -	R\$10.429,71	R\$2.874,89	R\$2.874,89	R\$2.874,89
Total			R\$136.006.000,00	R\$159.692.463,92	R\$153.179.061,76	R\$143.534.177,69	R\$143.528.188,33

Do valor total do orçamento atualizado, foi empenhado o montante de **R\$ 153.179.061,76**, correspondente a aproximadamente **95,9% da dotação atualizada**, evidenciando elevado nível de comprometimento dos recursos disponíveis.

No que se refere à execução dos empenhos, foram **liquidados R\$ 143.534.177,69**, equivalentes a cerca de **93,7% do total empenhado**, e **pagos R\$ 143.528.188,33**, indicando que praticamente a totalidade das despesas liquidadas foi efetivamente quitada dentro do exercício financeiro.

Entre as fontes que apresentaram maior volume de execução destacam-se:

- **Fonte 303 é Saúde Receitas Vinculadas (EC nº 29/2000 é 15%)**, com dotação atualizada de **R\$ 111.997.466,00** e execução de aproximadamente **99% do orçamento disponível**, evidenciando a forte participação dos recursos próprios municipais no financiamento da saúde.
- **Fonte 4941 é Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde Federal**, com dotação atualizada de **R\$ 19.770.140,12** e execução de **R\$ 17.828.415,60**, demonstrando elevada capacidade de execução dos recursos transferidos pela União.

Destaca-se a ampliação orçamentária de algumas fontes estaduais. **Na Fonte 4942, a dotação passou de R\$ 461.000,00 para R\$ 4.396.406,94** , sendo que parte significativa desse aumento decorreu da **incorporação de superávit financeiro de saldos remanescentes transferidos pelo Estado no final do exercício de 2024** , bem como de **repasses realizados no exercício de 2025** , destinados principalmente ao **custeio de exames e insumos laboratoriais** .

Na Fonte 500, o orçamento foi ampliado para R\$ 9.588.026,80 refletindo a **incorporação de recursos de exercícios anteriores, novos repasses estaduais** e a **abertura de crédito por excesso de arrecadação**, com destaque para os recursos destinados à construção do Pronto Atendimento Municipal é PAM (R\$ 4.446.829,82), além da aquisição de veículos para o transporte sanitário da Atenção Primária à Saúde.

4. Execução por Subfunção

Dando continuidade à análise da execução orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, apresenta-se a seguir o demonstrativo da execução das despesas segundo a **classificação funcional por subfunção** , que permite identificar a aplicação dos recursos nas diferentes áreas da política pública de saúde.

Essa abordagem possibilita analisar a distribuição do orçamento entre as principais áreas de atuação da saúde municipal, bem como acompanhar a evolução do orçamento atualizado e os valores empenhados, liquidados e pagos em cada subfunção ao longo do exercício de 2025.

Demonstrativo Atualização e Execução do Orçamento por Subfunção é Exercício 2025						
Subfunção	Descrição	Orçamento Inicial (R\$)	Orçamento Atualizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
122	Administração Geral	5.085.000,00	5.919.429,71	5.771.205,07	5.619.559,06	5.618.524,68
301	Atenção Básica	59.093.000,00	69.396.982,93	66.729.472,42	64.354.071,12	64.350.259,03
302	Assistência Hospitalar E Ambulatorial	57.263.000,00	69.026.162,22	66.270.435,87	59.308.851,98	59.308.245,62
303	Suporte Profilático E Terapêutico	4.402.000,00	4.059.046,51	3.860.360,30	3.780.544,96	3.780.044,43
304	Vigilância Sanitária	1.994.000,00	2.210.745,20	1.993.794,42	1.983.520,35	1.983.520,35
305	Vigilância Epidemiológica	8.150.000,00	9.064.097,35	8.553.793,68	8.487.630,22	8.487.594,22
306	Alimentação E Nutrição	19.000,00	16.000,00	-	-	-
Total Geral		136.006.000,00	159.692.463,92	153.179.061,76	143.534.177,69	143.528.188,33

Em análise ao quadro, observa-se **maior concentração orçamentária nas subfunções Atenção Básica (301) e Assistência Hospitalar e Ambulatorial (302)**, que totalizam R\$ 138.423.145,15. Esse montante corresponde à aproximadamente **86,7% do orçamento atualizado da saúde**, evidenciando que a maior parte dos recursos está direcionada às ações assistenciais voltadas ao atendimento direto da população.

Do orçamento atualizado, que totalizou R\$ 159.692.463,92, foram empenhados R\$ 153.179.061,76, correspondendo a aproximadamente **95,9% de utilização do orçamento disponível no exercício**.

O empenho do orçamento apresentou desempenho elevado em todas as subfunções da área da saúde, com **índices superiores a 90% de execução**. Destacam-se as subfunções Atenção Básica (301), com **96,2% do valor empenhado**, e Assistência Hospitalar e Ambulatorial (302), com **96,0%**, que concentraram os maiores volumes de recursos executados.

De forma geral, os dados demonstram **elevado nível de comprometimento do orçamento** nas diferentes áreas da saúde, com concentração dos recursos nas subfunções assistenciais, especialmente na **Atenção Básica** e na **Assistência Hospitalar e Ambulatorial**, que constituem os principais eixos de financiamento das ações e serviços de saúde no município.

5. Composição das Despesas Empenhadas por Natureza de Gasto

No exercício de 2025, as **despesas empenhadas na Secretaria Municipal de Saúde totalizaram R\$ 153.179.061,76**, distribuídas entre despesas com pessoal, contratação de serviços, aquisição de materiais, investimentos e demais despesas necessárias ao funcionamento da rede municipal de saúde.

Demonstrativo da Composição das Despesas Empenhadas é Secretaria Municipal de Saúde é 2025		
Grupo de Despesa	Valor Empenhado (R\$)	Percentual sobre o Total
Pessoal é Servidores Municipais	R\$ 90.715.658,28	59,22%
Mão de Obra Terceirizada	R\$ 16.748.604,92	10,93%

Serviços de Terceiros	R\$ 13.625.590,46	8,90%
Material de Consumo	R\$ 5.645.863,66	3,69%
Distribuição Gratuita (medicamentos, transporte, insumos)	R\$ 4.441.749,47	2,90%
Investimentos (obras, veículos e equipamentos)	R\$ 11.234.771,04	7,33%
Subvenção Social	R\$ 5.175.000,00	3,38%
Rateio Participação Consórcio Cismepar, Consórcio Paraná Saúde	R\$ 2.083.851,85	1,36%
Convênio Samu L Londrina, Rolândia	R\$ 1.863.596,94	1,22%
Outras Despesas e Tributos (PIS/PASEPI), diárias, restituições, auxílio moradia do Programa Mais Médicos e auxílio relacionado ao Tratamento Fora do Domicílio (TFD)	R\$ 1.644.375,14	1,07%
Total Geral	R\$153.179.061,76	100%

A análise da composição das despesas demonstra que **os gastos com pessoal próprio permanecem como o principal componente do orçamento**, totalizando **R\$ 90.715.658,28**, o que representa aproximadamente **59,2% do total das despesas empenhadas**. Esse montante se refere principalmente ao pagamento da folha dos servidores vinculados às unidades de saúde, garantindo a manutenção da força de trabalho responsável pela prestação direta dos serviços à população.

Além dos servidores efetivos, observa-se a presença significativa de **contratações terceirizadas para suprir demandas assistenciais e operacionais da rede**, especialmente nas áreas médicas, enfermagem, apoio administrativo, vigilância, limpeza e serviços laboratoriais. As despesas com **locação de mão de obra terceirizada somaram R\$ 16.748.604,92**, representando cerca de **10,9% do total empenhado**.

Quando analisados de forma conjunta, **os gastos com pessoal próprio e terceirizado alcançam aproximadamente R\$ 107,4 milhões** correspondendo a cerca de **70% de todo o orçamento executado**, evidenciando que a maior parte dos recursos da saúde municipal está diretamente vinculada à manutenção da força de trabalho necessária ao funcionamento da rede assistencial.

Outro componente relevante se refere às despesas com **serviços de terceiros**, que totalizaram **R\$ 13.625.590,46**, destacando-se os contratos com o **Consórcio Intermunicipal de Saúde (CISMEPAR)**, responsáveis principalmente pela realização de **plantões médicos e exames laboratoriais para atendimento nas unidades de urgência e emergência**. Somente os **plantões médicos representaram R\$ 6.880.389,00**, demonstrando o elevado custo necessário para complementação do quadro de pessoal e garantir o funcionamento ininterrupto da **UPA e Pronto Atendimento 24 horas**, que demandam cobertura médica permanente.

As despesas com **materiais de consumo** somaram **R\$ 5.645.863,66**, incluindo principalmente medicamentos, materiais hospitalares e laboratoriais, combustíveis, insumos para manutenção das unidades e demais materiais necessários ao funcionamento da rede de serviços.

No que se refere à **distribuição gratuita de insumos e benefícios à população**, foram aplicados **R\$ 4.441.749,47**, com destaque para a distribuição de **medicamentos, fórmulas alimentares, materiais para ostomia e transporte sanitário**, ações que contribuem diretamente para a continuidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Quanto aos **investimentos**, foram empenhados **R\$ 11.234.771,04**, destinados principalmente à **construção e ampliação de unidades de saúde, aquisição de veículos para transporte sanitário e compra de equipamentos médicos e hospitalares**, fortalecendo a infraestrutura da rede municipal.

Por fim, registram-se ainda despesas relacionadas a **subvenções, convênios intermunicipais e rateios administrativos**, incluindo os repasses à **Santa Casa de Misericórdia, Instituto do Câncer de Londrina, Consórcio CISMEPAR, Consórcio Paraná Saúde e convênio SAMU** fundamentais para a garantia da continuidade de serviços especializados e regionalizados.

De forma geral, a estrutura das despesas evidencia que o orçamento da saúde municipal está fortemente direcionado à **manutenção da rede assistencial e da força de trabalho**, além de garantir os insumos, serviços especializados e investimentos necessários para a ampliação e qualificação da oferta de serviços à população.

6. Transferências por Ente Federativo

Após a apresentação da arrecadação e da execução orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, apresenta-se a seguir a análise das transferências de recursos segundo o ente federativo responsável pelo financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Nos tópicos anteriores foi apresentado um panorama geral da arrecadação e da execução orçamentária do exercício de 2025, evidenciando o volume de recursos ingressados no Fundo Municipal de Saúde e sua aplicação nas diferentes áreas da política pública de saúde. Nesta seção, a análise passa a detalhar a origem desses recursos, organizando as transferências segundo as três esferas de governo que compõem o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS): **Município, Federal e Estadual**.

Essa forma de apresentação permite evidenciar, de maneira mais detalhada, a participação de cada ente federativo no financiamento da saúde municipal, bem como demonstrar a composição das principais **fontes de recurso, programas, incentivos financeiros e transferências fundo a fundo** que sustentam o funcionamento da rede municipal de saúde.

Dessa forma, são apresentados a seguir os principais recursos transferidos por cada ente federativo, com o detalhamento das respectivas fontes de financiamento, valores arrecadados e execução orçamentária no exercício de 2025.

6.1 Transferências do Governo Municipal

As transferências provenientes do Governo Municipal constituem o principal pilar de financiamento do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Cambé. Diferentemente dos recursos estaduais e federais, que em regra possuem destinação específica e vinculação normativa, as receitas municipais apresentam maior flexibilidade de aplicação, podendo ser programadas tanto para despesas de custeio quanto para investimentos, conforme as necessidades da gestão e o planejamento das ações e serviços públicos de saúde.

No exercício de 2025, a participação municipal representou a maior parcela da arrecadação da saúde. Entre as principais fontes destaca-se a **Fonte 303 é Saúde Receitas Vinculadas (EC nº 29/2000 é 15%)** , responsável pela maior parte dos recursos próprios aplicados na área. De forma complementar, registram-se as **Fontes 510.1 e 511.3** que contribuem para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde no município.

6.1.1 Fonte 303 - Saúde Receitas Vinculadas (EC 29/00 é 15%)

A Fonte 303 concentra a principal receita própria aplicada em saúde pelo município, correspondendo aos recursos vinculados constitucionalmente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000 e demais normativas de financiamento do SUS. Trata-se da fonte de maior expressão financeira no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

No exercício de 2025, a Fonte 303 apresentou arrecadação de **R\$ 109.252.064,32** e dotação atualizada de **R\$ 111.997.466,00**, com **R\$ 110.850.815,05 empenhados**, correspondendo a aproximadamente **99% do orçamento disponível**. Esse resultado evidencia o elevado nível de comprometimento dos recursos próprios municipais no financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Do montante empenhado, **R\$ 109.472.257,13** referem-se a **despesas de custeio** e **R\$ 1.378.557,92 a investimentos**, demonstrando que a aplicação da fonte esteve majoritariamente direcionada à manutenção e funcionamento da rede municipal de saúde.

Na **subfunção 301 é Atenção Básica**, foram empenhados **R\$ 47.621.839,30**, enquanto na **subfunção 302 é Assistência Hospitalar e Ambulatorial** o valor empenhado totalizou **R\$ 47.549.313,53**, valores praticamente equiparados e que, somados, representam cerca de **86% de toda a execução da Fonte 303**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Composição do Valor Empenhado Fonte 303 - Exercício 2025			
Subfunção	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)	Total Geral (R\$)
122	5.765.783,90	1.787,28	5.767.571,18
301	46.597.755,17	1.024.084,13	47.621.839,30
302	47.197.066,00	352.247,53	47.549.313,53
303	3.802.412,06	438,98	3.802.851,04
304	583.792,33	0,00	583.792,33
305	5.525.447,67	0,00	5.525.447,67
Total geral	109.472.257,13	1.378.557,92	110.850.815,05

6.1.2 Fonte 510.1 é Poder de Polícia é Taxas de Vigilância Sanitária

A **Fonte 510.1** é composta pelas receitas provenientes das taxas vinculadas ao exercício do poder de polícia sanitária, relacionadas às atividades de fiscalização, regulação e controle realizadas pela Vigilância Sanitária municipal.

No exercício de 2025, a fonte apresentou arrecadação de **R\$ 1.404.292,28**, frente à previsão inicial de **R\$ 1.490.000,00**. A dotação foi atualizada para **R\$ 1.689.600,00**, com **R\$ 1.552.895,03 empenhados**, correspondendo a aproximadamente **91,9% do orçamento disponível**.

Do total empenhado, **R\$ 1.472.649,40** referem-se a **despesas de custeio** e **R\$ 80.245,63 a investimentos**. A maior parte dos recursos foi aplicada na **subfunção 304 é Vigilância Sanitária**, que concentrou **R\$ 1.347.056,70** da execução da fonte, evidenciando a aplicação predominante dos recursos nas ações de fiscalização e controle sanitário desenvolvidas no município.

O quadro a seguir apresenta a composição da execução da **Fonte 510.1 por subfunção** no exercício de 2025.

Composição Do Valor Empenhado Fonte 5101 - Exercício 2025			
Subfunção	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)	Total Geral (R\$)
301	0,00	67.645,63	67.645,63
302	0,00	6.600,00	6.600,00
304	1.341.056,70	6.000,00	1.347.056,70
305	131.592,70	0,00	131.592,70
Total Geral	1.472.649,40	80.245,63	1.552.895,03

6.1.3 Fonte 511.3 é Taxas de Vigilância Sanitária (Entrada e Baixa de Responsável Técnico)

A **Fonte 511.3** corresponde às receitas provenientes das taxas vinculadas aos procedimentos administrativos de **entrada e baixa de responsável técnico** junto à Vigilância Sanitária municipal.

No exercício de 2025, a fonte apresentou arrecadação de **R\$ 17.631,02**, mantendo dotação atualizada de **R\$ 38.000,00**. A execução orçamentária registrou **R\$ 28.123,08 empenhados**, demonstrando a utilização dos recursos em despesas relacionadas às atividades administrativas e operacionais da Vigilância Sanitária.

6.2 Transferências do Governo Federal

O financiamento federal da saúde municipal ocorre por meio de transferências destinadas ao apoio e fortalecimento das ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo município.

Nesse contexto, o ingresso de receitas ocorre por meio de **programas do Ministério da Saúde, habilitações de serviços, incentivos financeiros, incrementos temporários e emendas parlamentares** (individuais, de comissão e de bancada). A seguir, apresenta-se o detalhamento das receitas e da execução desses recursos, com destaque para as **principais fontes de recurso vinculadas às transferências do Governo Federal**.

6.2.1 Fonte 494.1 - B loco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Federal

A **Fonte 494.1** corresponde ao **Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde** , que registra os repasses realizados pelo Governo Federal ao Fundo Municipal de Saúde destinados ao financiamento das ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses recursos contribuem para a manutenção da rede assistencial do município, abrangendo diversas subfunções da política pública de saúde, com destaque para **Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde** .

No exercício de 2025, a fonte apresentou **arrecadação total de R\$ 18.250.367,50** , frente à **previsão inicial de R\$ 18.468.000,00** , correspondendo a **98,82% da receita estimada** .

Com o objetivo de evidenciar o comportamento da arrecadação ao longo do exercício, apresenta-se a seguir o comparativo entre os valores previstos e os efetivamente arrecadados, organizados por subfunção da saúde.

Demonstrativo da Execução Orçamentária da Receita por Subfunção: Previsto vs. Realizado é Fonte 494.1		
Subfunção	Valor Orçado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)
Remuneração / Restituições	R\$ 501.000,00	582.624,97
301	R\$ 9.697.000,00	9.458.392,55
302	R\$ 7.606.000,00	7.539.776,00
303	R\$ 24.000,00	24.000,00
304	R\$ 72.000,00	61.061,00
305	R\$ 552.000,00	584.512,98
306	R\$ 16.000,00	-
Total	R\$ 18.468.000,00	R\$ 18.250.367,50

A pequena variação negativa observada na arrecadação está associada, principalmente, à **transição do modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde**, instituída pela **Portaria GM/MS nº 3.493/2024**, que impactou o fluxo de repasses vinculados à **Subfunção 301 é Atenção Básica**, cuja arrecadação totalizou **R\$ 9.458.392,55**.

Por outro lado, algumas receitas apresentaram desempenho superior ao previsto, especialmente aquelas provenientes de **remuneração de depósitos bancários e restituições**, que totalizaram **R\$ 582.624,97**, superando em mais de **16% a estimativa inicial**. A **Subfunção 305 é Vigilância Epidemiológica** também registrou arrecadação acima do previsto, alcançando **R\$ 584.512,98**.

Para detalhar a composição das receitas que integram o **Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde**, apresenta-se a seguir o demonstrativo das receitas por subfunção e respectivos programas e incentivos financeiros federais.

Demonstrativo Das Receitas Subfunção é Fonte 1.4941 - Bloco De Manutenção Das Ações e Serviços Públicos De Saúde
--

Subfunção	Receita	Valor (R\$)	Total (R\$)
	Remuneração De Depósitos Bancários - Saúde	570.244,69	582.624,97
	Restituições Por Pagamentos Indevidos - Principal	12.380,28	
301 - Atenção Básica	Alimentação E Nutrição Na Atenção Primária	35.934,24	9.458.392,55
	Ceo Municipal	536.645,88	
	Componente Per Capta De Base Populacional	660.503,52	
	Emulti - Equipes Multiprofissionais	342.000,00	
	Equipe Saúde Bucal	1.045.536,00	
	Incentivo Adicional Às Equipes De Odonto - Port. Nº 3.493/2024	28.624,88	
	Incentivo Adicional Às Estf (Saúde Da Família) - Port. Nº 3.493/2024	136.125,00	
	Incentivo Compensatório De Transição	656.823,01	
	Incentivo Financeiro da APS - Desempenho Saúde Bucal	354.552,75	
	Laboratório De Próteses	135.000,00	
	Portaria Nº 3.493 - Incentivo Financeiro Da Aps - Equipe De Saúde Da Família	5.455.889,50	
	Programa Saúde Na Escola - Pse	8.676,00	
	Rede Alyne	62.081,77	
302 - Atenção Especializada	Capo Adulto e Caps Infantil	994.752,00	7.539.776,00
	Melhor Em Casa	780.000,00	
	Samu 192	638.144,00	
	Upa	5.126.880,00	
303 - Assistência Farmacêutica	Portaria Gm N.º 3.931 - Qualifar-Sus	24.000,00	24.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Piso Da Vigilância Sanitária	61.061,00	61.061,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Incentivo Vigilância Em Saúde- Despesas Diversas	459.533,82	584.512,98
	Programa Nacional De Hiv/Aids e Outras	124.979,16	
Total		18.250.367,50	18.250.367,50

Na composição da receita da **Atenção Básica**, destaca-se o financiamento das **Equipes de Saúde da Família (eSF)**, que totalizou **R\$ 5.455.889,50**, garantindo o custeio das **26 equipes da Estratégia Saúde da Família**, distribuídas nas **11 Unidades Básicas de Saúde do município**. Além disso, foram recebidos recursos voltados a ações estratégicas, como **Rede Alyne, Alimentação e Nutrição na Atenção Primária, Programa Saúde na Escola (PSE)** e incentivos adicionais instituídos pela **Portaria nº 3.493/2024** para equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal.

Na **Atenção Especializada (Subfunção 302)**, a arrecadação totalizou **R\$ 7.539.776,00**, com destaque para o financiamento da **Unidade de Pronto Atendimento (UPA)**, responsável por aproximadamente **68% dos recursos da subfunção**, além dos repasses destinados ao **CAPS, SAMU 192 e Programa Melhor em Casa**, serviços fundamentais para a organização da rede assistencial do município.

Além das receitas arrecadadas no exercício, a gestão financeira da saúde contou com **superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.445.531,55**, que ampliou a disponibilidade orçamentária da fonte.

Com o objetivo de demonstrar a aplicação dos recursos, apresenta-se a seguir o demonstrativo da execução financeira da fonte, evidenciando os valores empenhados, liquidados e pagos ao longo do exercício.

Demonstrativo da Execução Financeira Fonte 4941 - Exercício 2025					
Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
122	2.000,00	3.000,00	759,00	759,00	759,00
301	10.106.000,00	10.829.290,12	9.532.320,38	9.183.121,69	9.182.581,33
302	7.696.000,00	8.221.850,00	7.718.964,40	6.291.930,46	6.291.930,46
303	24.000,00	24.000,00	439,67	439,67	439,67
304	72.000,00	130.000,00	61.200,19	61.200,19	61.200,19
305	552.000,00	549.000,00	514.731,96	498.369,04	498.333,04
306	16.000,00	13.000,00	-	-	-
Total	18.468.000,00	19.770.140,12	17.828.415,60	16.035.820,05	16.035.243,69

A execução orçamentária da **Fonte 494.1 e Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e Federal** demonstra elevado nível de utilização dos recursos transferidos pelo Governo Federal para financiamento das ações e serviços do SUS no município. No exercício de 2025, a dotação inicial de **R\$ 18.468.000,00** foi atualizada para **R\$ 19.770.140,12**, em razão da incorporação de superávit financeiro e da abertura de créditos adicionais. Do total disponível, foram **empenhados R\$ 17.828.415,60**, correspondendo a **93,74% da disponibilidade orçamentária**, dos quais **R\$ 16.035.820,05 foram liquidados e R\$ 16.035.243,69 pagos** até o encerramento do exercício.

A análise por subfunção evidencia concentração da execução nas **subfunções 301 e Atenção Básica e 302 e Assistência Hospitalar e Ambulatorial**, que juntas somaram **R\$ 16.427.120,72 em despesas empenhadas**, representando aproximadamente **92% da execução da fonte**. Esse resultado demonstra que os recursos federais da Fonte 494.1 foram majoritariamente destinados à manutenção da rede assistencial municipal, contribuindo para o financiamento das equipes da Atenção Primária, dos serviços de urgência e emergência e de outros serviços especializados do SUS no município.

6.2.2 Fonte 392 - Transferências provenientes do Governo Federal Destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias

A **Fonte 392** é composta por recursos transferidos pelo Governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Saúde, destinados ao custeio do vencimento dos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS)** e dos **Agentes de Combate às Endemias (ACE)**, em conformidade com o piso salarial nacional das categorias.

No exercício de **2025**, a previsão inicial de arrecadação era de **R\$ 5.250.000,00**, enquanto a receita efetivamente arrecadada totalizou **R\$ 5.911.941,54**, evidenciando excesso de arrecadação decorrente da atualização dos repasses federais ao longo do exercício. Somado ao saldo remanescente de **R\$ 63.909,43**, a disponibilidade financeira total da fonte atingiu **R\$ 5.975.850,97**.

Do total disponível, foram **empenhados R\$ 5.781.070,52**, integralmente destinados ao pagamento dos vencimentos das categorias, distribuídos entre **R\$ 3.575.738,10 para ACS (Subfunção 301 e Atenção Básica)** e **R\$ 2.205.332,42 para ACE (Subfunção 305 e Vigilância Epidemiológica)**, conforme demonstrado no quadro a seguir. A execução evidencia a aplicação dos recursos em conformidade com a finalidade da transferência federal.

Demonstrativo Execução Fonte 392 - ACS/ACE - Exercício 2025

Subfunção	Categoria	Valor Empenhado (R\$)
301 - Atenção Básica	ACS	3.575.738,10
305 - Vigilância Epidemiológica	ACE	2.205.332,42
Total geral		5.781.070,52

6.2.3 Fonte 395 - Complementação Piso Salarial dos Enfermeiros, Aux. e Técnicos de Enfermagem (Federal)

No exercício de **2025**, a **Fonte 395** apresentou disponibilidade financeira total de **R\$ 134.285,09**, composta por **superávit de exercícios anteriores no valor de R\$ 121.152,37** e **rendimentos de aplicações financeiras no montante de R\$ 13.132,72**

Não houve **execução orçamentária (empenho)** desses recursos no exercício, uma vez que o município já assegura o cumprimento do **piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem**. Diante desse cenário, a Secretaria Municipal de Saúde **aguarda orientações do Ministério da Saúde quanto aos procedimentos para eventual devolução dos valores**, considerando a natureza vinculada do recurso e a impossibilidade de aplicação em finalidade diversa.

6.2.4 Repasses Federais à COVID-19

O Fundo Municipal de Saúde mantém **saldos financeiros remanescentes de repasses federais vinculados ao enfrentamento da Covid-19**, registrados em diversas fontes de custeio e investimento. No exercício de **2025**, não houve **execução orçamentária (empenho)**. Ao final do exercício, os saldos totalizaram **R\$ 9.331,74 nas fontes de custeio** e **R\$ 2.025,36 nas fontes de investimento**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Esses valores correspondem a **saldos residuais de repasses recebidos em exercícios anteriores**, mantidos em contas específicas do Fundo Municipal de Saúde, respeitando a vinculação original dos recursos.

Demonstrativo Saldo Financeiro Fontes COVID-19				
Fonte	Descrição	Saldo Remanescente (R\$)	Receita 2025 (R\$)	Total (R\$)
363	Ações de prevenção à covid-19 nas escolas Portaria nº 1.857/20 - custeio	4.585,28	363,41	4.948,69
364	Centro de enfrentamento covid-19 - custeio	1,87	-	1,87
366	Ações de rastreamento e monitoramento covid-19 portaria nº 2.358/2020 - custeio	7,60	-	7,60
369	Ações de imunização e vigilância em saúde - covid-19 - custeio	57,23	-	57,23
376	Espin covid-19 - Portaria n. 894 - custeio	1,54	-	1,54
377	Portaria 731 - covid 19 - custeio	0,72	-	0,72
386	Portaria nº377/2022 pós covid-19 - custeio	3.921,90	310,83	4.232,73
887	Auxílio financeiro para ações de saúde - covid-19 - custeio	81,36	-	81,36
Total custeio				9.331,74
372	Informatização atenção básica covid 19 capital Portaria nº 3.393/20	1.831,68	145,16	1.976,84
373	Incentivo financeiro de capital Portaria 3.389/20	48,52	-	48,52
Total investimento				2.025,36

6.2.5 Fonte 518.1 - B loco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Investimento Federal

No exercício de 2025, embora houvesse uma previsão orçamentária de **R\$ 410.000,00** para investimentos, não foram registrados repasses de capital provenientes do Governo Federal. Dessa forma, a receita de **R\$ 40.052,42** detalhada no 'Demonstrativo de Arrecadação de Receitas por Origem de Recurso' é integralmente proveniente de **remuneração de depósitos bancários**. Este montante se refere aos rendimentos de aplicações financeiras sobre saldos de recursos de investimentos de exercícios anteriores que permaneceram em conta.

Além da receita arrecadada no exercício, a gestão contou com **saldos remanescentes de exercícios anteriores**, de modo que a **Fonte 518.1 iniciou o exercício de 2025 com superávit financeiro de R\$ 538.633,97**, provenientes dos seguintes repasses:

Demonstrativo Saldos Remanescentes Fonte 518.1 - Exercício 2025				
Receita	Convênio	Receita (R\$)	Empenhado (R\$)	Saldo (R\$)
Saldo Remuneração		29.300,14	0,00	29.300,14
Saldo Organização Dos Serviços De Assist. Farmacêutica No Sus	264	9.069,94	0,00	9.069,94
Saldo Requalifica Ubs - Ampliação Cristal	258	4.605,89	0,00	4.605,89
Saldo Aquisição De Cadeira Odontológica - Portaria 4.061	273	1.725,00	0,00	1.725,00
Saldo Portaria Nº 544/2023 - Equipamentos - Atenção À Saúde Bucal	440	38.754,00	38.591,60	162,4
Saldo Portaria Nº 544/2023 - Equipamentos - Atenção À Saúde Bucal	440	226.307,00	0,00	226.307,00
Saldo Portaria Nº 544/2023 - Equipamentos - Policlínica	438	228.872,00	228.132,70	739,3
		538.633,97	266.724,30	311.962,12

Embora a previsão orçamentária inicial fosse de **R\$ 410.000,00**, a dotação atualizada ao final do exercício totalizou**R\$ 777.202,00**. Este acréscimo decorreu da abertura de créditos adicionais de superávit financeiro. Desse montante, foi empenhado o valor de **R\$ 266.724,30**, destinado à aquisição de equipamentos vinculados aos seguintes recursos financeiros

Convênio	Objeto da Receita	Receita 2025 (R\$)	Valor Executado em 2025 (R\$)	Saldo (R\$)
438	Equipamentos Policlínica - Portaria Nº 544/2023	R\$ 228.872,00	R\$ 228.132,70	R\$ 739,30
440	Equipamentos Saúde Bucal Portaria Nº 544/2023	R\$ 265.061,00	R\$ 38.591,60	R\$ 226.469,40

6.2.6 Emendas Parlamentares Federais

No exercício de 2025, ingressaram recursos totais de R\$ 4.710.132,11, sendo R\$ 4.529.998,00 de emendas e R\$ 180.134,11 de rendimentq o quadro a seguir apresenta o **demonstrativo detalhado de recebimento e execução das emendas parlamentares recebidas no exercício de 2025**, evidenciando a origem dos recursos, sua finalidade, bem como os valores executados e os saldos.

Demonstrativo de Recebimento e Execução das Emendas Parlamentares à Ano de 2025

Fonte	Tipo	Subfunção	Descrição	Objeto	Receita Emendas (R\$)	Rendimentos (R\$)	Empenhado (R\$)	Saldo (R\$)
406	Custeio	302	Emenda Parlamentar Individual Custeio - Atenção Especializada Portaria Nº 6.148/2024 - Dep. Luís Carlos Haulý	Receita de custeio destinada ao pagamento de despesas para a manutenção dos serviços da Atenção Especializada.	1.000.000,00	84.072,31	909.740,15	174.332,16
407	Custeio	301	Emenda Parlamentar Individual - Custeio - Atenção Básica Portaria Nº 6.177/2024 - Dep. Luís Carlos Haulý	Receita de custeio destinada ao pagamento de despesas para a manutenção dos serviços da Atenção Básica.	150.000,00	12.933,31	161.000,00	1.933,31
410	Custeio	301	Emenda Individual - Custeio Insumos - Atenção Basica Portaria Nº 7.466/25 - Dep. Flávio Arns	Receita de custeio para aquisição de insumos para o cuidado do paciente com doenças crônicas na atenção primária.	100.000,00	4.976,07	0,00	104.976,07
411	Custeio	301	Emenda Individual - Custeio Fórmulas Alimentares - Atenção Basica Portaria Nº 7.434/25 - Dep. Luisa Canziani	Receita de custeio para aquisição de fórmulas alimentares a serem distribuídas gratuitamente aos pacientes acompanhados pelo programa de fórmulas municipal.	250.000,00	10.821,75	136.564,24	124.257,51
412	Custeio	301	Emenda Individual - Custeio Insumos - Atenção Basica Portaria Nº 7.434/25 - Dep. Carol Dattora	Receita de custeio para aquisição de insumos para o cuidado da mulher na atenção primária.	200.000,00	9.952,14	0,00	209.952,14
414	Custeio	302	Emenda Individual - Mac - Posto De Trabalho Enfermeiro Portaria Nº 7.381/25 - Dep Toninho Wandscheer	Receita de custeio para Posto de Trabalho Terceirizado de Enfermeiro lotado Serviços de Urgência e Emergência.	300.000,00	9.020,76	299.907,64	9.113,12
415	Custeio	302	Emenda Individual - Mac - Posto De Trabalho Técnico Enfermagem Portaria Nº 7.482/25 - Dep Nelson Padovani	Receita de custeio para Posto de Trabalho Terceirizado de Técnico de Enfermagem lotado Serviços de Urgência e Emergência.	500.000,00	8.249,41	496.418,83	11.830,58
416	Custeio	301	Emenda De Comissão - Custeio - Atenção Básica - Materiais, Insumos E Equipamentos Coletores Para Ostomias Portaria Nº 8.446/25	Receita de custeio para aquisição Materiais, Insumos E Equipamentos Coletores Para Ostomias distribuídas gratuitamente aos pacientes acompanhados pelo programa municipal de pacientes ostomizados.	300.000,00	4.787,82	158.000,00	146.787,82
417	Custeio	302	Emenda De Comissão - Custeio - Mac - Consultas Especializadas E Exames Portaria Nº 9.186/2025	Receita de custeio destinada a exames e consultas especializadas na Atenção Especializada.	700.000,00	1.342,67	0,00	701.342,67
418	Custeio	302	Emenda Parlamentar Individual Consultas Especializadas E Exames Portaria Nº 9.412/2025 Dep Luiz Carlos Haulý E Luisa Canziani	Receita de custeio destinadas exames e consultas especializadas na Atenção Especializada.	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Total Emendas Custeio					3.900.000,00	146.156,24	2.161.630,86	1.884.525,38
Fonte	Tipo	Subfunção	Descrição		Receita Emendas (R\$)	Rendimentos (R\$)	Empenhado (R\$)	Saldo (R\$)
408	Investimento	302	Emenda Comissão - Investimento Equipamentos Upa Portaria Nº 6.120/2024	Receita de Investimento destinada a aquisição de equipamentos médico hospitalar para Unidade de Pronto atendimento - UPA	249.998,00	14.546,72	52.910,00	211.634,72
409	Investimento	302	Emenda Comissão - Capital - Mac - Equipamentos Caps Adulto E Infantil Portaria Nº 6.112/2024	Receita de Investimento destinada a aquisição de equipamentos para os serviços de saúde Caps Infantil e Caps II	130.000,00	6.990,98	0,00	136.990,98
413	Investimento	301	Emenda Individual - Investimento - Atenção Basica Portaria Nº 7.531/25 - Dep. Carol Dattora	Receita de investimento destinada a aquisição de equipamentos para as unidades básicas de saúde.	250.000,00	12.440,17	0,00	262.440,17
Total Emendas Investimento					629.998,00	33.977,87	52.910,00	611.065,87
Total Geral de Emendas					4.529.998,00	180.134,11	2.214.540,86	2.495.591,25

No que se refere à execução orçamentária, foram empenhados **R\$ 2.214.540,86**, correspondendo a aproximadamente **47,0% dos recursos recebidos no exercício**, sendo **R\$ 2.161.630,86 em despesas de custeio** e **R\$ 52.910,00 em investimentos**. Dessa forma, permaneceu **saldo de R\$ 2.495.591,25**, cuja execução está vinculada à continuidade das ações programadas e aos procedimentos administrativos necessários para a aplicação dos recursos, especialmente no caso das emendas destinadas a investimentos.

O quadro a seguir **“Demonstrativo Detalhado da Execução dos Recursos Provenientes de Emendas Parlamentares Recebidas em 2025 por Elemento de Despesa”** apresenta a execução das emendas parlamentares com detalhamento por elemento de despesa, evidenciando a aplicação dos recursos conforme sua natureza de gasto. Esse detalhamento atende, em especial, ao disposto na **Portaria GM/MS nº 6.904, de 28 de abril de 2025**, que estabeleceu a necessidade de demonstrar, para as fontes de custeio **410, 411, 412, 414, 415, 416, 417 e 418** cujos **planos de aplicação estão cadastrados no sistema InvestSUS**, a vinculação entre o planejamento aprovado e a execução orçamentária realizada, garantindo **maior transparência e rastreabilidade na aplicação dos recursos provenientes de emendas parlamentares**

Demonstrativo Detalhado Da Execução Dos Recursos Provenientes De Emendas Parlamentares Recebidas Em 2025 Por Elemento De Despesa		
Fonte	Elemento Despesa	Valor (R\$)
1.406	3.3.90.30.01.06/2025-Lubrificantes e Aditivos Automotivos	2.296,00
	3.3.90.30.04.00/2025-Gás e Outros Materiais Engarrafados	7.045,00
	3.3.90.30.09.00/2025-Material Farmacológico	2.892,50
	3.3.90.30.39.01/2025-Pneus	66.747,24
	3.3.90.30.39.99/2025-Outros Materiais Para Manutenção De Veículos	7.725,89
	3.3.90.37.01.00/2025-Apoio Administrativo, Técnico E Operacional	44.612,00
	3.3.90.37.02.02/2025-Limpeza E Conservação Da Saúde Pública	285.258,96
	3.3.90.37.03.02/2025-Vigilância Da Saúde Pública	42.215,00
	3.3.90.37.99.01/2025-Serviços Medicos Hospitalar,Odontologico E Laboratorial	415.792,76
	3.3.90.39.16.00/2025-Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	629,10
	3.3.90.39.17.00/2025-Manutenção E Conservação De Máquinas E Equipamentos	329,00
	3.3.90.39.19.04/2025-Serviços Gerais De Mecânica Veicular	6.199,90
	3.3.90.39.19.05/2025-Serviços Gerais De Elétrica Veicular	928,00
	3.3.90.39.19.99/2025-Outros Serviços De Manutenção E Conservação De Veículos	1.320,00
	3.3.90.39.41.00/2025-Fornecimento De Alimentação	25.748,80
Total Fonte 406		909.740,15

1.407	3.3.72.30.01.00/2025-Insumos E Material Medico Hospitalar	111.000,00
	3.3.72.39.04.00/2025-Serviços Ambulatoriais Especializados	50.000,00
Total Fonte 407		161.000,00
1.411	3.3.90.32.99.07/2025-Suplemento Alimentar (Fórmulas Alimentares)	136.564,24
Total Fonte 411		136.564,24
1.414	3.3.90.37.99.01/2025-Serviços Medicos Hospitalar,Odontologico E Laboratorial (Posto De Trabalho De Enfermeiro)	299.907,64
Total Fonte 414		299.907,64
1.415	3.3.90.37.99.01/2025-Serviços Medicos Hospitalar,Odontologico E Laboratorial (Posto De Trabalho De Técnico De Enfermagem)	496.418,83
Total Fonte 415		496.418,83
1.416	3.3.72.32.07.00/2025-Outros Materiais/Produtos Destinados À Saúde (Materiais. Insumos e Equipamentos Coletores Para Ostomia)	158.000,00
Total Fonte 416		158.000,00
Total Executado Emendas De Custeio		2.161.630,86
1.408	4.4.90.52.35.00/2025-Equipamentos De Processamento De Dados	52.910,00
Total Fonte 408		52.910,00
Total Executado Emenda De Investimento		52.910,00
Total Executado		2.214.540,86

6.2.7 Saldos Remanescentes de Emendas Parlamentares

Além dos recursos de emendas parlamentares transferidos no exercício de 2025, o Fundo Municipal de Saúde também dispõe de **saldos remanescentes de emendas parlamentares recebidas em exercícios anteriores**. Esses valores são mantidos em **fontes de recursos específicas e em contas bancárias vinculadas**.

No exercício de 2025, parte desses saldos foi **incorporada ao orçamento por meio da atualização das dotações**, possibilitando sua execução por empenho, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Demonstrativo dos Saldos Remanescentes e da Execução Orçamentária das Emendas Parlamentares / Exercício 2025									
Tipo Receita	Subfunção	Fonte	Saldo Remanescente (R\$)	Receita 2025 (R\$)	Total Receita (R\$)	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Saldo (R\$)
Custeio	301- Atenção Básica	349	152,98	-	152,98	-	152,98	152,98	0,00
		354	0,52		0,52	-	0,52	0,52	0,00
		358	0,42	-	0,42	-	0,42	0,42	0,00
		359	79,64	-	79,64	-	79,64	79,64	0,00
		374	97,09	-	97,09	-	97,09	97,09	0,00
		379	267,09	-	267,09	-	267,09	267,09	0,00
		380	43,98	-	43,98	-	43,98	43,98	0,00
		381	32,09	-	32,09	-	32,09	32,09	0,00
		382	243,79	-	243,79	-	243,79	243,79	0,00
		383	293,21	-	293,21	-	293,21	293,21	0,00
		384	223,73	-	223,73	-	223,73	223,73	0,00
		385	311,31	-	311,31	-	311,31	311,31	0,00
		387	144,23	-	144,23	-	144,23	144,23	0,00
		389	272,14	-	272,14	-	272,14	272,14	0,00
		390	28,83	-	28,83	-	28,83	28,83	0,00
		393	115,09	-	115,09	-	196,45	196,45	0,00
		394	15.145,85	1.276,66	16.422,51	-	0,00	0,00	0,00
		398	606,04	-	606,04	-	606,04	606,04	0,00
		400	12.674,52	1.192,82	13.867,34	-	12.674,52	0,00	12.674,52
		402	261.127,44	26.265,84	287.393,28	-	285.000,00	284.076,70	923,30
	302 / Atenção Especializada	378	69,86	-	69,86	-	69,86	69,86	0,00
		388	6.849,54	542,86	7.392,40	-	542,86	542,86	0,00
		405	300.000,00	18.811,98	318.811,98	-	300.000,00	283.167,32	16.832,68
Total Emendas Custeio			598.779,39	48.090,16	646.869,55	-	601.280,78	570.850,28	30.430,50
Tipo Receita	Subfunção	Fonte	Saldo Remanescente (R\$)	Receita 2025 (R\$)	Total Receita (R\$)	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Saldo (R\$)
Investimento	301 / Atenção Básica	345	1.505,65	104,14	1.609,79	-	1.609,79	0,00	1.609,79
		403	235.782,00	10.474,44	246.256,44	-	232.348,55	214.614,15	17.734,40
		404	499.949,00	24.164,51	524.113,51	-	443.699,00	442.769,46	929,54
	302 / Atenção Especializada	340	6.464,41	512,34	6.976,75	-	0,00	0,00	0,00
		344	6.030,80	448,85	6.479,65	-	1.800,00	1.781,26	18,74
		399	188.806,54	8.264,13	197.070,67	-	168.865,00	139.684,00	29.181,00
	305 / Vigilância Epidemiológica	343	1.149,33	-	1.149,33	-	0,00	0,00	0,00

Total Emendas Investimento	939.687,73	43.968,41	983.656,14	-	848.322,34	798.848,87	49.473,47
----------------------------	------------	-----------	------------	---	------------	------------	-----------

A análise da execução das fontes de recursos provenientes de **emendas parlamentares remanescentes** demonstra que, no exercício de 2025, o Fundo Municipal de Saúde contou com **R\$ 1.538.467,12 de saldo financeiro de exercícios anteriores**, acrescido de **R\$ 92.058,57 de receitas no período**, totalizando **R\$ 1.630.525,69 disponíveis para execução**. Desse montante, foi atualizada dotação orçamentária de **R\$ 1.449.603,12**, com **R\$ 1.369.699,15 empenhados**, representando **94,5% de execução da dotação atualizada**.

Os recursos de **custeio** totalizaram **R\$ 646.869,55 disponíveis**, com execução de **R\$ 570.850,28 (94,9%)**, enquanto os recursos de **investimento** somaram **R\$ 983.656,14**, com **R\$ 798.848,87 empenhados (94,2%)**. De modo geral, observa-se elevado nível de execução dos recursos vinculados às emendas parlamentares, aplicados na manutenção das ações e serviços de saúde e na estruturação da rede assistencial.

6.3 Transferências do Governo Estadual

As transferências financeiras provenientes do Governo Estadual constituem importante fonte complementar de financiamento para a execução das ações e serviços públicos de saúde no âmbito municipal. Esses recursos são repassados ao Fundo Municipal de Saúde, principalmente nas modalidades de custeio, destinadas à manutenção das ações e serviços, e de investimento, voltadas à aquisição de equipamentos e à melhoria da infraestrutura da rede de saúde.

No Estado, os repasses são realizados conforme programas e políticas estaduais de financiamento, além de aportes destinados ao fortalecimento de **ações estratégicas no município**. Nesse contexto, este tópico apresenta o demonstrativo dos **repasse financeiros realizados pelo Governo Estadual**, evidenciando as principais fontes de recursos transferidas ao longo do exercício.

6.3.1 Fonte 494.2-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual

A **Fonte 494.2 é Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual** corresponde aos recursos transferidos pelo Governo Estadual ao Fundo Municipal de Saúde, destinados ao custeio das ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). A previsão de arrecadação dessa fonte está vinculada, principalmente, aos repasses estaduais relacionados à **Atenção Básica, Vigilância Epidemiológica e Assistência Farmacêutica**.

Para o exercício, a previsão inicial de arrecadação foi de **R\$ 461.000,00**. Entretanto, a fonte encerrou o período com arrecadação total de **R\$ 2.581.749,67**, sendo o acréscimo decorrente do recebimento de **recursos pontuais de incremento**, destinados ao fortalecimento de ações estratégicas no município, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir.

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas na Fonte 494.2 - Exercício 2025		
Receita	Valor (R\$)	Informações
Remuneração de depósitos bancários - saúde	448.328,89	Receita proveniente de aplicação bancária.
APSUS - Estado	357.360,00	Programa ProAPS, recurso destinado à manutenção dos serviços da Atenção Básica no atendimento à população, repasse mensal de valor fixo.
PROAPS é Variável	79.200,00	Programa ProAPS, recurso destinado à manutenção dos serviços da Atenção Básica no atendimento à população, repasse mensal de valor variável.
Incentivo financeiro CAPS II	102.000,00	Recurso de incremento destinado à manutenção das atividades ofertadas pelo CAPS Adulto, visando garantir a continuidade dos serviços de saúde mental.
Incentivo financeiro CAPS Infantil	98.400,00	Recurso de incremento destinado à manutenção das atividades ofertadas pelo CAPS Infantil, visando garantir a continuidade dos serviços de saúde mental.
Resolução nº 544/2025 Custeio MAC	1.408.348,98	Recurso de incremento destinado à manutenção das atividades da Atenção Especializada, voltado ao custeio das despesas relacionadas à oferta de exames aos usuários do SUS.
Resolução nº 455/2023- Provigia Paraná	23.949,80	Programa PROVIGIA, destinado ao fortalecimento das ações de Vigilância Epidemiológica no município.
Incentivo a organização da assistência Farmacêutica - IOAF - Resolução SESA nº 1.450/2025	64.162,00	Programa IOAF, destinado ao fortalecimento das ações da assistência farmacêutica no município.
Total	2.581.749,67	

Além das receitas arrecadadas no exercício de 2025 na **Fonte 494.2 é Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual** o Fundo Municipal de Saúde também contava com **saldo remanescente de exercícios anteriores no valor de R\$ 3.525.728,10**, vinculado a essa mesma fonte.

Demonstrativo de Saldo Remanescentes das Receitas Fonte 494.2		
Receita	Convênio	Valor (R\$)
Saldo Remuneração Bancária 2019/2020/2021/2022/2023/2024	-	178.892,35
Saldo Saúde Bucal 2024	-	137,05
Saldo Resolução 356 Covid 2021	337	80.977,20
Saldo Resolução SESA N.º 870/2021 - Incentivo de custeio para pessoas com deficiência e síndrome Pós Covid	391	10.000,00
Saldo Resolução SESA N.º 405/2023 - Materiais Graficos Cadernetas e Cartão	399	43.525,31
Saldo Resolução SESA N.º 1466/2023 E 2024 - Programa de Qualificação da APS - Custeio	418	103.382,22
Saldo Resolução SESA Nº 775/2022 - média complexidade 50% custeio EXAMES	387	37.577,61
Saldo Resolução SESA Nº 1.815/2024 Custeio - MAC	419	1.948.588,56
Saldo Resolução SESA Nº 1.413/2023 - Média e Alta Complexidade - Custeio	414	425.908,72
Saldo Resolução SESA Nº 1.713/2023 E 2024 - Incentivo Financeiro Caps Adulto Custeio	422	202.743,80
Saldo Resolução SESA Nº 1.713/2023 E 2024 - Incentivo Financeiro Caps Infantil - Custeio	422	193.574,77
Saldo Resolução 788/2022 - IOAF Custeio 2022		
Saldo Resolução SESA Nº 1472/2023 - IOAF - Custeio 2023	360	120.499,30
Resolução SESA Nº 1.712/2024 - IOAF 2024		
Saldo Resolução SESA nº 425/2023 - Provigia Paraná	363	179.921,21
Total		3.525.728,10

Considerando as **receitas arrecadadas no exercício de 2025** no valor de **R\$ 2.581.749,67**, somadas ao **saldo remanescente de exercícios anteriores**, no montante de **R\$ 3.525.728,10**, o total de recursos **disponíveis para execução no exercício de 2025** atingiu **R\$ 6.107.477,77**.

O quadro a seguir apresenta a **execução financeira da fonte**, evidenciando a aplicação dos recursos por convênio e elemento de despesa. Para fins de transparência, o demonstrativo detalha o valor empenhado no exercício e o saldo a liquidar. Destaca-se que a forma de apresentação atende às exigências das resoluções estaduais, especialmente nos casos de recursos com objeto específico vinculado a convênios.

Demonstrativo Da Execução Financeira Fonte 4942 - Exercício 2025				
Subfunção	Convênio	Elemento Despesa	Valor Empenhado (R\$)	Valor a Liquidar (R\$)
301	418/2023	3.3.90.30.09.00/2025-Material Farmacológico	65.982,90	56.465,00
		3.3.90.30.10.00/2025-Material Odontológico	53.333,53	53.333,53
		3.3.90.30.21.00/2025-Material De Limpeza E Produtos De Higienização	28.778,00	0,00
	Subtotal 418/2023		148.094,43	109.798,53
	Sem Convênio	3.3.90.30.01.01/2025-Etanol	2.170,00	2.170,00
		3.3.90.30.01.02/2025-Gasolina	30.800,00	13.957,01
		3.3.90.30.01.03/2025-Diesel	1.270,00	293,05
		3.3.90.30.01.06/2025-Lubrificantes e Aditivos Automotivos	858,00	0,00
		3.3.90.30.04.00/2025-Gás E Outros Materiais Engarrafados	8.879,54	8.389,00
		3.3.90.30.07.99/2025-Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios	916,56	0,00
		3.3.90.30.09.00/2025-Material Farmacológico	9.425,60	0,00
		3.3.90.30.10.00/2025-Material Odontológico	84.539,48	80.135,48
		3.3.90.30.14.00/2025-Material Educativo E Esportivo	3.035,55	2.410,80
		3.3.90.30.16.00/2025-Material De Expediente	180,00	0,00
		3.3.90.30.17.00/2025-Material De Processamento De Dados	191,12	0,00
		3.3.90.30.21.00/2025-Material De Limpeza E Produtos De Higienização	93.711,00	6.640,00
		3.3.90.30.24.00/2025-Material Para Manutenção De Bens Imóveis	125,00	0,00
		3.3.90.30.25.00/2025-Material Para Manutenção De Bens Imóveis	7.000,50	0,00
		3.3.90.30.26.00/2025-Material Eletrico E Elettrico	191,12	191,12
		3.3.90.30.28.00/2025-Material De Proteção E Segurança	3.195,00	3.195,00
		3.3.90.30.39.01/2025-Pneus	11.888,00	2.168,00
		3.3.90.30.39.03/2025-Baterias	688,97	0,00
		3.3.90.30.39.05/2025-Lonas E Pastilhas De Freio	1.902,75	0,00
		3.3.90.30.39.99/2025-Outros Materiais Para Manutenção De Veículos	10.306,59	0,00
		3.3.90.30.44.00/2025-Material De Sinalização Visual E Afins	119,90	0,00
		3.3.90.30.99.06/2025-Toldos - Reposição	4.743,75	0,00
		3.3.90.30.99.10/2025-Material De Copa E Cozinha	8.332,50	5.411,90
	Subtotal Sem Convênio		284.470,93	124.961,36
302	387/2022	3.3.72.39.01.00/2025-Exames	14.976,60	0,00
	Subtotal 387/2022		14.976,60	0,00
	414/2023	3.3.72.39.01.00/2025-Exames	56.884,50	0,00
		3.3.90.30.35.00/2025-Material Laboratorial	39.474,00	11.842,20
		3.3.90.37.99.01/2025-Serviços Medicos Hospitalar,Odontologico E Laboratorial	201.294,00	201.294,00
	Subtotal 414/2023		297.652,50	213.136,20
	419/2023	3.3.72.39.01.00/2025-Exames	966.044,90	334.890,51
		3.3.90.30.35.00/2025-Material Laboratorial	317.262,04	72.323,11
		3.3.90.30.36.00/2025-Material Hospitalar	2.925,00	0,00
		3.3.90.39.50.30/2025-Serviços E Procedimentos Em Saúde De Média E Alta Complexidade	917.000,00	313.035,27
	Subtotal 419/2023		2.203.231,94	720.248,89
	422/2023	3.3.90.30.07.12/2025-Generos Alimentícios Para Copa E Cantina	7.977,20	0,00
		3.3.90.30.07.99/2025-Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios	69.899,95	45.307,33
		3.3.90.30.14.00/2025-Material Educativo E Esportivo	12.391,16	0,00
		3.3.90.30.99.02/2025-Materiais Para Artesanato	37.061,96	24.318,06
		3.3.90.33.01.00/2025-Passagens Para O País	1.595,56	0,00
		3.3.90.39.16.00/2025-Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	40.000,00	40.000,00
		3.3.90.39.17.00/2025-Manutenção E Conservação De Máquinas E Equipamentos	1.049,86	0,00
		3.3.90.39.78.02/2025-Limpeza E Conservação Da Saúde Pública	129,45	0,00
	Subtotal 422/2023		170.105,14	109.625,39

	Sem Convênio	3.3.90.39.10.00/2025-Locação De Imóveis	14.804,10	4.934,70
		3.3.90.39.17.00/2025-Manutenção E Conservação De Máquinas E Equipamentos	251,24	0,00
		3.3.90.39.99.99/2025-Demais Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	0,00	0,00
	Subtotal Sem Convênio		15.055,34	4.934,70
304	363/2021	3.3.90.30.11.00/2025-Material Químico	1.745,20	0,00
	Subtotal 463/2021		1.745,20	0,00
305	363/2021	3.3.90.30.01.06/2025-Lubrificantes e Aditivos Automotivos	3.432,00	0,00
		3.3.90.30.14.00/2025-Material Educativo E Esportivo	7.000,00	0,00
		3.3.90.30.28.00/2025-Material De Proteção E Segurança	11.008,00	0,00
		3.3.90.30.39.03/2025-Baterias	313,97	0,00
		3.3.90.30.39.99/2025-Outros Materiais Para Manutenção De Veículos	23.180,45	0,00
		3.3.90.30.44.00/2025-Material De Sinalização Visual E Afins	839,30	0,00
		3.3.90.30.99.11/2025-Material Epidemiológico	2.586,00	0,00
		3.3.90.39.17.00/2025-Manutenção E Conservação De Máquinas E Equipamentos	9.955,00	6.768,50
		3.3.90.39.19.04/2025-Serviços Gerais De Mecânica Veicular	3.207,05	0,00
		3.3.90.39.19.05/2025-Serviços Gerais De Eletrica Veicular	480,00	0,00
		3.3.90.39.19.99/2025-Outros Serviços De Manutenção E Conservação De Veículos	17,82	0,00
		3.3.90.39.41.00/2025-Fornecimento De Alimentação	206,00	0,00
	Subtotal 363/2021		62.225,59	6.768,50
Total Geral			3.197.557,67	1.289.473,57

Quanto à execução da despesa, foram **empenhados R\$ 3.197.557,67**, dos quais **R\$ 1.908.084,10 foram liquidados e pagos**, permanecendo **R\$ 1.289.473,57 inscritos em restos a pagar a liquidar..**

A aplicação dos recursos concentrou-se principalmente na **subfunção 302 é Assistência Hospitalar e Ambulatorial**, com cerca de **R\$ 2,7 milhões empenhados**, refletindo a execução de convênios estaduais voltados à média e alta complexidade, especialmente os vinculados às **Resoluções SESA nº 1.815/2024 (Convênio 419/2023)** e **nº 1.413/2023 (Convênio 414/2023)**. Esses recursos possibilitaram ampliar a realização de exames e a aquisição de insumos laboratoriais, contribuindo para o fortalecimento da assistência ambulatorial e para a redução da demanda reprimida por procedimentos diagnósticos.

Parte dos recursos também foi aplicada **sem vinculação direta a convênio**, por se tratar de receitas do **PROAPS**, destinadas à aquisição de insumos, manutenção de veículos, materiais de consumo e serviços necessários ao funcionamento das unidades de saúde.

6.3.2 PROVIGIA - Recurso Estadual

O **Programa de Vigilância em Saúde é PROVIGIA Paraná** tem como objetivo fortalecer as ações de vigilância em saúde no âmbito municipal, por meio do repasse de recursos destinados ao custeio e investimento em ações estruturantes da vigilância epidemiológica.

No exercício de **2025**, considerando os **saldos remanescentes de exercícios anteriores somados às receitas recebidas no período** , o Fundo Municipal de Saúde contou com os seguintes valores disponíveis para execução no programa:

- Custeio:** R\$ 179.921,21
- Capital:** R\$ 231.210,80 (sendo R\$ 127.801,85 provenientes de saldo remanescente e R\$ 103.408,95 referentes à receita recebida em**05/05/2025**)
- Capital é Tablet:** R\$ 120.000,00

No que se refere à **execução financeira**, no exercício de 2025 foi empenhado **R\$ 63.970,79, liquidado R\$ 57.202,29** e restos a pagar bloqueado **R\$ 6.768,50** vinculado ao **empenho nº 11604/2025**, destinado à manutenção de bombas costeais utilizadas nas ações de vigilância.

Quanto aos **recursos de capital**, informamos que **não houve execução no exercício de 2025** , permanecendo os valores disponíveis para execução em exercícios subsequentes, conforme planejamento das ações e processos administrativos necessários.

6.3.3 Fonte 496 é Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

A Fonte 496 registra as receitas provenientes dos contratos formalizados com o Governo do Estado dos serviços prestados pelos estabelecimentos **Laboratório Municipal, Policlínica, CREPS/Reabilita e Hospital Maria Anideje**

Para o exercício, a expectativa orçamentária inicial foi de **R\$ 956.000,00**, entretanto os repasses efetivamente recebidos totalizaram **R\$ 893.704,57**. Somado a esse montante, a fonte contava ainda com **saldo remanescente de exercícios anteriores no valor de R\$ 492.859,79**, resultando em **disponibilidade total de recursos de R\$ 1.386.564,36** para execução no período.

No decorrer do exercício, a execução orçamentária da fonte atingiu **R\$ 1.283.045,74 em despesas empenhadas**, evidenciando elevado nível de utilização dos recursos disponíveis para a manutenção dos serviços especializados. Do total empenhado, **R\$ 88.709,57** permaneceram inscritos em **restos a pagar**, referentes a despesas comprometidas no exercício, mas cujo pagamento ocorrerá no exercício subsequente.

6.3.4 Fonte 397 - Complementação Piso Salarial Dos Enfermeiros, Aux. E Técnicos De Enfermagem (Estadual)

No exercício de 2025, a **Fonte 397**, destinada ao repasse para **complementação do piso salarial das categorias da enfermagem** , apresentou disponibilidade financeira total de **R\$ 8.447,53**, composta por **saldo remanescente de exercícios anteriores no valor de R\$ 7.616,72** e **rendimentos de aplicações financeiras no montante de R\$ 830,81** .

Não houve execução orçamentária (empenho) desses recursos no exercício,uma vez que o município já assegura o cumprimento do piso salarial nacional das categorias da enfermagem. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde **aguarda orientação técnica do Estado quanto aos procedimentos para eventual devolução dos valores** , considerando a natureza vinculada do recurso e a impossibilidade de sua aplicação em finalidade diversa.

6.3.5 Fonte 401 é Resolução SESA nº 285/2024 é Enfrentamento á Dengue

No exercício de 2025, a **Fonte 401 é Resolução SESA nº 285/2024**, destinada às ações de enfrentamento à dengue, apresentou **disponibilidade financeira de R\$ 125.601,49**, composta por **saldo remanescente de R\$ 118.238,33** e **rendimentos de aplicação financeira de R\$ 7.363,16**.

Os recursos foram executados na **subfunção 305 é Vigilância Epidemiológica**, com **R\$ 114.463,34 empenhados**, a execução concentrou-se principalmente no **custeio de posto de trabalho de profissionais de enfermagem**, no valor de **R\$ 57.454,95**, vinculados à unidade de extensão de atendimento à dengue implantada para ampliar a capacidade assistencial durante o período de maior demanda. Também foram realizadas despesas relacionadas à **manutenção e operação da frota utilizada nas ações de vigilância e controle**, incluindo combustíveis, peças e serviços de manutenção veicular, conforme quadro a seguir.

Demonstrativo Execução Fonte 401 Por Elemento De Despesa � Exercício 2025			
Subfunção	Elemento De Despesa	Valor Empenhado (R\$)	Valor a Liquidar (R\$)
305	3.3.90.30.01.01/2025-Etanol	2.170,00	910,31
	3.3.90.30.01.02/2025-Gasolina	15.400,00	5.563,83
	3.3.90.30.01.03/2025-Diesel	15.715,00	11.598,43
	3.3.90.30.07.12/2025-G�neros Alimentícios Para Copa E Cantina	11,96	11,96
	3.3.90.30.39.03/2025-Baterias	375,00	0,00
	3.3.90.30.39.05/2025-Lonas E Pastilhas De Freio	422,05	0,00
	3.3.90.30.39.99/2025-Outros Materiais Para Manutenção De Veículos	4.102,73	0,00
	3.3.90.37.99.01/2025-Serviços Médicos Hospitalar,Odontologico E Laboratorial	57.454,95	0,00
	3.3.90.39.19.03/2025-Serviços De Alinhamento, Balanceamento E Cambagem	214,20	0,00
	3.3.90.39.19.05/2025-Serviços Gerais De Eletrica Veicular	225,00	0,00
	3.3.90.39.19.07/2025-Serviços De Funilaria, Lanterna E Pintura Veicular	17.328,00	0,00
	3.3.90.39.19.99/2025-Outros Serviços De Manutenção E Conservação De Veículos	790,35	0,00
	3.3.90.39.41.00/2025-Fornecimento De Alimentação	254,10	254,10
Total Resultado		114.463,34	18.338,63

6.3.6 Fonte 500 Bloco de Investimento na Rede de Serviços de Saúde   Estadual

A **Fonte 500   Bloco de Investimento na Rede de Serviços de Saúde   Estadual**   destinada ao registro das receitas de investimento transferidas pelo Governo do Estado para financiamento de obras, aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura da rede municipal de saúde. Para o exercício, havia **previsão inicial de arrecadação no valor de R\$ 1.286.000,00**. Contudo, ao longo do ano, a **arrecadação totalizou R\$ 3.974.617,80**, superando a expectativa inicial, conforme demonstrado no quadro de receitas arrecadadas.

Demonstrativo das Receitas Arrecadadas na Fonte 500 - Exercício 2025			
Receita	Valor (R\$)	Convênio	Objeto da Resolução
Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde	397.045,85		Valor relativo ao rendimento da receita aplicada.
APSUS - Estado - Assistência Farmacêutica - IOAF	64.163,00	361/2021	Recurso de investimento repassado pela SESA para incentivo à organização da assistência farmacêutica (IOAF), destinado à aquisição de bens permanentes para a melhoria da assistência farmacêutica no m�unic�pio, subfunção 303.
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.699/2024	250.000,00	403/2022	Recurso destinado a aquisição de (01) ambulância básica para atender a atenção básica subfunção (301)
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.699/2024	250.000,00	403/2022	Recurso destinado a aquisição de (01) ambul�ncia básica para atender a atenção básica subfunção (301)
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.699/2024	130.000,00	403/2022	Recurso de investimento repassado pela SESA, através do programa de qualificação da atenção primária � saúde, para aquisição de 2 veículos de passeio, subfunção 301.
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.147/2025	220.000,00	403/2022	Recurso destinado a aquisição de (01) van para transporte de paciente, recurso vinculado a subfunção 301 - atenção básica.
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.357/205	220.000,00	403/2022	Recurso destinado a aquisição de (01) van para transporte de paciente, recurso vinculado a subfunção 301 - atenção básica.
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.357/205	220.000,00	403/2022	Recurso destinado a aquisição de (01) van para transporte de paciente, recurso vinculado a subfunção 301 - atenção básica.
Transporte Sanitário - Resolução SESA n� 1.357/205	220.000,00	403/2022	Recurso destinado a aquisição de (01) van para transporte de paciente, recurso vinculado a subfunção 301 - atenção básica.
Provig�ia - Estado	103.408,95	386/2022	Recurso de investimento repassado pela SESA, por meio do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde (ProVig�ia), destinado à aquisição de equipamentos e bens permanentes para a vigilância epidemiológica.
Construção Pronto Atendimento Municipal PAM - 1864/2023	1.350.000,00	462/2023	Repass�e destinado a construção do Pronto Atendimento Municipal � PAM, valor relativo a 1 parcela correspondete a 30% do valor total do repasse.
Resolução Sesa N� 1.413/2023 � Equipamentos � Atenção Especializada	50.000,00	472/2024	Recurso destinado a aquisição de equipamentos para atenção especializada � subfunção 302
Resolução Sesa N� 1.368/2025 � Equipamentos � Atenção Especializada	500.000,00	494/2025	Recurso destinado a aquisição de equipamentos para atenção especializada � subfunção 302
Total	3.974.617,80		

Além do valor recebido no exercício, a fonte t m b m contava com **saldo remanescente de exercícios anteriores no valor de R\$ 3.470.196,92**, distribuídos nas seguintes receitas:

Receita	Valor (R\$)	Convênio
Saldo - Resolução SESA n� 932/2021 - Construção UBS Silvino	75.000,00	371/2021
Saldo - Resolução SESA n� 870/2021 - Equipamentos para atendimento aos pacientes pós COVID-19	20.000,00	392/2022
Saldo - Resolução SESA Equipamentos n� 860/2022 - Processo: 19.021.0394	240.000,00	394/2022

Saldo - Resolução SESA Equipamentos nº 860/2022 - Processo: 19.021.0289	240.000,00	394/2022
Saldo - Resolução SESA Equipamentos nº 860/2022 - Processo: 19.021.0505	240.000,00	394/2022
Saldo - Resolução SESA nº 860/2022 - Consultório Odontológico - Processo: 19.918.908-5	36.345,16	395/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 858/2022 - 12 veículos baixo - \$ 65.000,00 Processo: 19.926.506-7	780.000,00	403/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 1.432/2023 - 1 Van Processo: 21.122.243-3 Dep. Cebra	220.000,00	403/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 516/2024 - R\$ 130.000,00 - 2 carro baixo Processo: 22.003.175-6 Dep. Thiago	130.000,00	403/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 516/2024 - R\$ 250.000,00 - 1 ambulância Processo: 22.085.145-1 Dep. Cloara	250.000,00	403/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 516/2024 - R\$ 250.000,00 - 1 ambulância Processo: 22.103.054-0 Dep. Thiago	250.000,00	403/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 547/2024 - R\$ 250.000,00 - 2 ambulância Processo: 22.101.887-7 Dep. Thiago	500.000,00	403/2022
Saldo - Resolução SESA nº 769/2019 - Transporte Sanitário Res. 547/2024 - R\$ 220.000,00 - 1 Van Processo: 22.154.712-8 Dep. Thiago	220.000,00	403/2022
Saldo - Resolução nº1.431/2026 - Equipamentos Permanentes para Rede de Atenção à Saúde Processo: 21.038.921-0 - Dep. Cloara	65.106,26	434/2023
Saldo - Resolução SESA nº 1.431/2023 - Equipamentos UPA, 24 horas e Policlínica Processo: 21.036.437-4 Dep. Maria Lima	44.493,86	437/2023
Saldo - Resolução SESA nº 1.735/2023 - Equipamentos Atenção Básica Processo: 21.191.310-0 - Dep. Luiz Corti	153.000,00	439/2023
Saldo - Resolução SESA nº 808 - Provisão Capital	120.000,00	455/2024

Quanto ao orçamento da fonte, o valor inicial de **R\$ 1.286.000,00** foi atualizado para **R\$ 9.588.026,60**, evidenciando significativa ampliação ao longo do exercício. Essa ampliação decorre, principalmente, da incorporação de superávit financeiro de exercícios anteriores, bem como da abertura de crédito por excesso de arrecadação, no montante de R\$ 4.446.829,82, destinado à construção do PAM, a ser custeada com recursos estaduais. Desse total, foi **empenhado o montante de R\$ 8.587.234,02**. O detalhamento da execução encontra-se apresentado no quadro a seguir, elaborado com informações por convênio, elemento de despesa, valor empenhado e saldo a liquidar.

Demonstrativo da Execução da Fonte 500 é Exercício 2025					
Origem/Fonte	Subfunção	Convênio	Elemento Despesa	Valor Empenhado	Valor a Liquidar
1.500	301	403/2022	4.4.90.52.52.00/2025-VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	1.160.000,00	500.000,00
		Subtotal Convênio 403/2022		1.160.000,00	500.000,00
	302	437/2023	4.4.90.52.08.00/2025-APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR	6.850,00	0,00
		Subtotal Convênio 437/2023		6.850,00	0,00
		462/2023	4.4.90.51.01.07/2025-POSTOS DE SAÚDE	4.446.829,82	2.767.429,37
		Subtotal Convênio 462/2023		4.446.829,82	2.767.429,37
		472/2024	4.4.90.52.35.00/2025-EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	36.900,00	0,00
		Subtotal Convênio 472/2024		36.900,00	0,00
		Sem Convênio	4.4.90.52.51.00/2025-PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	558,00	0,00
		Subtotal Sem Convênio		558,00	0,00
2.500	301	394/2022	4.4.90.52.35.00/2025-EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	719.732,00	125.460,00
		Subtotal Convênio 394/2022		719.732,00	125.460,00
		403/2022	4.4.90.52.52.00/2025-VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	2.040.000,00	260.000,00
		Subtotal Convênio 403/2022		2.040.000,00	260.000,00
		434/2023	4.4.90.52.08.00/2025-APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR	7.138,44	0,00
			4.4.90.52.35.00/2025-EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	50.616,00	0,00
		Subtotal Convênio 434/2023		57.754,44	0,00
		439/2023	4.4.90.52.08.00/2025-APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR	80.292,26	0,00
			4.4.90.52.51.00/2025-PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	3.415,50	0,00
		Subtotal Convênio 439/2023		83.707,76	0,00
	302	437/2023	4.4.90.52.08.00/2025-APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR	6.002,00	0,00

			Subtotal Convênio 437/2023	6.002,00
				0,00
303	361/2023	4.4.90.52.08.00/2025-APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR		28.900,00
			Subtotal Convênio 361/2023	28.900,00
				0,00
Total			8.587.234,02	3.652.889,37

6.3.7 Fonte 518.2 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde Estadual

A **Fonte 518.2 é Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde é Estadual** está vinculada ao registro de receitas destinadas a investimentos transferidos pelo Governo do Estado. Essa fonte foi aberta no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde em decorrência do processo de **unificação dos blocos de financiamento**. No entanto, na prática, os repasses estaduais de investimento realizados nos últimos anos **continuam sendo transferidos para a conta bancária vinculada à Fonte 500**.

Na **Fonte 518.2** permanece apenas o registro de **rendimentos de aplicação financeira**, provenientes de uma transferência realizada no ano de**2019**, destinada à construção de uma **Unidade Básica de Saúde**, obra que já foi devidamente executada. Dessa forma, permanece **saldo proveniente de rendimentos no valor de R\$ 5.428,83**, não havendo **execução orçamentária no exercício**.

7. Aplicação de Recursos na Assistência Farmacêutica é Exercício 2025

O financiamento da Assistência Farmacêutica no âmbito do **Sistema Único de Saúde (SUS)** é regulamentado pela **Portaria GM/MS nº 1.555/2013**, posteriormente incorporada à **Portaria de Consolidação nº 6/2017**, que estabelece as normas de financiamento do **Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF)**. Essa política pública prevê financiamento **tripartite entre União, Estados e Municípios**, com contrapartida mínima municipal de **R\$ 2,36 por habitante/ano**, destinada à **aquisição de medicamentos e insumos para insulíno dependentes** no âmbito da assistência farmacêutica básica.

Para fins de monitoramento e prestação de contas nos instrumentos de gestão do SUS, os valores aplicados são apurados com base na **execução orçamentária da despesa liquidada**, que representa a efetiva aquisição dos medicamentos e insumos registrados no sistema orçamentário municipal.

No exercício de **2025**, no município de **Cambé**, foram liquidados **R\$ 3.247.724,13** em despesas com aquisição de medicamentos e insumos para insulíno dependentes utilizando **recursos próprios municipais**. Considerando a **população estimada de 110.923 habitantes**, o valor aplicado corresponde a aproximadamente **R\$ 29,27 por habitante**.

Ano	População Estimada -IBGE 2025	Valor Liquidado em Medicamentos e Insumos com Recursos Próprios	Valor Aplicado por Habitante (R\$)	Valor Mínimo Obrigatório (R\$)
2025	110.923	R\$ 3.247.724,00	29,27	2,36

Além dos recursos municipais, **foram liquidados** o total de **R\$ 101.543,04** provenientes de transferências **estaduais e federais**, sendo **R\$ 79.773,64** de recursos federais e **R\$ 21.769,40** de recursos estaduais, também destinados à **aquisição de medicamentos e insumos para insulíno dependentes** para atendimento da população.

Adicionalmente, os recursos do **Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF)** provenientes das esferas federal e estadual são operacionalizados, no Estado do Paraná, por meio do **Consórcio Paraná Saúde**, conforme pactuação estabelecida na **Comissão Intergestores Bipartite do Paraná (CIB/PR)**, formalizada pela **Deliberação CIB-PR nº 49/2020**.

Nesse modelo de gestão, os recursos transferidos pelos entes federal e estadual são destinados exclusivamente à **aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e insumos destinados aos pacientes insulíno dependentes**, sendo os medicamentos adquiridos de forma **centralizada pelo Consórcio Paraná Saúde**, com posterior distribuição aos municípios consorciados.

No exercício de **2025**, o município de Cambé realizou aquisições de medicamentos por meio do Consórcio Paraná Saúde, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origem do Recurso	Valor (R\$)
Recursos Federais	968.488,98
Recursos Estaduais	642.839,90
Total	1.611.328,88

Dessa forma, considerando todas as fontes de financiamento é incluindo **recursos municipais, transferências estaduais e federais** executadas diretamente pelo município, bem como as aquisições realizadas por meio do Consórcio Paraná Saúde é o custo total com aquisição de medicamentos e insumos para insulíno dependentes destinados ao atendimento da população no exercício de 2025 atingiu o montante de **R\$ 4.960.596,05**. Considerando a população estimada de 110.923 habitantes, esse valor corresponde a aproximadamente **R\$ 44,72 por habitante**

Indicador	Valor (R\$)
Valor aplicado com recursos municipais	3.247.724,13
Recursos federais e estaduais executados diretamente	101.543,04
Aquisição via Consórcio Paraná Saúde	1.611.328,88
Total aplicado em medicamentos	4.960.596,05
Valor por habitante (total)	44,72

8. Lei Federal 141/2012 - Percentual Aplicado com Recurso Próprio em Saúde

A aplicação de recursos próprios municipais em ações e serviços públicos de saúde constitui **obrigação constitucional estabelecida pela Constituição Federal de 1988**, regulamentada pela **Lei Complementar nº 141/2012**, que determina que os municípios devem aplicar **no mínimo 15% da base de cálculo composta pela arrecadação de impostos e transferências constitucionais** em ações e serviços públicos de saúde.

Percentual aplicado na saúde pelo Município de Cambé é Exercício 2025	
Receitas	Valor Arrecadado (R\$)
Resultado De Impostos (IPTU / ITBI / ISS / IRRF)	126.866.087,14
Transferências Legais (Federal. Estadual)	234.935.436,33
TOTAL	361.801.523,47

Total Das Despesas (Empenhadas) Sendo:	R\$ 153.179.061,76
--	--------------------

Despesas Líquidas Com Fontes (Sus, Convênios, Operação De Crédito E Outros)	R\$ 112.434.708,05
Despesas Líquidas Recurso De Fontes Própria	R\$ 40.744.353,71
Percentual aplicado em saúde com receita própria	31,08%

Observa-se que o percentual aplicado em saúde pelo município manteve-se **consistentemente acima do mínimo constitucional de 15%**, o índice alcançou **31,08%**, permanecendo em patamar elevado de investimento municipal no financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Na análise comparativa com exercícios anteriores, observa-se que o percentual aplicado em 2025 (31,08%) foi ligeiramente inferior ao registrado em 2024 (31,98%). Esse comportamento indica maior participação de recursos provenientes de transferências vinculadas à saúde, resultando na redução proporcional da utilização de receitas próprias do município no financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

A evolução do percentual aplicado nos últimos anos demonstra trajetória de crescimento: 2020 *é* 26,03%; 2021 *é* 27,40%; 2022 *é* 29,28%; 2023 *é* 31,09%; 2024 *é* 31,98%; e 2025 *é* 31,08%.

Destaca-se que, mesmo com a leve redução em relação ao exercício anterior, o percentual aplicado em 2025 permanece significativamente superior ao mínimo constitucional de 15%, evidenciando o compromisso contínuo do município com o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

9. Considerações Finais sobre a Execução Orçamentária e o Financiamento da Saúde

A análise da execução orçamentária do exercício de 2025 evidencia elevado nível de comprometimento dos recursos destinados à saúde, com execução de aproximadamente **95,9% do orçamento atualizado**, demonstrando a capacidade de planejamento, gestão e aplicação eficiente dos recursos públicos pela Secretaria Municipal de Saúde.

No que se refere à origem do financiamento, as receitas provenientes do **Tesouro Municipal** constituíram a principal fonte de financiamento da Secretaria Municipal de Saúde, correspondendo a aproximadamente **75% das receitas arrecadadas**, evidenciando a elevada participação do município no custeio das ações e serviços públicos de saúde. Observa-se, ainda, que o **Governo do Estado ampliou o volume de recursos transferidos ao município em relação à previsão inicial**, por meio de repasses específicos que contribuíram para a ampliação de serviços e para o fortalecimento do financiamento das ações e serviços de saúde desenvolvidos pela rede municipal.

Observa-se também que os orçamentos destinados às subfunções **Atenção Básica** e **Assistência Hospitalar e Ambulatorial** encerraram o exercício com valores semelhantes, refletindo a centralidade dessas áreas no financiamento das principais ações assistenciais voltadas ao atendimento direto da população.

Sob a perspectiva da composição das despesas, verifica-se que **aproximadamente 70% do orçamento executado está relacionado à manutenção da força de trabalho da saúde**, considerando os gastos com servidores municipais e a contratação de mão de obra terceirizada.

No que se refere ao cumprimento das obrigações constitucionais de financiamento da saúde, o município de Cambé **atendeu ao disposto na Lei Complementar nº 141/2012**, aplicando **31,08% de recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2025**, percentual superior ao mínimo constitucional de 15%.

De forma geral, os dados apresentados demonstram que os recursos aplicados na saúde municipal no exercício de 2025 foram direcionados prioritariamente à manutenção da rede assistencial e ao funcionamento dos serviços de saúde, contribuindo para a continuidade das ações e serviços públicos de saúde ofertados à população do município de Cambé.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 26/05/2026.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 26/05/2026.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não houve auditorias no período.

11. Análises e Considerações Gerais

ANALISES E CONSIDERAÇÃO GERAIS DA ATENÇÃO BÁSICA

Ao longo do exercício de 2025, a Atenção Básica manteve-se consolidada como principal ordenadora do cuidado e porta de entrada da Rede de Atenção à Saúde do município, dando continuidade aos avanços estruturais, assistenciais e de gestão nos anos anteriores. Destaca-se o fortalecimento do Programa Saúde da Família, com a implementação de ações de territorialização, reestruturação e sistematização dos processos de trabalho, bem como a incorporação de estratégias de monitoramento e acompanhamento das equipes.

As linhas de cuidado prioritárias, com ênfase na Saúde do Idoso, Saúde da Mulher, Linha de Cuidado Materno-Infantil e Saúde Mental, foram fortalecidas ao longo do período, refletindo a ampliação do acompanhamento longitudinal dos usuários e a melhoria do acesso aos serviços. A implantação do ambulatório de colposcopia possibilitou a oferta desse serviço no próprio município, contribuindo para a redução de filas e atendendo à necessidade de diagnóstico precoce do câncer do colo do útero, de lesões precursoras, bem como dos cânceres de vagina e vulva.

Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE) apresentou resultados expressivos, consolidando-se como estratégia de promoção e prevenção em saúde, com ampliação das ações no ambiente escolar e impactos positivos junto à comunidade educativa.

O Projeto Saúde Itinerante, desenvolvido por meio do ônibus da saúde, ampliou o acesso aos serviços nos bairros mais vulneráveis do município, promovendo atendimento e acolhimento às populações com maiores barreiras de acesso, como o Jardim Campos Verdes e regiões rurais. Além dessas ações, o projeto contempla atividades em empresas, com oferta de atendimentos preventivos e educativos aos trabalhadores, contribuindo para a redução das desigualdades no acesso.

No âmbito da Saúde Bucal, a recomposição do quadro de profissionais, com a contratação de cirurgiões-dentistas, Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal, todos com carga horária de 40 horas semanais, possibilitou a ampliação e qualificação das ações. A convocação desses profissionais permitiu a conversão de cinco Equipes de Saúde Bucal da modalidade I para a modalidade II, com incremento no custeio mensal.

As ações coletivas de escovação odontológica supervisionada foram expandidas para todas as escolas e centros de educação infantil da rede municipal, incluindo duas escolas rurais e o Lar Infantil Marília Barbosa. Destaca-se o retorno do plantão odontológico a partir de maio de 2025, com a realização de 1.302 atendimentos de urgência até o final do ano. O uso do ônibus da saúde viabilizou 284 consultas odontológicas e 188 atividades coletivas. A abertura das Unidades Básicas de Saúde aos sábados, entre abril e novembro, resultou no atendimento de 826 usuários pela Saúde Bucal, com baixa taxa de absenteísmo (1,45%), evidenciando a efetividade da estratégia para a população economicamente ativa.

No campo da inovação e da gestão da informação, houve avanço significativo na utilização de ferramentas de Saúde Digital, impulsionado também pela aquisição de novos computadores e impressoras, qualificando os registros, a emissão de listas nominais e o planejamento das ações a partir do monitoramento de indicadores. As capacitações permanentes das equipes como estratégia fundamental para o aprimoramento dos processos de trabalho.

Em relação à infraestrutura, destacam-se os investimentos na melhoria das unidades, especialmente a reforma do UBS Guarani, que proporcionou qualificação de ambiência e melhores condições de atendimento. Persistiram, entretanto, desafios relacionados à manutenção de algumas estruturas físicas, em decorrência da paralisação das obras de reforma e ampliação da UBS Novo Bandeirantes e da construção da nova sede do CEOC, bem como do *déficit* de pessoal ocasionado por exonerações decorrentes da convocação de profissionais por concurso público de município vizinho.

De modo geral, os resultados alcançados em 2025 evidenciam a ampliação do acesso aos serviços, a melhoria dos indicadores pactuados, o fortalecimento do planejamento territorializado e a integração das ações de promoção e prevenção em saúde, reafirmando a Atenção Básica como eixo estruturante da Rede de Atenção à Saúde do município.

ANALISES E CONSIDERAÇÃO GERAIS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

No decorrer do ano de 2025, o Departamento de Atenção Especializada do Município de Cambé desenvolveu um conjunto significativo de ações voltadas à qualificação da assistência, ampliação da capacidade operacional e fortalecimento da rede de atenção à saúde.

No âmbito da estrutura e logística assistencial, destaca-se a aquisição de quatro novas ambulâncias destinadas ao setor de transporte InterSaúde, bem como a incorporação de duas ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), ampliando a capacidade de resposta às demandas do município. Ainda nesse contexto, ressalta-se o apoio contínuo prestado pelas equipes do InterSaúde, compostas por motoristas e técnicos de enfermagem, em eventos promovidos pelo município, garantindo suporte assistencial à população.

Em relação à infraestrutura, foi dado início às obras do Pronto Atendimento Municipal, representando um avanço significativo na ampliação e qualificação da rede de urgência e emergência

No que tange à qualificação profissional e educação permanente, foram realizadas diversas ações de capacitação. Entre elas, destacam-se o treinamento in loco nas unidades de urgência e emergência (UPA e Unidade 24h), conduzido pelo médico responsável técnico do serviço da Atenção Básica com foco na otimização do atendimento no enfrentamento à dengue, bem como a oferta do curso *¿Dengue: Diagnóstico e Manejo¿*, realizado na modalidade on-line, destinado aos médicos da UPA e da Unidade 24h, conduzido pela médica responsável técnica dos serviços de urgência e emergência, Dra. Valéria Barbosa.

Ainda no campo da educação permanente, foram promovidas capacitações técnicas específicas, incluindo curso para manejo e inserção de máscara laringea direcionado aos enfermeiros dos serviços de urgência e emergência; curso de atualização em acesso venoso central, destinado aos médicos da rede de urgência e emergência, ministrado pelo SAMU Londrina; e capacitação em práticas de imobilização de extremidades para os colaboradores dos serviços de urgência móvel, ofertada pelo Núcleo de Educação em Urgência (NEU) do SAMU Londrina.

Destaca-se também a capacitação em Gerenciamento de Incidentes com Múltiplas Vítimas, realizada em parceria com a 17ª Regional de Saúde, além do treinamento de integração e nivelamento de técnicas em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar de Cambé, voltado às equipes do SAMU e InterSaúde.

No eixo da organização da assistência, foi implantado o Protocolo de Dor Torácica nos serviços de urgência e emergência (UPA e Unidade 24h), com o objetivo de padronizar o atendimento, qualificar o diagnóstico precoce e otimizar o manejo clínico de pacientes com suspeita de síndrome coronariana aguda.

No campo da saúde mental, foram desenvolvidas diversas ações de educação permanente e articulação em rede. Destaca-se a realização de mesa redonda com profissionais do CAPS adulto e infantil e demais servidores da saúde, com o tema *¿Autismo: compreendendo a singularidade¿*. Também foi realizada roda de conversa com famílias atendidas pelo CAPSi, abordando o tema *¿Desmitificando a saúde mental¿*, além de diversas atividades terapêuticas e educativas com equipes e usuários durante todo o ano, com temas variados, bem como atividades externas que fazem parte do projeto terapêutico para esse público.

Durante a campanha do Setembro Amarelo, foram ofertadas capacitações específicas pelas equipes dos CAPS, abordando temas como contenção física do paciente em crise, manobras de desengasgo e princípios da parada cardiopulmonar, fortalecendo a atuação dos profissionais diante de situações críticas.

Adicionalmente, foi iniciada a capacitação referente ao Protocolo de Manejo Clínico em Saúde Mental, conduzida por profissional médica psiquiatra do CAPS infantil, envolvendo equipes de diferentes pontos da rede de saúde, com o objetivo de padronizar e qualificar o atendimento.

No eixo da articulação intersetorial, destaca-se a participação do Departamento na construção do Protocolo de Atendimento ao Aluno em Situação de Crise no Ambiente Escolar, contribuindo para a organização do cuidado e definição de fluxos entre os setores da saúde e educação.

No eixo da articulação em rede, foram realizadas diversas reuniões de alinhamento da *¿Rede Atenta¿*, com foco na organização do cuidado aos pacientes em crise de saúde mental, incluindo a construção e monitoramento de planilha compartilhada entre os serviços da Atenção Básica, Atenção Especializada, SAMU e Hospital Santa Casa de Cambé, promovendo maior integração e continuidade do cuidado.

Destaca-se ainda a participação ativa das equipes de saúde mental (CAPS) no 1º Congresso Nacional de Saúde Mental da Universidade Estadual de Londrina (UEL), integrando mesa redonda e contribuindo para a troca de experiências e qualificação técnica.

No âmbito da inovação e qualificação da gestão, o município aderiu ao Projeto Boas Práticas, em parceria com o Hospital do Coração (HCor) de São Paulo, desde outubro de 2023, tendo sido realizados, até o momento, 9.429 laudos de eletrocardiograma, ampliando o acesso ao diagnóstico e contribuindo para a tomada de decisões clínicas mais ágeis e seguras.

Por fim, destaca-se o avanço na informatização dos serviços de urgência e emergência, com a implantação do prontuário eletrônico na UPA (junho de 2025), na Unidade 24h (outubro de 2025) e no CAPS (dezembro de 2025), promovendo maior eficiência, integração das informações e qualificação do atendimento prestado aos usuários.

ANALISES E CONSIDERAÇÃO GERAIS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A Vigilância Epidemiológica compreende o conhecimento e detecção de mudanças dos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e agravos à saúde.

No ano de 2025 o departamento analisou e digitou no Sistema de Informação de Agravos e Notificação - SINAN 4.574 fichas de agravos de notificação compulsória. Nesse contexto, com o objetivo de acompanhar o cenário epidemiológico bem como a série histórica das doenças e agravos o departamento emitiu boletins epidemiológicos referente ao cenário de HIV/AIDS, sífilis em gestante e congênita, Hepatite B, síndrome respiratória, violência e perfil dos óbitos por doenças cardiovasculares.

Na vigilância da dengue, além das reuniões da sala de situação e comitê intersetorial realizadas periodicamente, houve o processo de reformulação do boletim epidemiológico com a inclusão de novas análises que fortaleceram a tomada de decisão.

Com a presidência do Núcleo de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde em Cambé a equipe coordena as reuniões periódicas, contribuindo em 2025, com a publicação do Fluxo de Violência para atendimento em rede e construção do Plano Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência bem como da Rede de enfrentamento à violência doméstica, familiar e as mulheres. No decorrer do ano os protocolos e fluxos foram disseminados aos profissionais dos serviços de saúde por meio de capacitações realizadas pela equipe do setor.

Em 2025, foram realizadas capacitações sobre dengue, esporotricose, chikungunya, imunização e profilaxia antirrábica. O departamento apoiou, junto à 17ª Regional de Saúde, o processo de implantação do Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar da Santa Casa de Misericórdia de Cambé, fato que fortaleceu a vigilância intrahospitalar. Entretanto, ainda há necessidade de fortalecer a notificação de intoxicações por agrotóxicos para sensibilizar os profissionais de saúde uma vez que se observou queda nas notificações do ano de 2025 podendo sugerir que este agravo está subnotificado.

A sífilis congênita em menores de 1 ano é outro agravo que chama atenção pelo elevado número de casos registrados no ano de 2025 de modo a evidenciar a necessidade de

intensificar ações de prevenção, à exemplo do teste rápido em tempo oportuno e tratamento adequado da mãe e do parceiro.

As ações da Vigilância Epidemiológica refletem avanços que podem ser observados no aumento do número de notificações de dengue encerradas em tempo oportuno quando comparado ao ano de 2024. O resultado satisfatório no indicador de avaliação dos contatos dos casos novos de tuberculose evidencia mais uma vez a parceria entre a Vigilância Epidemiológica, CTA e as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essa parceria intersetorial é reforçada com a ausência de casos novos de AIDS em menores de 5 anos no ano de 2025, e com a conquista da Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical do HIV nos anos de 2022 e 2023 emitida pelo Ministério da Saúde em 2025.

No âmbito dos óbitos e nascimentos, em 2025, foram digitadas 692 Declarações de Nascidos Vivos no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos-SINASC e 419 Declarações de Óbito no Sistema de Informação sobre Mortalidade-SIM, sendo validados 1.309 endereços para fins de análise por área de abrangência. Com o objetivo de qualificar a análise das causas de óbito foram investigadas e recodificadas 259 declarações de óbito na qual constavam como causa desconhecida.

A vigilância dos óbitos materno e infantil é realizada por meio do Comitê Municipal de Mortalidade Materno e Infantil com o objetivo de monitorar, investigar e analisar mortes evitáveis. No decorrer do ano foram realizadas 10 reuniões do comitê e analisados 24 casos entre óbitos infantil, fetal e materno. Em relação à taxa de mortalidade materna e infantil verificou-se um aumento considerável em comparação ao ano anterior, entretanto do total de 15 óbitos infantil analisados somente 5 foram considerados evitáveis envolvendo, na maioria, dificuldades sociofamiliar.

O aumento na taxa de mortalidade prematura por doenças do aparelho circulatório, observado no ano de 2025, indica a necessidade de intensificar ações de prevenção e controle principalmente relacionadas à alimentação saudável, tabagismo, atividade física e controle das comorbidades como hipertensão arterial, diabetes mellitus e dislipidemias.

No campo da imunização, o setor enviou 127.631 doses de imunobiológicos para as salas de vacinação do município. Ademais, coordenou ações extra muro como vacinação nas escolas, empresas e festas comunitárias do município além de apoiar a abertura das salas de vacina nas Unidades Básicas de Saúde aos sábados a fim de ampliar a oferta e por consequência a cobertura vacinal. A profilaxia contra o tétano e a raiva também apresentaram avanços em 2025, com a disponibilização de vacina, imunoglobulina e soro em ambos os prontos atendimentos do município (UPA e 24h). A ampliação do acesso à vacinação ocorreu também por meio da abertura, em 2025, de mais duas salas de vacinas localizadas no Pronto Atendimento 24h Maria Anideje e no Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA. Entretanto apesar disso, a cobertura de vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano e a taxa de abandono das vacinas estão aquém do preconizado o que requer intensificação da busca ativa de crianças faltosas e sensibilização dos responsáveis para importância da vacinação a fim combater fake news.

ANALISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS PLANEJAMENTO

A avaliação geral de 2025 evidencia um desempenho global positivo das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Cambé. Dos 31 indicadores monitorados, 71,0% atingiram ou superaram as metas estabelecidas, demonstrando consistência na execução do planejamento, efetividade das políticas públicas implementadas e ampliação do acesso aos serviços de saúde.

Esse resultado reflete o esforço da gestão municipal na organização da rede de atenção à saúde, no fortalecimento da Atenção Primária e na manutenção das ações assistenciais, contribuindo para a melhoria de diversos indicadores de saúde da população. Além disso, evidencia capacidade técnica e operacional na condução das estratégias previstas ao longo do exercício.

Por outro lado, 29,0% dos indicadores não alcançaram as metas pactuadas, revelando desafios relevantes que demandam atenção estratégica. Esses resultados concentram-se principalmente nas áreas de vigilância em saúde, assistência materno-infantil, imunização e controle de doenças crônicas e infecciosas.

Apesar desses desafios, observa-se que parte dos resultados negativos está relacionada a fatores externos à governabilidade direta da gestão municipal, como atrasos em fluxos laboratoriais e questões socioculturais que impactam a adesão da população às ações de saúde.

No que se refere ao financiamento, a execução orçamentária de 95,9% demonstra adequada capacidade de planejamento e gestão dos recursos públicos. Contudo, observa-se que a elevada participação do município no financiamento da saúde, correspondente a aproximadamente 75% das receitas, reflete a necessidade crescente de aporte de recursos próprios para garantir a manutenção e a continuidade dos serviços. Esse cenário está diretamente relacionado à insuficiência dos repasses federais e estaduais, que permanecem, ao longo dos anos, sem reajustes significativos frente ao aumento das demandas e dos custos do sistema de saúde. Como consequência, o município tem ampliado sua participação no custeio das ações e serviços públicos de saúde, o que também se evidencia no percentual de 31,08% de aplicação de recursos próprios, significativamente superior ao mínimo constitucional, demonstrando esforço fiscal contínuo para assegurar o funcionamento da rede municipal de saúde.

A análise integrada dos resultados indica que o município possui uma rede de saúde estruturada e com bom nível de desempenho, porém com desafios importantes em áreas sensíveis que exigem aprimoramento contínuo. Nesse sentido, os indicadores não alcançados constituem importantes instrumentos para o replanejamento das ações, orientando intervenções mais qualificadas, intensificação das estratégias de prevenção, fortalecimento da vigilância em saúde e ampliação da integração entre os níveis de atenção.

De forma geral, o desempenho 2025 demonstra que a Secretaria Municipal de Saúde mantém trajetória de consolidação do sistema de saúde, com avanços significativos, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas para enfrentamento dos principais problemas de saúde da população.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

• Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Considerando os resultados observados em 2025, recomenda-se a adoção de estratégias prioritárias voltadas ao aprimoramento da qualidade da atenção, à superação dos indicadores com desempenho insatisfatório e ao fortalecimento da gestão do sistema municipal de saúde.

No âmbito da **Atenção Primária à Saúde**, recomenda-se intensificar as ações de promoção da saúde e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase no acompanhamento longitudinal dos usuários com hipertensão arterial, diabetes mellitus e outros fatores de risco cardiovascular. Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento da estratificação de risco, a ampliação do monitoramento clínico e a qualificação do cuidado por meio da adoção de protocolos assistenciais e da educação permanente das equipes.

Ainda no contexto da Atenção Primária, projeta-se o fortalecimento das ações intersetoriais, especialmente no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), com a ampliação de atividades educativas, preventivas e de acompanhamento das condições de saúde no ambiente escolar. Destaca-se, também, a necessidade de consolidar a atuação da equipe eMulti, com a ampliação de grupos voltados à saúde do adolescente e às ações de cessação do tabagismo, além do fortalecimento do apoio matricial às equipes de Atenção Básica.

Para o exercício de 2026, ressalta-se a implantação da oferta do implante subdérmico (Implanon) como estratégia de ampliação do acesso aos métodos contraceptivos de longa duração, contribuindo para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, especialmente entre populações em situação de maior vulnerabilidade. Ademais, reforça-se a importância do fortalecimento das ações em articulação com a Assistência Social, visando à atenção integral às vulnerabilidades sociais e às necessidades de saúde da população.

Em relação à **saúde materno-infantil**, é fundamental qualificar a linha de cuidado, com ampliação do acesso e da qualidade do pré-natal, garantia de início precoce do acompanhamento gestacional e fortalecimento da vinculação das gestantes à rede de atenção. Recomenda-se ainda intensificar a vigilância dos óbitos infantis e maternos, com análise sistemática dos casos, identificação de fatores evitáveis e implementação de medidas corretivas. A ampliação das ações de testagem, tratamento oportuno e acompanhamento da sífilis na gestação deve ser tratada como prioridade.

No campo da **imunização**, recomenda-se fortalecer as estratégias de busca ativa de não vacinados, aprimorar o monitoramento das cadernetas vacinais e desenvolver ações educativas permanentes para enfrentamento da hesitação vacinal e das desinformações. A ampliação do acesso, com flexibilização de horários e estratégias extramuros, combate a *fake news*, pode contribuir para melhoria das coberturas vacinais e redução do abandono.

Quanto à **vigilância em saúde**, destaca-se a necessidade de aprimorar os fluxos operacionais, especialmente no que se refere à oportunidade de encerramento de casos, como observado na vigilância da dengue. Recomenda-se fortalecer a articulação interinstitucional com serviços laboratoriais e regionais, bem como investir na qualificação dos processos de trabalho e sistemas de informação.

No que se refere às **ações de prevenção e rastreamento**, como o câncer de mama, recomenda-se intensificar campanhas de sensibilização e ampliar as estratégias de busca ativa, visando aumentar a adesão da população-alvo, mesmo em cenários com oferta adequada de serviços.

Em relação à **gestão e organização dos serviços**, recomenda-se aprimorar ainda mais o planejamento e o monitoramento contínuo dos indicadores, com uso sistemático de dados para tomada de decisão. A qualificação dos registros nos sistemas de informação também deve ser priorizada, garantindo maior confiabilidade e consistência das informações.

Quanto ao **financiamento da saúde**, orienta-se a continuidade da aplicação de recursos próprios, bem como o fortalecimento da captação de recursos estaduais e federais. Recomenda-se ainda a adoção de estratégias que promovam maior eficiência na alocação dos recursos, especialmente no equilíbrio entre custeio da força de trabalho e investimentos em ações estratégicas.

De forma transversal, recomenda-se o fortalecimento das ações intersetoriais, reconhecendo que muitos dos desafios identificados estão relacionados a determinantes sociais da saúde, exigindo articulação com outras políticas públicas.

Por fim, destaca-se a importância da institucionalização de processos contínuos de avaliação e replanejamento, utilizando os resultados da Programação Anual de Saúde (PAS) como instrumento orientador da gestão, com foco na melhoria dos indicadores e na qualificação da atenção à saúde da população.

TALITA MARIA BENGOSI GOZI
Secretário(a) de Saúde
CAMBÉ/PR, 2025

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Introdução

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:
Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Auditorias

- Considerações:
Aprovado, sem ressalvas.

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:
Aprovado, sem ressalvas.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:
Aprovado, sem recomendações.

Status do Parecer: Aprovado

CAMBÉ/PR, 26 de Maio de 2026

Conselho Municipal de Saúde de Cambé